

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Inovação e ciência

em

linguística,

letras e

artes

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Inovação e ciência

em

*linguística,
letras e
artes*

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo



Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia



Inovação e ciência em linguística, letras e artes

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I58 Inovação e ciência em linguística, letras e artes /
Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-0035-6
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.356220104>

1. Linguística. 2. Letras. 3. Artes. I. Vasconcelos,
Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Título.

CDD 410

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Em **INOVAÇÃO E CIÊNCIA EM LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES**, coletânea de dez capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área de Linguística, Letras e Artes e dos diálogos possíveis de serem realizados com as demais áreas do saber.

Temos, no presente volume, reflexões que explicitam essas interações. Nelas estão debates que circundam língua de acolhimento, português brasileiro, literatura, espaço feminino e geografia urbana, biografia, espaço urbano, literaturas africanas de língua portuguesa, ensino médio, cinema na pandemia de COVID-19, além de análise sobre o espectro autista.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO


CAPÍTULO 1..... 1

LÍNGUA DE ACOLHIMENTO: DA ANÁLISE TERMINOLÓGICA À DEFINIÇÃO TERMINOGRÁFICA

Umberto Euzebio

Gabriel Dias Vidal Azevedo

Vânia Alves Beneveli

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3562201041>

CAPÍTULO 2..... 15

PRESENÇA/AUSÊNCIA DE ARTIGO DIANTE DE NOMES PRÓPRIOS E DE PRONOMES POSSESSIVOS NO PORTUGUÊS DO BRASIL (PB)

Odete Pereira da Silva Menon

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3562201042>

CAPÍTULO 3..... 27

LITERATURA EM REVISÃO: A PALAVRA DA CRÍTICA NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Aretusa Pontes Nascimento

Danielle Castro da Silva

Lina Mendes Bezerra Machado Freitas

Luciana Rocha Cavalcante

Luiz Máximo Lima Costa

Viviane Lima Coimbra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3562201043>

CAPÍTULO 4..... 39


ESPAÇOS DO FEMININO E GEOGRAFIAS URBANAS NOS CONTOS DE ALICE MUNRO

Ana Maria Marques da Costa Pereira Lopes

Anabela Oliveira da Naia Sardo

Fátima Susana Mota Roboredo Amante

Susana Soares da Silva Rocha Relvas


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3562201044>

CAPÍTULO 5..... 58

ESCRITAS DE MARIGHELLA: PACTOS BIOGRÁFICOS EM LIVROS E DOCUMENTÁRIO

Luiz Claudio Ferreira

Sidney Barbosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3562201045>


CAPÍTULO 6..... 70

O BUGRE E A CIDADE: O ESPAÇO URBANO NA POESIA EM MANOEL DE BARROS

Mariana da Silva Santos

Renata Kelen da Rocha


Vilma da Silva Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3562201046>

CAPÍTULO 7..... 80

ESTUDO DA LITERATURA AFRICANA EM LÍNGUA PORTUGUESA NO CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO NO ENSINO MÉDIO

Enmilany Duarte de Vasconcelos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3562201047>

CAPÍTULO 8..... 92

O ENCONTRO ENTRE ESPECTADOR E REALIZADOR NOS FESTIVAIS DE CINEMA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Talita Caselato

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3562201048>

CAPÍTULO 9..... 103

AVALIAÇÃO DA LITERATURA NACIONAL SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Carla Tavares Jordão


Flávia Luciana Costa

Zuleica Vieira Jordão

Elian Gomes

Rodrigo Aparecido Guimarães

Hingridi de Souza Bayer Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3562201049>

CAPÍTULO 10..... 106

A MULHER MARAVILHA E O OLHAR MULTIMODAL

Ana Paula Fenelon

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35622010410>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 117

ÍNDICE REMISSIVO..... 118

CAPÍTULO 1

LÍNGUA DE ACOLHIMENTO: DA ANÁLISE TERMINOLÓGICA À DEFINIÇÃO TERMINOGRÁFICA

Data de aceite: 01/03/2022

Umberto Euzebio

Professor Doutor no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília
<http://lattes.cnpq.br/3296133477339307>

Gabriel Dias Vidal Azevedo

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília
<http://lattes.cnpq.br/2558746263788854>

Vânia Alves Beneveli

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília.
End. C
<http://lattes.cnpq.br/2018859023895420>

RESUMO: A língua de acolhimento surge em um contexto para atender pessoas em situação migratória. Sua definição é muitas vezes sobreposta a outras de acordo com a abordagem para isso julgamos necessário qualificar os campos semânticos a partir dos hipônimos que compõem. Para a composição do *corpus*, coletamos 50 ocorrências do termo língua de acolhimento em artigos disponibilizados no google acadêmico. O documento foi analisado e aplicado à ferramenta *wordlist*, do programa *Sketch Engine* com a submissão de todas as ocorrências. Para a discussão da natureza do termo utilizamos as definições da lexicologia, terminologia e da terminografia. Como conclusão propusemos o seguinte verbete para língua

de acolhimento: a abordagem sociopolítica de ensino de língua para pessoas em situação de refúgio e vulnerabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Língua não materna; refugiado; ensino de português; vulnerabilidade.

HOST LANGUAGE: FROM TERMINOLOGICAL ANALYSIS TO TERMINOGRAPHIC DEFINITION

ABSTRACT: The host language appears in a context to serve people in migratory situation. Its definition is often superimposed on others according to the approach, for this we consider it necessary to qualify the semantic Fields from the hyponyms they compose. For the composition of the corpus, we collected 50 occurrences of the term host language in articles available on academic google. The document was analyzed and Applied to the submission of all occurrences. For the discussion of the nature of the term we used the definitions of lexicology, terminology and terminography. As a conclusion, we proposed the following entry for host language: the sociopolitical approach to language teaching for people in refugee and vulnerable situations.

KEYWORDS: Non-native language; refugee; teaching portuguese; vulnerability.

INTRODUÇÃO

A língua de acolhimento surge em um contexto relativamente novo e está vinculada ao quadro migratório de populações especialmente a partir do final do século XX, que neste trabalho

está direcionado especificamente ao ensino da língua portuguesa.

A definição de língua de acolhimento apresenta variações de conceituação a depender do teórico que a aborda. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é o de organizar um *corpus* para, a partir da análise de campos semânticos de itens lexicais mais produtivos nas ocorrências de língua de acolhimento, entender a significação de língua de acolhimento para, posteriormente, elaborar uma ficha terminográfica que registre a designação de língua de acolhimento.

A abordagem desta pesquisa é qualitativa tendo em vista que é necessário qualificar os campos semânticos a partir dos hipônimos que o compõem. Em razão de, ao fim, se apresentar o registro do verbete língua de acolhimento, a natureza desta pesquisa é aplicada com objetivos exploratórios e descritivos. Com isso, fazemos uma discussão teórica acerca da língua de acolhimento, evidenciando os pontos de vista de autores diferentes para a síntese do nosso entendimento. Em seguida, discutimos a natureza do termo por meio das definições da lexicologia, terminologia e da terminografia.

Após isso, evidenciamos os processos pelos quais passamos para a execução dos procedimentos de pesquisa bibliográfica aliada à pesquisa documental. Em seguida, seguimos para a análise dos campos semânticos e, posteriormente, para a definição de língua de acolhimento na ficha terminográfica proposta. Assim, conseguimos sintetizar diversos pontos de vista e submeter “língua de acolhimento” a diversas técnicas de pesquisa do sentido do termo bem como de registro.

CONJUNTURA E CIRCUNSTÂNCIAS DE USO DA LÍNGUA DE ACOLHIMENTO

A definição de língua de acolhimento não apresenta homogeneidade em todos os países, tudo vai depender do contexto histórico, social e político em que se insere, porém, todas elas apresentam como característica estar associada ao conceito de migração forçada.

Sua definição está diretamente ligada à situação de vulnerabilidade do indivíduo na sua condição de migração forçada em diversos contextos. Não há como desvincular essas duas acepções sem considerar que elas não provêm de atos voluntários que afetam diretamente o indivíduo adulto, porém sem desconsiderar a idade infantil, porém na maioria dos casos, sua migração está vinculada à dos pais ou parentes próximos.

Sob esse aspecto, Barbosa e São Bernardo (2017) ressaltam que o migrante enfrenta uma relação conflituosa e vulnerável, o que afeta o emocional e conseqüentemente o aprendizado da nova língua. Para as autoras, a condição do aprendiz nem sempre é espontânea, uma vez que pode haver rejeição à língua receptora já que aprender é uma necessidade e não necessariamente uma opção.

A língua de acolhimento também é definida como algo que está relacionado à sociedade de acolhimento com referência ao contexto migratório, geralmente de pessoas

em estado de precariedade social advindo de problemas políticos e/ou econômicos que demandam atendimento diferenciado para o aprendizado. (SOTO ARANDA; EL-MADKOURI, 2006)

Quanto à terminologia, aqui, língua de acolhimento está mais próxima ao significado de língua não materna, de alguém que acolhe sendo falante dessa outra língua, que é a oficial ou a dominante no país que recebeu esse aluno. Isso fica evidente quando a autora afirma que a finalidade da didática do português poderia ser a de contribuir com a prática intercultural. “Sendo suficientemente aberta, equacionaria a perspectiva da LM e da língua de acolhimento [...]” (ANÇÃ, 2003, p. 7) e, mais adiante “[...] de forma que o Português seja, de facto, um lugar de acolhimento, no sentido literal, tal como é descrito nos dicionários: [...]” (ANÇÃ, 2003, p. 7).

O conceito de língua de acolhimento, perpassa pela definição das demais categorias, uma vez que por suas peculiaridades não se enquadra em qualquer dessas categorizações. Ressaltamos não se tratar do aspecto de simplesmente se ensinar língua, mas de promover condições para enfrentar e vivenciar o conjunto de todos os aspectos que cercam o ambiente cotidiano em que o aprendiz está inserido.

No contexto português Grosso destaca também a heterogeneidade no grau de proficiência da língua portuguesa além da variação de conhecimentos da língua e cultura maternas além da relevante variação socioeconômica, fatores que irão refletir na aprendizagem da língua portuguesa. (GROSSO, 2010).

Como definição,

A língua de acolhimento ultrapassa a noção de língua estrangeira ou de língua segunda. Para o público-adulto, recém-imerso numa realidade linguístico-cultural não vivenciada antes, o uso da língua estará ligado a um diversificado saber, saber fazer, a novas tarefas linguístico-comunicativas que devem ser realizadas na língua-alvo. (GROSSO, 2010, p. 68)

Ainda no contexto português, quanto ao grau de instrução, nos chama a atenção para migrantes inicialmente das ex-colônias portuguesas da África com público com de pouca escolarização e posteriormente, a partir de 2003 Portugal recebe do leste europeu migrantes “[...] escolarizados, universitário e qualificado.” (ANÇÃ, 2003, p. 3) com uma geração escolar bem sucedida. O aumento da migração do leste europeu e da América latina evidencia a diversidade linguístico-cultural. Com isso aumentam os desafios para os professores e resistência à homogeneidade linguística e cultural. Com isso, em 2001, dá início à prática do português como língua de acolhimento com a mudança da legislação do Ministério da Educação em que “As escolas devem proporcionar actividades curriculares específicas para a aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua aos alunos cuja língua materna não seja o português” (ANÇÃ, 2003, p. 4) Segundo Grosso a partir daí, Portugal se torna multilíngue e multicultural, país de acolhimento com diversidade linguística e cultural. Isso ocorre sobretudo com fluxo migratório proveniente inicialmente

de suas ex-colônias africanas estendendo-se posteriormente, principalmente a partir do ano 2000, com novo fluxo migratório a partir do leste europeu, sobretudo, ucranianos, romenos e moldávios. Portugal transforma-se com esse afluxo trazendo também uma série de restrições aos estrangeiros e, “[...] quem chega precisa agir linguisticamente de forma autônoma, num contexto não familiar. (GROSSO, 2010, p. 66)

Cria-se então em um programa para atendimento aos imigrantes, situação que transforma em uma política linguística que demanda formação de pessoal especializado para esta prática, essa medida “[...] se referia especificamente ao ensino da língua de acolhimento e que visava auxiliar a comunidade imigrante adulta não lusófona a ultrapassar o obstáculo da língua: O Programa Portugal Acolhe” (CABETE, 2010, p. 2).

Assim, formação do professor é fundamental para a condição do processo de compreensão da realidade do aluno e criar estratégias metodológicas para o ensino da língua portuguesa não materna. Quanto a esse aspecto, Ançã ao citar Dabène destaca a importância do acolhimento, no sentido de respeito à língua materna do aluno; da estruturação como forma de constituir a consciência metalinguística. Destaca ainda a função da legitimação e dignificação da língua materna para assegurar a construção da identidade. ANÇÃ, 2003)

De acordo com Grosso (2010, p. 69) “O direito ao ensino/aprendizagem da língua de acolhimento possibilitará o uso dos outros direitos, assim como o conhecimento do cumprimento dos deveres que assistem a qualquer cidadão.”

Ao remeter-se ao processo de integração do imigrante ao país receptor Grosso (2010) ressalta a importância do aprendizado da língua. O que nos chama a atenção é a apresentação de uma das definições de língua de acolhimento quando a autora diz que

[...] é fundamental o ensino-aprendizagem da língua de acolhimento, direito de todos os cidadãos, como acima foi referido, pois é ela que permite o acesso mais rápido à cidadania como um direito, assim como o conhecimento e a promoção do cumprimento dos deveres que assistem a qualquer cidadão. [...] O conhecimento sociocultural, a competência sociolinguística são importantes no desenvolvimento da competência comunicativa e servem como base de debate e de diálogo para uma cidadania plena e consciente, aspecto fundamental na língua de acolhimento. (GROSSO, 2010, p. 71)

Segundo Grosso (2010), sustentada em parte de premissas do Conselho da Europa, na língua de acolhimento se priorizam ações voltadas para conhecimentos socioculturais, profissionais, diálogos interculturais e partilha de saberes. Suas práticas devem abarcar situações problemáticas, significativas voltadas para o desenvolvimento de competências gerais e comunicativas e alteridade do aprendente. Para a autora, o conceito de língua de acolhimento está vinculado

[...] ao contexto migratório, mas que, sendo geralmente um público adulto, aprende o português não como língua veicular de outras disciplinas, mas por diferentes necessidades contextuais, ligadas muitas vezes à resolução de questões de sobrevivência urgentes, em que a língua de acolhimento tem de

ser o elo de interação afetivo (bidirecional) como primeira forma de integração (na imersão linguística) para uma plena cidadania democrática. GROSSO, 2010, p. 75)

Sendo assim, sua definição é mais ampla do que simplesmente a de língua estrangeira ou segunda língua já que envolve práticas pedagógicas específicas.

A prática da língua de acolhimento perpassa o fato de simplesmente acolher como enfatiza Grosso (2010, p. 71) para o fato de que “a língua de acolhimento tem um saber fazer que contribui para uma interação real, a vida cotidiana, as condições de vida, as convenções sociais e outras que só podem ser compreendidas numa relação bidirecional.” Para a autora, com a língua de acolhimento ocorre a interação entre o ensinante e o aprendente vão, além de questões do dia a dia, estabelecendo-se uma relação de confiança recíproca.

Para Amado (2013, p. 15) é necessário o “[...] ensino de português como língua de acolhimento para aqueles estrangeiros que chegam ao Brasil em situação de miséria moral e muitas vezes com pouquíssimos recursos financeiros.” “Enfim, todos esses fatores, linguísticos e extra-linguísticos, portanto, devem ser considerados no ensino de português como língua de acolhimento para refugiados. (AMADO, 2013, p. 17)

Sendo assim podemos definir que a “língua de acolhimento é uma perspectiva discursiva que envolve concepções sociopolíticas por parte de quem acolhe, e direciona as práticas pedagógicas a fim de adequar-se às novas demandas da sociedade. (EUZEBIO; REBOUÇAS; SILVA, 2018, p. 83)

Com relação ao contexto brasileiro, somente a partir de 2010 com o fluxo de haitianos, esse conceito começa a ser usado e, mesmo assim, em situação muito específica, pois não se trata apenas de ensino de língua de acolhimento, mas do acolhimento para ensino de língua. Sendo assim, é necessário compreender que esse migrante não necessariamente optou pelo Brasil e muito menos pela Língua Portuguesa. Esse fato foi apenas uma consequência circunstancial que pode ter sido a única opção e mesmo assim, muitos continuam no processo migratório para outros países que ofereçam melhores oportunidades, sendo assim estar no Brasil é simplesmente um momento de passagem.

Outro fato importante no processo da língua de acolhimento é se tratar de um processo de ensino de língua para comunicação imediata, comunicação para a sobrevivência, para encontrar lugar no mercado de trabalho, para alugar um imóvel, para consulta médica, enfim para se comunicar para a sobrevivência. Assim, por meio da língua de acolhimento, o migrante é recebido com o propósito de ser acolhido, para isso se exige uma postura interdisciplinar e intercultural. A “língua de acolhimento não é simplesmente uma metodologia de ensino de língua, mas uma prática pedagógica que exigem mudanças no paradigma de ensino e na postura pedagógica, com a inclusão necessariamente de ação intercultural e interdisciplinar.” (EUZEBIO, 2021, p. 104169)

Adicional a esta condição, também se necessita de contato presencial e não on-

line, isto porque nem todo migrante tem as mesmas condições financeiras para seguir um curso com internet paga, além do que o processo – contato é de extrema importância para a socialização com outros refugiados e com a própria realidade do país mediada pelo professor. O conceito de língua de acolhimento surge da necessidade o imigrante se comunicar em língua portuguesa para se estabelecer no novo país assim, sua “[...] aprendizagem era essencial à melhoria da qualidade de vida e à integração dos migrantes na nova sociedade em que se pretendiam inserir.” (PEREIRA, 2017, p. 119)

Trabalhar com língua de acolhimento não significa trabalho voluntário, significa trabalho, preparação, conhecimento, envolvimento e prática pedagógica diferenciada e direcionada. Significa ainda postura interdisciplinar e intercultural, interdisciplinar, pois não é apenas ensinar a língua portuguesa, mas compreender o processo histórico, compreender a trajetória de cada um, compreender a dinâmica, compreender as relações entre os países, compreender de legislação interna e externa e sobretudo compreender o outro, a alteridade. Intercultural, pois não se trata de impor a cultura brasileira, mas de ensinar a língua portuguesa numa perspectiva da existência e de outra cultura, de uma cultura que tende a ser apagada pelo contexto migratório, uma cultura que por si só, na condição de refugiada a delega para o segundo ou terceiro plano. Ensinar a cultura brasileira nesse contexto significa compreender a existência do outro, a existência de outra cultura, de forma muito mais profunda do que simplesmente um aluno aprendiz da língua portuguesa.

LEXICOLOGIA, TERMINOLOGIA E TERMINOGRAFIA

A apreensão do que é o mundo e dos elementos que o compõem é conceituado pela linguagem. É nessa perspectiva que Biderman (2001, p. 12) assinala quando afirma que “o léxico se relaciona com o processo de nomeação e com a cognição da realidade”. Antes de entendermos o funcionamento do uso da língua nos âmbitos de especialidades, é necessário compreender o funcionamento da língua no processamento da cognição e na apreensão da realidade.

Nesse sentido, Coseriu (1987) também assinala que, em princípio, vamos nos limitar à função léxica, que é a estruturação primária da experiência por meio das palavras. A mediação entre a cognição e a representação do mundo por meio da linguagem é livre e podemos associar essa mediação à criatividade dos seres humanos de criarem e de recriarem o universo. Esse entendimento ocorre a partir do que salienta Coseriu (1987) de que se pode admitir que as determinações semânticas representam uma heterogeneidade de uma comunidade de falantes.

Contemporaneamente, ainda se mantém o entendimento de que os elementos lexicais se referem à lexia. É importante, entender que a lexia é uma unidade lexical que “[...] pode ser tanto um lexema como uma locução” (POLGUÈRE, 2018, p. 67). O lexema, aqui, deve ser entendido como uma forma de palavra, como uma manifestação de palavra

que varia de acordo com as flexões que recebe e com o sentido que possui. Para Polguère (2018, p. 54), “o lexema é uma generalização do signo linguístico do tipo forma de palavra: cada lexema da língua é estruturado em torno de um sentido exprimível por um conjunto de formas de palavra que somente a flexão distingue”. Para o entendimento acerca do conceito de locução, abordaremos posteriormente quando trabalharmos com as regras de formação dos constructos das unidades terminológicas complexas.

Em primeiro plano, têm-se que as estruturas linguísticas refletem o processamento sensorial de um indivíduo, e, dessa forma, o léxico é um sistema aberto e amplo de itens lexicais que podem ser ressignificados de tempos em tempos. A lexia, que comporta o lexema, aqui será entendida por meio da caracterização da associação de um item lexical com seu sentido diacrônico, padrão, a um dos campos semânticos de que irá participar por extensão de sentido. Com as releituras de mundo, os sentidos que são reconceituados se utilizam de um sentido já definido e, a partir disso, passam a participar de novos campos semânticos porque passam, também, a se relacionar com outros itens lexicais.

Em contrapartida, a criatividade para modificar um termo, na sociedade, não é igual à criatividade para modificar um item lexical. Essa rigidez pode ser percebida por meio da salientação de Biderman (2001, p. 19) de que “Assim, a terminologia pressupõe uma teoria da referência, ou seja, uma correlação entre a estrutura geral do conhecimento e o código linguístico correspondente”. Coseriu (1987) também ratifica esse pensamento quando salienta que o significado de das terminologias são conhecidas à medida que se conhecem novas ciências, se criam novas técnicas ou se profissinaliza mais uma técnica.

Por isso, é interessante que assumamos que o termo, a unidade básica de análise da terminologia, é também uma lexia, conseqüentemente também um lexema. Com essa premissa, podemos interpretar que, por mais que o termo seja uma subparte do léxico, ele ainda se relaciona com outros elementos que não sejam termos. Dessa forma, também assumimos que um termo de unidade complexa como “língua de acolhimento” precisa ter o seu sentido, o seu conceito, muito bem elaborado e muito bem descrito.

Antes de se trabalhar com as técnicas de registro dos termos, é necessário que se estabeleçam técnicas de análise do sentido do próprio termo. Entendemos, então, que, se os lexemas são formas de palavras que se associam a um sentido, é preciso observar todos os sentidos de que participa o termo “língua de acolhimento”. O pensamento de Coseriu (1987) é o de que a significação está no plano de relação entre os significados dos signos linguísticos, enquanto que a designação representa o objeto ou a realidade a que ele se refere.

Neste trabalho, parte-se, então, da observação da significação do termo “língua de acolhimento” para a designação, o registro metalinguístico, a que se refere o termo. Para a terminologia, é imperativo, principalmente, o registro da realidade a que o termo se refere, uma vez que, ao se trabalhar com uma prática específica, é necessário que o significado não seja trocado com muita facilidade. Caso essa fácil troca venha a acontecer,

compromete-se o entendimento de uma prática e a realização dela.

Os campos semânticos, que representam os significados, são importantes mecanismos estruturais para designar as significações que um item lexical pode assumir, mas também importantes para a designação de um termo. Coseriu (1987) afirma, nesse sentido, que se pode dividir a análise em termos de significação. Essas são estruturais, porque são todos sentidos possíveis dos signos linguísticos, enquanto que a designação é concreta e inconstante porque, no discurso, assumem uma forma momentânea. Entretanto, para os termos, a designação não pode ser muito variável uma vez que uma prática de um domínio do saber não tem a característica de ser rapidamente trocada.

Podemos assumir, com isso, que esse <<hecho>> de discurso é a designação do sentido que um item lexical assume. Assim, para observar os sentidos que compõem os termos, é interessante que haja uma estruturação desses sentidos por meio de campos lexicais. Tendo isso em vista, assumimos o entendimento de Coseriu (1987) de que o campo lexical é uma estrutura paradigmática primária do léxico e que pode estabelecer um paradigma de lexemas estruturados.

Nesta pesquisa, não propomos a oposição entre itens lexicais, uma vez que se trata só de um termo. Entretanto, parece-nos bastante produtivo assumir que os campos semânticos de que o termo participa podem ser obtidos por meio do levantamento dos itens lexicais que mais ocorrem com o termo bem como pela divisão desses itens em um paradigma com a significação que perpassa cada componente dele.

Quando analisamos uma expressão ou uma palavra de uma determinada língua, pensamos - em princípio - na significação/na designação dessa palavra no uso, na *práxis* da comunicação como falantes de um idioma, ou seja, temos a semântica em evidência nesse plano. No entanto, cabe ressaltar que, para a lexicologia e - conseqüentemente - para a terminologia, a análise semântica de uma palavra ou de um termo torna-se fulcral para o pesquisador.

No entanto, é imprescindível que o pesquisador da linguística se atente - também - para a função e estruturação, principalmente, de um termo inserido em uma língua; visto que o termo - bem mais que um lexema comum - possui características específicas de construção e de possíveis variações posto a inserção ao discurso de especialidade que possui.

Diante disso, Faulstich (1995) afirma que uma unidade terminológica complexa é sustentada pela “aceitação de que, sendo a terminologia um fato de língua, ela acomoda elementos variáveis e organiza uma gramática”. Com isso, o termo “língua de acolhimento” é uma construção terminológica complexa, cuja base ‘língua’ sustenta a predicação ‘de acolhimento’, formando um constructo que reopera o significado de novo conceito próprio da área de especialidade, no nosso caso, a Linguística, como fundo lexical, do termo “língua de acolhimento”.

Assim, para a designação da unidade terminológica complexa “língua de

acolhimento”, utilizaremos as definições de Faulstich (1995, p. 11) com adaptações sobre a composição de fichas de verbete. Dessa forma, a ficha terminográfica será composta de + entrada + categoria gramatical + gênero + definição + autor da ficha + data. Com essas informações, assim dispostas, propomos uma designação do termo “língua de acolhimento” a fim de uniformizar o conceito desse termo quanto à área de especialidade em questão.

METODOLOGIA

Para responder à pergunta de qual é a designação do termo “língua de acolhimento” e para registrar essa designação em fichas de verbete, utilizamo-nos dos procedimentos bibliográficos e documentais. Para responder às hipóteses desta pesquisa, observou-se a transição entre a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Para Marconi e Lakatos (2003, p. 43), a pesquisa bibliográfica é dividida em 8 etapas: “a) escolha do tema; b) elaboração do plano de trabalho; c) identificação; d) localização; e) compilação; f) fichamento; g) análise e interpretação; h) redação.”.

Devido a composição do *corpus* desta pesquisa ter sido feita em ambiente online, entendemos que a localização, elemento espacial, deve ter alterada também a natureza do fichamento e também da nomenclatura. Assim, entendemos que os procedimentos da pesquisa bibliográfica são procedimentos também da pesquisa documental, alterando apenas o status do local de coleta do documento e do próprio documento. Para a composição do *corpus*, coletamos 50 ocorrências do termo língua de acolhimento em artigos disponibilizados no google acadêmico.

O tratamento do *corpus* se deu em deixar a ocorrência dentro de um período, um ponto final, por acharmos que esse período delimita bem a ideia a ser transmitida pelo conjunto de palavras. Após esse tratamento, submetemos o documento de todas as ocorrências ao programa *Sketch Engine* que possui a ferramenta *wordlist*, também utilizada por Sardinha 2004. Essa ferramenta lista os nomes e os verbos mais frequentes para que possam ser submetidos à divisão em campos semânticos. A discussão e o resultado ficam na próxima seção.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Nesta seção, discutimos a formação dos campos semânticos dos verbos e dos nomes mais frequentes que ocorrem com língua de acolhimento. Essa análise terminológica é importante para a produção do verbete “língua de acolhimento” tendo em vista que se visa, por meio dessa técnica, podemos identificar os sentidos que o permeiam bem como os registrar adequadamente.

Com base nos dados explicitados, nota-se que os verbos mais frequentes, no Quadro 1, acerca do termo “língua de Acolhimento” tange aos campos lexicais, no Quadro 2, - em especial - de deslocamento, acolhimento, análise e ação. Infere-se de tal contexto

uma relação dialógica e receptiva entre os indivíduos no âmbito social e discursivo envolto no termo analisado.

Lemma	Frequency	Lemma	Frequency	Lemma	Frequency	Lemma	Frequency	
1	ser	30	14	estar	4	27	denominar	2
2	ter	11	15	analisar	3	28	ministrar	2
3	partir	8	16	destinar	3	29	nortear	2
4	refugiar	7	17	contribuir	3	30	chamar	2
5	ir	6	18	referir	3	31	ofertar	2
6	viver	5	19	deslocar	3	32	participar	2
7	forçar	5	20	desenvolver	3	33	pensar	2
8	dever	5	21	integrar	3	34	discutir	2
9	poder	4	22	visar	3	35	envolver	2
10	considerar	4	23	voltar	3	36	precisar	2
11	refletir	4	24	produzir	2	37	propor	2
12	levar	4	25	entender	2	38	questionar	2
13	buscar	4	26	abordar	2	39	favorecer	2
						40	amparar	2
						41	fazer	2
						42	constituir	2
						43	vincular	2
						44	inspirar	1
						45	dar	1
						46	corresponder	1
						47	democratizar	1
						48	justificar	1
						49	auxiliar	1
						50	atuar	1

Quadro 1: verbos mais frequentes

Fonte: elaborado pelos autores

CAMPOS SEMÂNTICOS
DESLOCAMENTO
partir, destinar, refugiar, ir, deslocar, estar, voltar
ACOLHIMENTO
considerar, contribuir, integrar, entender, abordar, amparar, participar, envolver, corresponder
ANÁLISE
refletir, analisar, denominar, pensar, discutir, questionar, precisar, justificar, referir,
EDUCAÇÃO
nortear, ministrar, ofertar,
IDENTIDADE
ser
AÇÃO
chamar, fazer, constituir, vincular, inspirar, dar, atuar, dever, poder, forçar, viver, desenvolver, produzir
POSSE
ter
OBJETIVO
levar, buscar, visar, favorecer, auxiliar, democratizar

Quadro 2: verbos divididos em campos semânticos

Fonte: elaborado pelos autores

Ademais, nos nomes, quadro 3, pode-se observar bastante produtividade nos campos semânticos, no quadro 4, de acolhimento, de educação, de processo e de indivíduo. Observamos, dessa forma, um alinhamento dessa divisão em campos semânticos às

definições apresentadas pela maioria dos teóricos estudados. Implicações sociais, necessidade de aprender a língua para se adequar aos contextos em que se migra.

Lemma	Frequency	Lemma	Frequency	Lemma	Frequency	Lemma	Frequency
1 língua	85	14 brasil	7	27 forma	4	40 importância	3
2 acolhimento	55	15 aula	7	28 necessidade	4	41 exemplo	3
3 português	39	16 pesquisa	6	29 relação	4	42 área	3
4 ensino	36	17 sujeito	6	30 artigo	4	43 situação	3
5 plac	14	18 país	5	31 característica	3	44 refúgio	3
6 aprendizagem	10	19 construção	5	32 comunicação	3	45 proposta	3
7 contexto	10	20 conceito	5	33 indígena	3	46 abordagem	3
8 curso	9	21 projeto	5	34 pia	3	47 letras	3
9 processo	9	22 formação	5	35 experiência	3	48 meio	3
10 sociedade	9	23 professor	4	36 questão	3	49 prática	3
11 migrante	8	24 integração	4	37 relato	3	50 adulto	3
12 imigrante	7	25 cidadania	4	38 espaço	3		
13 trabalho	7	26 condição	4	39 migração	3		

Quadro 3 - nomes mais frequentes

Fonte: elaborado pelos autores

CAMPOS SEMÂNTICOS
LÍNGUA
Português, comunicação, letras
ACOLHIMENTO
Contexto, sociedade, Brasil, país, cidadania, condição, necessidade, relação, questão, espaço refúgio, situação, área
EDUCAÇÃO
Ensino, plac, aprendizagem, curso, aula, professor, artigo, pia, abordagem
PROCESSO
Processo, trabalho, pesquisa, construção, projeto, integração, formação, migração, prática
INDIVÍDUO
Migrante, imigrante, sujeito, indígena, adulto
MODO
Forma, característica, meio
EXPERIÊNCIA
Relato, exemplo
OFERTA
Proposta
NECESSIDADE
Importância

Quadro 4: nomes divididos em campos semânticos

Fonte: elaborado pelos autores

Como resultado dessa pesquisa foi possível organizar um *corpus* que serviu como instrumento de análise de campos semânticos de itens lexicais de acordo com as ocorrências de língua de acolhimento e, com isso podemos entender a significação de língua de acolhimento a partir do conhecimento dos registros de designação.

Os campos semânticos dos Quadros 2 e 4 foram elaborados com base nas ocorrências registradas nos Quadros 1 e 3, dessa forma, esses campos semânticos devem ser considerados para a redação da ficha terminográfica do verbete.

Por fim, com base na análise dos dados e dos campos semânticos referentes ao termo “língua de acolhimento”, no Quadro 5 apresentamos a proposição do seguinte verbete:

Entrada:	língua de acolhimento
Categoria gramatical:	substantivo
Gênero:	feminino
Definição:	Abordagem sociopolítica de ensino de língua para pessoas em situação de refúgio e vulnerabilidade.
Autor(es) da ficha:	EUZEBIO, U. ; AZEVEDO, G. ; BENEVELI, V.
Data:	6 de fevereiro de 2022

Quadro 5: verbete de língua de acolhimento

Fonte: elaborado pelos autores

CONCLUSÃO

Em nossa análise também buscamos considerar as informações sobre o contexto de uso de língua de acolhimento em Portugal e no Brasil de acordo com alguns teóricos.

Podemos aqui considerar que as análises terminológicas são importantes para a compreensão não apenas da significação, mas também para o entendimento da designação de um determinado termo. Em função de variações no uso de “língua de acolhimento”, foi necessário que se estabelecessem procedimentos para analisar o sentido adequado de um determinado termo.

Nossa a opção em trabalhar com lexicologia, terminologia e terminografia foi uma forma de contribuir para uma definição de língua de acolhimento de acordo com o contexto de uso, de ocorrências. Sendo assim, nossa definição é apresentada como “a abordagem sociopolítica de ensino de língua para pessoas em situação de refúgio e vulnerabilidade.” É uma definição metalinguística, uma vez que buscamos contemplar todos os campos semânticos e os hipônimos.

A partir de discussões e de análise do contexto, a opção por situação de refúgio ao invés de refugiado se justifica por acreditarmos que é uma condição do indivíduo em determinado contexto, que esperamos ser superada a partir de práticas sociais,

principalmente linguísticas que o levarão a melhor condição no seu futuro.

Por fim, a partir das técnicas de registro de termo, é possível elaborar um registro de verbete que possa definir com evidência a designação a que o termo faz referência. Com isso, pode-se ter uma padronização acerca do próprio uso deste termo em contexto de uso no ensino de português como língua de acolhimento às pessoas em situação de refúgio no Brasil.

REFERÊNCIAS

AMADO, Rosane de Sá. O ensino de português como língua de acolhimento para refugiados. **Revista SIPLÉ**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 11-18, 2013.

ANÇÃ, Maria Helena. Português-língua de acolhimento: entre contornos e aproximações. CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE HISTÓRIA E SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM ÁFRICA E TIMOR, 2003, [Lisboa] **Anais**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa - FCSH, 2003, p. 1-12. Disponível em: <https://silo.tips/download/da-educaao-em-africa-e-timor-lisboa-universidade-nova-de-lisboa-fcsh-de-junho-20>. Acesso em: 31 jan. 2022.

BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção; SÃO BERNARDO, Mirelle Amaral de. Língua de acolhimento. In: CAVALCANTI, Leonardo *et al.* **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017. p. 434-437.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri Org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. 2. ed. Campo Grande - MS: Ed. UFMS, 2001. p. 13-22.

CABETE. Marta Alexandra Calado Santos da Silva. **O processo de ensino-aprendizagem do português enquanto língua de acolhimento**. 2010. 146 f. Dissertação (Mestrado em língua e cultura portuguesa) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4090/1/ulfl081236_tm.pdf. Acesso em: 05 fev. 2022.

COSERIU, Eugenio. **Princípios de semântica estrutural**. 2. ed. Madrid: Editorial Gredos, 1981. 242 p.

EUZEBIO, Umberto; REBOUÇAS, Eduardo Melo; LOPES, Lorena Poliana da Silva. Política Língua de acolhimento: demandas e perspectivas subjacentes ao conceito e à prática pedagógica do no contexto brasileiro. In: GUIMARÃES, Décio Nascimento; ANDRÉ, Bianka Pires (org.) **Educação e diversidade: diálogo intercultural**. Campos do Goytacazes: Brasil Multicultural, 2018. p. 58-87.

EUZEBIO, Umberto. Português como língua de acolhimento: reflexões sobre a prática da oralidade em oficinas para imigrantes e refugiados não alfabetizados. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.11, p. 104158-104172, nov. 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n11-167

FAULSTICH, Enilde. Leite de Jesus. Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 3, 1995. DOI: 10.18225/ci.inf.v24i3.566.

GROSSO, Maria José dos Reis. Língua de acolhimento, língua de integração. **Horizontes da Linguística Aplicada**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 61-77, 2010. DOI: <https://doi.org/10.26512/rhla.v9i2.886>.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2003.

POLGUÈRE, Alain. Tradução de Sabrina Pereira de Abreu. **Lexicologia e semântica lexical: noções fundamentais**. São Paulo: Contexto, 2018. 311 p.

PEREIRA, Giselda Fernanda. O português como língua de acolhimento e interação: a busca pela autonomia por pessoas em situação de refúgio no Brasil. **Cadernos de Pós-Graduação em Letras**, v. 17, n. 1, p. 118-134, 2017. DOI 10.5935/cadernosletras.v17n1p118-134

SARDINHA, Tony Berber. **Linguística de corpus**. Barueri - SP: Manole, 2004. 410 p.

SOTO ARANDA, Beatriz; El- MADKOURI, Mohamed. La adquisición de una L2 como lengua de acogida: hacia un modelo descriptivo de corte paragmático. **Educacion y Futuro**, Madrid, n. 14, p. 55-95, 2006.

PRESENÇA/AUSÊNCIA DE ARTIGO DIANTE DE NOMES PRÓPRIOS E DE PRONOMES POSSESSIVOS NO PORTUGUÊS DO BRASIL (PB)

Data de aceite: 01/03/2022

Odete Pereira da Silva Menon

Docente do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná – UFPR; Professora Voluntária, DALIC – UTFPR; Pesquisador PQ2 do CNPq
<http://lattes.cnpq.br/4506394252320885>
<https://orcid.org/0000-0002-3059-7683>

Texto completo de trabalho apresentado na Sessão Projeto Varsul do Eixo Temático Estudos sociolinguísticos do 4.º Encontro da Rede Sul Letras, promovido pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem no Campus da Grande Florianópolis da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) em Palhoça (SC), de 11 a 13.05.2016). Uma versão foi publicada inicialmente nos *Anais ... (online, não mais disponível)*.

RESUMO: Quem viaja pelo Brasil afora percebe diferenças no emprego do artigo definido diante de nomes próprios de pessoas e diante de pronomes possessivos. porque o fenômeno se comporta, justamente, de forma variável. Uma primeira distinção seria entre os grupos de dialetos das regiões norte-nordeste em contraste com os das regiões do centro-sul do país: grosso modo, os primeiros fariam menos uso do artigo e os segundos, o contrário. Porém, já em 1934, Marroquim distinguia diferentes realizações entre Alagoas e Pernambuco, dois estados nordestinos contíguos. Para verificar o comportamento do artigo diante de nome

próprio¹ no PB, pretendemos comparar Curitiba com João Pessoa, utilizando amostras reais de fala, de coleta sistemática, sociolinguística, de dois bancos de dados: VARSUL e VALPB, além de resultados do NURC e do ALERS.

PALAVRAS-CHAVE: Uso de artigo. Antropônimos. Pronomes possessivos. VARSUL. VALPB.

PRESENCE/ABSENCE OF ARTICLES BEFORE PROPER NOUNS AND POSSESSIVE PRONOUNS IN BRAZILIAN PORTUGUESE (BP)

ABSTRACT: Anyone that travels throughout Brazil notice differences of Article usage before Proper Nouns and Possessive Pronouns due to the fact that, precisely, the phenomena behaves in a variable way. A first distinction would be between the groups of dialects in the North-Northeast region compared to the Center-South region: generally speaking, the first ones use fewer Articles than the second ones. However, in 1934, Marroquim distinguished different uses in Alagoas and Pernambuco, two contiguous Northeast states. To analyse this behavior of Article before Proper Nouns in BP, Curitiba and João Pessoa will be compared, using real samples of systematic sociolinguistic collection of two different databases: VARSUL and VALPB, in addition to NURC and ALERS results.

KEYWORDS: Use of Articles. Anthroponyms. Possessive Pronouns. VARSUL. VALPB.

1 Este trabalho é parte de outro, mais extenso, em curso, conforme Menon (2014, 2016) e Menon (no prelo).

1 | INTRODUÇÃO

Em Menon (2014) foi apresentada uma das possíveis diferenças entre o PB e o PE (português europeu) escritos: o emprego, ou não, de artigo definido diante de nomes próprios e de pronomes possessivos, a partir das traduções portuguesa e brasileira, da obra *Inferno*, de Dan Brown. Na tradução em PE, **praticamente todas** as ocorrências continham artigo diante de possessivo. Já no PB, os tradutores empregaram parcimoniosamente os artigos: no parágrafo abaixo, somente em **o meu** rosto e em à [à = preposição **a** + artigo **a**] **minha** alma (o símbolo Ø indica a ausência de artigo), conforme os exemplos contidos em (01), reproduzidos de Menon (2014, p. 03), é que aparece o uso do determinante:

(01) *Inferno* PB

“Ø **Meu** nome é Bertrand Zobrist”, disse ele, encarando a câmara. “E este é **o meu** rosto, revelado e exposto aos olhos do mundo. Quanto à minha alma... se eu pudesse entregar a vocês Ø **meu** coração em chamas, como Deus fez com Dante para Ø **sua** amada Beatriz, veriam que estou transbordando de amor. Do tipo mais profundo. Por todos vocês. E, acima de tudo, por *um* de vocês. p. 308

(01) *Inferno* PE

– **O meu** nome é Bernard Zobrist – disse, fitando a câmara. – E este é **o meu** rosto, revelado e exposto para o mundo ver. Quanto à minha alma... se pudesse empunhar bem alto **o meu** coração ardente, como fez o Senhor de Dante para **a sua** amada Beatrice, verieis que estou a transbordar de amor. O amor mais profundo de todos. Por todos vós. E, acima de tudo, por *um* de vós. p. 382

Confesso que me surpreendeu muito constatar que os tradutores brasileiros efetuaram um verdadeiro boicote no uso de artigo diante de possessivos, no decorrer da obra. Como no território nacional ocorre uma variação no emprego ou não do artigo diante de nome próprio, tentei descobrir ao menos a a naturalidade dos tradutores, o que talvez explicasse a ausência dos artigos; infelizmente, não consegui esses dados.

Com base nesse levantamento com dados da escrita, acrescido do fato de saber, por experiência pessoal, quão diversificado é o emprego do artigo diante de nomes próprios e de possessivos pelo Brasil afora, resolvi observar esse comportamento em duas amostras sociolinguisticamente construídas, com entrevistas gravadas com informantes de diferentes sexos, faixas etárias e escolaridade, obtidas em duas comunidades geograficamente distintas: Curitiba e João Pessoa. As duas capitais estariam polarizadas: a primeira, numa região em que, em princípio, se usa mais artigo diante de antropônimos e de pronomes possessivos; a segunda, numa região que evitaria o emprego do artigo nessas estruturas linguísticas.

2 | UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA

Historicamente, no português foi ocorrendo um incremento no uso do artigo definido (**o, a, os, as**) diante de pronome possessivo (**meu, teu, seu, nosso, vosso, seus**), como já assinalava Said Ali (1964 [1921]). Algumas gramáticas tradicionais dizem que o uso de artigo diante de possessivo no PB é indiferente, conquanto seja quase obrigatório no PE,

como em Cunha & Cintra:

A presença do artigo antes de pronome adjetivo possessivo ocorre com menos frequência no português do Brasil do que **no de Portugal, onde**, com exceção dos casos adiante mencionados, **ela é praticamente obrigatória**.

(CUNHA & CINTRA, 1988, p.208; negritos acrescentados).

Porém, há alguns autores que ainda apresentam como regra a omissão do artigo diante de pronome possessivo junto a nomes de parentesco (*pai, mãe, tio, irmão*, etc.); por exemplo, Cegalla (1988, p. 453), citando Camilo Castelo Branco: “Vendeu Mariana as terras e deixou a casa *a sua tia*, que nascera nele e onde *seu pai* casara.” O autor acrescenta que “às vezes, a ênfase justifica a presença do artigo: “*Vimos ver o meu pobre irmão*.”, do mesmo Camilo. Porém, com base em dois exemplos isolados, de um mesmo autor, do século XIX, sem levantamento estatístico, não é possível afirmar que, no segundo caso, haja realmente **ênfase**, numa época em que já se manifestava na língua um maior preenchimento de artigo junto a possessivo.

Segundo Monteagudo (2012), se se compara o galego com o PB e com o PE, há mais semelhanças entre o galego e o PB do que entre o galego e o PE. No entanto, o autor afirmou que, diferentemente do PB, no PE a regra de uso é de quase obrigatoriedade do emprego do artigo diante do possessivo e que essa era uma das raras semelhanças por ele registradas entre galego e PE. Ora, a afirmativa de Monteagudo não reflete o emprego real do artigo no PB. Por quê? Ao afirmar que no PE o uso do artigo é de tendência “a fazer obrigatório o uso do determinante”, contrastando com o que ocorreria no PB (dando a entender que não se usa artigo diante de possessivo no PB), Monteagudo se fundamenta em autores (de gramáticas prescritivas, em geral) que não demonstram cabalmente esse (não) emprego, porque não utilizaram dados reais de fala. Quem viaja pelo Brasil afora percebe essa diferença no emprego do artigo definido diante de nome próprio e de possessivo.

O estudo das realizações em diferentes dialetos do PB mostra que o fenômeno se comporta, justamente, de forma variável. Uma primeira distinção seria entre os grupos de dialetos das regiões norte-nordeste em contraste com os das regiões do centro, sudeste e sul do país: *grosso modo*, os primeiros fariam menos uso do artigo diante do possessivo e os segundos, o contrário (como os exemplos (42-44), registrados em MENON, 2014, p. 14; **da = de + artigo a**):

PB norte / nordeste

- (42) Esse carro é **de** Luísa
- (43) Estou na casa **de** minha
- (44) **Mamãe** paga todas as despesas.

PB centro-sul

- Esse carro é **da** Luísa.
- Estou na casa **da** minha mãe.
- A** minha mãe paga todas as despesas.

Porém, já na década de 1930, Mário Marroquim distinguia diferentes realizações

entre Alagoas (sua terra natal) e Pernambuco, dois estados nordestinos contíguos (geograficamente falando): assim, no próprio nordeste do Brasil haveria distinções regionais.

Em sua tese de doutoramento, Silva (1982, *apud* Callou & Silva, 1997, p. 14-15) apresentou resultados comparativos do uso ou não de artigo diante de possessivo e de nome próprio, observando dados escritos do séc. XIV ao XX para o PE, e dos sécs. XIX-XX para o PB. No **PE**, diante de possessivos, “um nítido e constante aumento do percentual de uso”: de praticamente zero no séc. XIV para cerca de 90% no séc. XX; diante de nome próprio, “um crescimento gradativo” (de perto de zero para 25%) “do séc. XIV até os nossos dias”. No que concerne aos dados do **PB**, diante de possessivo há um crescimento de perto de 30% no séc. XIX para perto de 40% no XX; diante de nome próprio, percentuais muito semelhantes. Conclui, dizendo que no PB “o percentual de uso do artigo diante de possessivo e nomes próprios é quase idêntico, enquanto, em Portugal, o percentual de uso de artigo diante de possessivos é mais alto que diante de antropônimos.”

Com base nesses resultados, Callou & Silva (1997, p. 15) asseveram que “a frequência de emprego de artigo no Brasil, nos séculos XIX e XX, corresponde, praticamente, à frequência deste emprego em Portugal nos séculos XVI e XVII, exatamente quando se deu a colonização do Brasil”. Isso, no seu entender, confirmaria a hipótese de muitos autores, no que diz respeito ao conservadorismo linguístico do Brasil para alguns fenômenos. Também levantam a hipótese de que o incremento no uso do artigo diante de antropônimo tenha se difundido “talvez por analogia ao uso diante de possessivos” estendido o seu uso da função de sujeito para as demais.

Tendo em vista esses resultados históricos, as duas autoras testaram a produtividade da regra em amostra do Projeto NURC² (gravações, da década de 1970, com informantes com nível de escolaridade universitária de cinco cidades brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Porto Alegre), observando grupos de fatores linguísticos e sociais. De toda a análise por elas apresentada, vou me ater aos resultados por região. Utilizei o quadro 7, “Aplicação ... diante dos possessivos” e o Quadro 8, “Diante de antropônimos”, das autoras, representado abaixo como Tabela 01:

Região	Artigo diante de pronome possessivo			Artigo diante de antropônimo		
	Aplic.	%	P. R.	Aplic.	%	P.R.
Recife	59/98	60	,35	12/71	17	,20
Salvador	57/87	66	,38	10/24	32	,30
Rio de Janeiro	280/399	70	,54	27/85	43	,52
São Paulo	147/209	70	,50	20/23	87	,88

2 Projeto NURC: Norma **UR**rbana **C**ulta. O projeto previa quatro tipos de gravação, indo do nível mais formal para o mais informal: **EF**: Elocuções **F**ormais (aulas e conferências); **DID** – **D**iálogo entre **I**nformante e **D**ocumentador; **D2** – **D**iálogo entre **2** Informantes; **GS** – **G**ravações **S**ecretas, que não pudeream ser implementadas, visto estar em vigor o AI-5, na época das gravações.

Porto Alegre	26/33	79	,70	50/63	79	,81
--------------	-------	----	-----	-------	----	-----

Tabela 01: NURC - Uso de artigo diante de pronomes possessivos e de antropônimos.

Fonte: Amálgama dos Quadros 7 e 8 de Callou & Silva (1992).

Como se pode constatar, parece haver no PB uma linha crescente no uso de artigo, tanto diante de possessivo como diante de antropônimo, à medida que geograficamente, se desloca do nordeste para o sul do país (tanto em percentuais como em pesos relativos). Se pensarmos que o NURC constitui uma amostra em tempo aparente, coletada nos anos setenta do século passado, podemos pressupor, com alguma segurança, que esses resultados remontam ao início do século XX, ou, ao menos, aos anos vinte, pois os informantes mais velhos do NURC (FE3: + de 56 anos) teriam adquirido o vernáculo nessa década (as entrevistas do NURC começaram em 1971 e acabaram em 1978, variando o período conforme as cidades: em São Paulo, por exemplo, as últimas gravações datam de 1976 e as primeiras, de 1971).

Os resultados com as amostras de fala do NURC demonstram que os dados da escrita, mencionados anteriormente pelas autoras, com relação ao PB, de em torno de 40% de uso tanto diante de possessivo como de antropônimo, no século XX, seriam similares para a porção mais para o norte do país; entretanto, não seriam compatíveis com os percentuais e pesos das regiões sudeste (São Paulo e Rio) e sul (Porto Alegre).

Além disso, tem havido uma série de estudos pontuais sobre o fenômeno no PB, com base em dados do oral, cujos resultados apontam para a grande diversidade que existe no emprego ou não do artigo até em localidades vizinhas, como é o caso estudado por Mendes (2010). O seu objeto de estudo recaiu sobre duas comunidades rurais de Minas Gerais: Matipó e Abre Campo, distantes 22 km uma da outra. Segundo ela, “os habitantes de Abre Campo têm como característica de sua fala a ausência de artigo definido diante de antropônimos”. Já “os habitantes de Matipó possuem registrada a presença de artigo definido no mesmo contexto.” (MENDES, 2010, p. 2056). Em comunicação pessoal, a professora Lígia Negri, da UFPR, relatou que acontece o mesmo com duas cidades do interior paulista: Salto e Itu. A professora, natural de Salto, diz que lá se usa o artigo diante de nome próprio; no entanto, ali pertinho, na vizinha Itu, não se emprega o artigo definido.

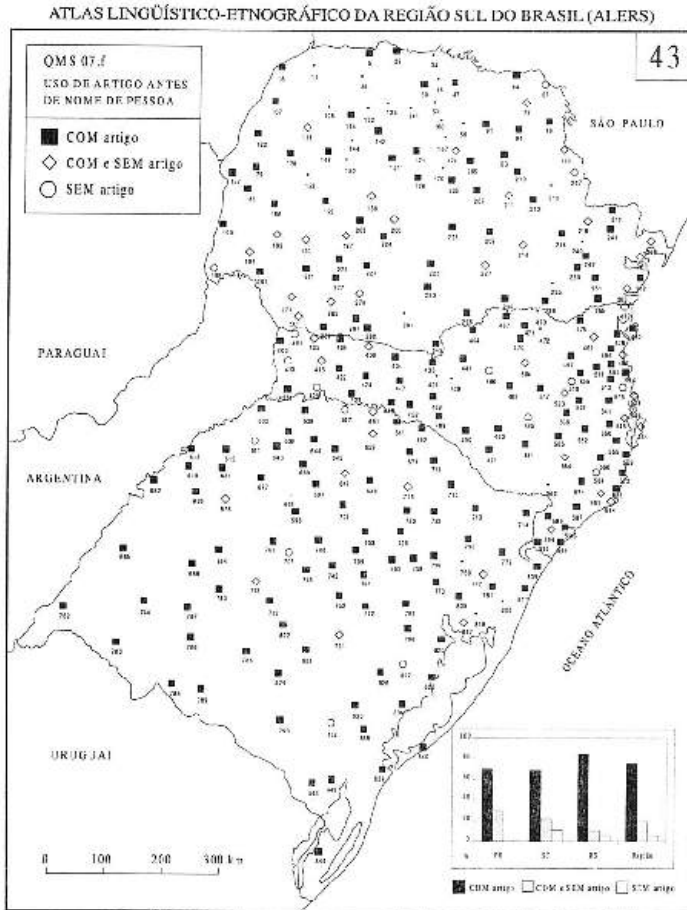
Tais diferenças, em um mesmo território geográfico, parecem contradizer a hipótese de o fenômeno ter cunho regional. Por isso, necessitamos ainda de mais trabalhos descritivos com dados reais de informantes para tentar entender o que está por trás das diferenças: tempo de colonização? diferenças de povoação dos territórios por grupos étnicos distintos e em diferentes épocas? conservadorismo de algumas regiões? isolamento? diferenças de contextos de uso? Essas são algumas das hipóteses a serem confirmadas, ou não.

3 I USO DE ARTIGO NA REGIÃO SUL

A fim de verificar o comportamento do artigo diante de possessivo e diante de nome próprio entre duas capitais brasileiras – Curitiba, no sul, capital do estado do Paraná, e João Pessoa, no nordeste, capital do estado da Paraíba – estamos utilizando amostras reais de fala, de coleta sistemática, sociolinguística, de dois bancos de dados (ambos dos anos 1990): VARSUL – **V**ariação Linguística na Região **S**ul e VALPB – **V**ariação Linguística na **P**araíba, a fim de comprovar, ou não, diferença sistemática ou variável do emprego do artigo diante de possessivo e de nome próprio no PB.

No entanto, como no evento que motivou este trabalho diz respeito à abrangência da região sul como um todo, vamos mostrar, primeiramente, os resultados obtidos pelo levantamento do ALERS (*Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil*), no **Questionário morfossintático 07.f (QMS07.f)**, “uso do artigo antes de nome de pessoa”. A razão para essa opção reside no fato de que constatamos que nas entrevistas do Varsul de Curitiba há ocorrência mínima de nomes próprios sem uso artigo (como veremos abaixo, somente 10% dos dados). Assim, o recurso ao **mapa 43** (ALERS, vol. 2, p. 319) nos possibilita ter uma visão geral do comportamento do artigo diante de nome próprio no conjunto da região sul. As entrevistas do ALERS foram efetuadas em período quase idêntico ao da coleta do VARSUL³ trata-se, por conseguinte, de amostras coevas.

3 A decisão de levar adiante ambos os projetos derivou de encontros anuais de pesquisadores das universidades do sul do Brasil, divididos em três grupos: (i) **Estudos Dialetológicos**, liderados por Walter Koch, que decidiram organizar um atlas linguístico-etnográfico da região, o ALERS; (ii) **Estudos Sociolinguísticos**, liderados por Leda Bisol, que propôs a criação de projeto com coleta estratificada socialmente em centros urbanos representativos da colonização de cada estado, o VARSUL; (iii) **Estudos de Bilinguismo**, liderados por Paulino Vandresen que, posteriormente, se transferiu para o Varsul, dado o número reduzido de pesquisadores para desenvolver projeto geral na área de bilinguismo. Essas reuniões tiveram lugar no decorrer da década de 1980.



Mapa ALERS:– **Uso artigo diante de nome de pessoa (QMS 07.f)**

Fonte: ALERS, Volume 2, p. 319

Abaixo, apresentamos uma tabela organizada com os resultados constantes na página 318 do citado volume. Cabe ressaltar que o número de pontos pesquisados pelo Alers em cada estado varia proporcionalmente, conforme os critérios explanados no volume

de introdução, item 2.4 “Pontos de sondagem” (Vol. 1, p. 19). Assim, o Paraná teve 100 pontos geográficos; Santa Catarina, 80, Rio Grande do Sul, 95.

Por isso, na tabela que elaboramos, distribuimos as ocorrências por estado, com os respectivos percentuais, calculados sobre o número de pontos (geográficos) de cada estado. Dessa forma, os 56% de uso do artigo no Paraná correspondem a 56/100; os 64% de Santa Catarina, a 51/80 e os 81% do Rio Grande do Sul, a 77/95 pontos. A última coluna, TOTAL, corresponde ao número de ocorrências dividido pelo total de pontos (275). Dessa maneira, podemos constatar que, na região sul do Brasil, em **termos percentuais**, a frequência de emprego de artigo diante de nome de pessoa se revela majoritária, com **67%** das ocorrências. Na sequência, temos a situação em que ora se emprega, ora não, o artigo, com 17% dos dados. O não uso do artigo tem ocorrência muito baixa: somente 05% das ocorrências. Os demais casos (RP, NP, RN) correspondem ou a respostas prejudicadas (RP, RN, por qualquer razão que não é exposta nos dois volumes) ou à não-aplicação da pergunta naquela localidade (NP).

USO DO ART.	Paraná		Santa Catarina		Rio Grande do Sul		TOTAL	
	N.º oc.	%	N.º oc.	%	N.º oc.	%	N.º oc.	%
COM ARTIGO	56	56	51	64	77	81	184	67
COM/SEM ART.	23	23	16	20	09	10	48	17
SEM ARTIGO	01	01	08	10	05	05	14	05
RP	20	20	--		01	01	21	08
NP	--	--	05	06	02	02	07	03
RN	--		--		01	01	01	--
TOTAL DE PONTOS	100		80		95		275	

Tabela 02: Distribuição do uso de artigo definido diante de antropônimos, no sul do Brasil - ALERS

Fonte: Tabela elaborada a partir dos resultados do QSM 07.f, ALERS, VOL. 2, p. 318.

A distribuição geográfica revela, ainda, que o emprego do artigo é menor no Paraná (56%), aumenta em Santa Catarina (64%) e atinge o maior grau no Rio Grande do Sul (81%). Então, parece haver um *continuum* crescente do emprego do artigo diante de nome próprio à medida que se avança em direção ao sul do país. Resta verificar se tal tendência vai se aplicar no uso de artigo diante de possessivo.

Temos um outro levantamento que fornece resultados sobre a região sul: trata-se do trabalho de Callou & Silva (1997), com dados do NURC, conforme a Tabela 01, mais acima. No cotejo efetuado pelas autoras, **aumenta** o uso de artigo diante de nome próprio, **à medida que se desce geograficamente** do nordeste (Recife e Salvador) para o sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo) e extremo sul (Porto Alegre). Vemos, então que os resultados do NURC, com informantes universitários, são praticamente idênticos aos obtidos pelo

ALERS para o Rio Grande do Sul: **NURC-POA 79%** (P.R. ,81)⁴ de uso de artigo diante de antropônimo; **ALERS-RS 81%**. Entre a coleta do NURC-POA e a do ALERS, medeiam duas décadas.

4 | CURITIBA VERSUS JOÃO PESSOA

Como a amostra base do Varsul é composta de 24 entrevistas por cidade, e a do VALPB, de João Pessoa, de 60 entrevistas (uma faixa etária a mais, a de jovens; duas faixas a mais de escolaridade: analfabetos e universitários), procedemos a uma adaptação, fazendo somente o levantamento das entrevistas de João Pessoa que correspondessem aos mesmos perfis disponíveis, no momento, para o Varsul: dois sexos (masculino e feminino); duas faixas etárias (adultos jovens e mais velhos); três níveis de escolaridade (até cinco anos; de cinco a oito; de nove a onze). Neste trabalho só se apresenta o resultado em percentuais, tanto para artigo diante de possessivo (para avaliar a distribuição das amostras) e diante de nome próprio, pois, para essa última categoria, não seria possível rodar os dados no Varbrul, em razão de haver muito nocautes. Não há nenhuma ocorrência de nome próprio em alguns dos entrevistados e, nas mulheres com colegial (**fc**ol), não há ocorrência de antropônimos antecédidos de artigo: resultado categórico!

O número total de dados, nessa amostra, registra, para **João Pessoa**, **2203** ocorrências de sintagmas nominais **com** pronome possessivo e **290** ocorrências de nomes próprios de pessoa. Para **Curitiba**, são **1396** sintagmas nominais **com** pronome possessivo e **243** ocorrências de nomes próprios. Limitamos os nomes próprios à categoria de **antropônimos** (nomes de pessoas) pois o comportamento de uso do artigo diante de outros nomes próprios (como, por exemplo, nomes de estabelecimentos comerciais; nomes geográficos (topônimos)) é bastante diferenciado e diversificado. Quanto ao número de dados registrados nas duas amostras vemos que, embora o número de sintagmas nominais seja bastante diferenciado (João Pessoa tem 800 dados a mais que Curitiba), as ocorrências de antropônimos não estão muito divergentes. Abaixo, alguns exemplos de nomes próprios e antecédidos, ou não, de artigo e de alguns possessivos com artigo:

(01) 0696 *Essa Frida Stein é uma família de Joinville. (est) ***O [Manuel]-** Manuel ainda existe. (est) ***O Manuel** está com noventa e0 poucos anos. *Noventa e seis anos. *Tinha a idade **da minha** mãe. *É meu primo#irmão⁵.

(VARSUL, Inf. **mbc**: homem, faixa etária mais velha, colegial)

(02) 0646 *Não, eu sou a do meio. *A mais nova é **a Vera**. *Daí tem **a Maria Amélia**, não sei se vocês viram?

(VARSUL, Inf. **fag**: mulher, jovem, ginásio)

4 Seria interessante poder contar com um levantamento de dados da amostra Recontato do NURC-POA, realizada na primeira década deste século, para se verificar, em tempo real, o comportamento da variação/mudança do fenômeno.

5 Nesse contexto, o de predicativo do sujeito, há pouca chance de ocorrer artigo, a não ser quando o possessivo é o núcleo do sintagma: Este livro é **o meu**.

(03) 144 Olhe, o melhor carnaval que eu brinquei, + foi no Clube Cabo Branco, **cum Silvana**, (hes.) **Geovana**, e **Georgia**. **Georgia** e prima **de Silvana**. Dah mininaø, certo? qu'eu tumei conta. Então eu fui, cum a vó dessas mininaø.

(VALPB, Inf. **fap**: mulher, jovem, primário)

(04) 198 Tem **dona Dione**, + cá além de trabalhar comigo, é uma pessoa excelente também, né? tem **dona Maria**, aqui, + tem **Eliete**, aqui ao lado também, + eu gosto **dos meus vizinhos**.

(VALPB, Inf. **fac**: mulher, jovem, colegial)

Note-se que em (02) e (04) temos **idêntico contexto** de ocorrência: “tem a Maria Amélia” (Varsul); “tem Eliete” (VALPB).

Vejam, então, de maneira geral, como se dá a distribuição (somente em percentuais) do uso de artigo diante de pronome possessivo e de nome próprio nos dois bancos de dados:

POSSESSIVO.		GFS ⁶	POSSESSIVO		NOME PRÓPRIO		NOME PRÓPRIO	
+ ART VALPB	+ ART VARSUL	SIE	Ø ART VALPB	Ø ART VARSUL	+ ART. Valpb	+ART. Varsul	Ø ART. Valpb	Ø ART. Varsul
137	79	mpri	170	57	01	34	43	04
326	177	fpri	271	149	07	85	37	08
181	139	mgin	137	49	07	06	51	06
198	180	fgin	225	104	01	31	85	04
66	100	mcol	62	84	14	03	24	--
151	146	fcoll	142	85	--	57	20	06
1182	887		1021	509	30	219	260	24
54%	63%		46%	37%	10%	90%	90%	10%

SN VALPB: 2203 DADOS

NOME PRÓPRIO VALPB: 290 DADOS

SN VARSUL: 1396 DADOS

NOME PRÓPRIO VARSUL: 243 DADOS

Tabela 03: PRESENÇA/AUSÊNCIA DE ARTIGO DIANTE DE POSSESSIVO E DE NOME PRÓPRIO -- VALPB E VARSUL

Fonte: Adaptação de MENON (2016).

Pela tabela 03 acima, vemos que, para João Pessoa, que fica numa região em que se costuma afirmar que não se usa artigo diante de possessivos (veja-se o resultado de Callou & Silva, para Recife e Salvador, sempre levando em conta Mário Marroquim), os

6 GFS são os grupos de fatores sociais analisados: sexo (S), idade (I) e escolaridade (E). Os dados correspondentes à idade (duas faixas etárias, adultos e mais velhos) estão amalgamados em cada faixa de escolaridade. Assim, **mpri**, **fpri** correspondem, respectivamente, a homens e mulheres com até cinco anos de escolaridade (antigo primário e que podia incluir o quinto ano, do antigo exame de admissão ao ginásio, antes da reforma do ensino, de 1971; depois primeiro grau, hoje fundamental I); **mgin** e **fgin**, *idem*, até oito anos de escolaridade (com o antigo ginásio, depois primeiro grau, hoje fundamental II); **mcol** e **fcoll**, *ibidem*, com até onze anos de escolaridade (correspondente ao antigo colegial/científico/normal, depois segundo grau e hoje, ensino médio).

resultados **não são assim tão categóricos**. Ao menos em termos de distribuição (há que se aguardar as rodadas em pesos relativos⁷, para se avaliar a tendência de uso), parece estar havendo um certo equilíbrio entre a presença (54%) e a ausência de artigo (46%)

Todavia, o que chama imediatamente a atenção no caso dos nomes próprios de pessoas é que a distribuição dos dados nas duas cidades é **invertida**, embora os percentuais sejam idênticos: em Curitiba, há **90%** de **uso** de artigo diante de antropônimos (sobre 243 dados); em João Pessoa, ao contrário, há **90%** de **ausência** de artigo diante dos nomes próprios (sobre 290 dados). Então, levando-se em conta os resultados do ALERS para o Paraná (56% de uso, conforme a Tabela 01, acima), Curitiba se apresenta em consonância com a tendência apontada por Callou & Silva (1992), de que, quanto mais para o sul, mais emprego de artigo diante de nome próprio.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os resultados apresentados em diversas amostras, tanto de fala como de escrita, temos que concluir que não há, ainda, resultados em número suficiente para se fazer qualquer afirmação categórica sobre o uso ou não do artigo definido diante de pronome possessivo e diante de antropônimo no PB. Devemos, então, nos fazer quatro perguntas, ao menos:

1. Trata-se de regras idênticas, de um lado, para os dois fenômenos (elas estariam correndo em paralelo)?
2. Existe um *continuum* na mudança entre o PE e o PB, diferindo apenas o período de implementação da regra de maior uso do artigo definido?
3. Haveria, realmente, fatores linguísticos e sociais condicionando diversamente o fenômeno em diferentes regiões do país, no caso do PB?
4. O artigo estaria se tornando expletivo em português?

São respostas a essas questões que novos estudos, com mais dados de diferentes regiões, poderão apresentar. Aguardemos.

REFERÊNCIAS

CALLOU, Dinah; SILVA, Giselle M.O. O uso do artigo definido em contextos específicos. In: HORA, Dermeval da. (org.). *Diversidade lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia. p. 11-28. 1997

CEGALLA, Domingos P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 30. ed. São Paulo: Nacional. 1988.

CUNHA, Celso & CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. 16. impr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1988 [1985].

HORA, Dermeval da; PEDROSA, Juliene L. R. (orgs.). *Projeto variação linguística no estado da Paraíba (VALPB)*, volumes 1 a 5. João Pessoa: Idéia. 2001.

⁷ A aparecer em Menon (no prelo).

KOCH, W.; KLASSMANN, M. S.; ALTENHOFEN, C. V. (orgs.). *ALERS – Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil. Vols. 1 e 2*. Porto Alegre: UFRGS/ Florianópolis: Editora da UFSC/ Curitiba: Editora UFPR. 2002.

MARROQUIM, Mário. *A língua do Nordeste*. 3. ed. Curitiba: HD Livros. 1996 [1934].

MENDES, Andrea Almeida. *A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos moradores da zona rural de Matipó e Abre Campo-MG*. Disponível em http://www.filologia.org.br/xiv_cnlt/tomo_3/2056-2069.pdf. Cadernos do CNLF vol. XIV, nº 4, t.3. 2010. Acesso em 20.07.16.

MENON, Odete P. S. *Diferenças entre o PB e o PE, a partir das traduções de Inferno, de Dan Brown*. Comunicação apresentada no III Congresso Internacional da AILP (Associação Internacional de Linguística do Português). Macau: Universidade de Macau. (a sair nos *Anais...*) 2014.

_____. *Presenza/assenza di articolo prima di nomi propri e di pronome possessivo nel portoghese brasiliano (PB)*. Comunicação apresentada no *GSCP 2016*, Nápoles, Itália, Universidade de Nápoles/ Universidade Federico II. 2016.

_____. Uma regra variável no português do Brasil: artigo diante de possessivo e de antropônimo: Curitiba (VARSUL) versus João Pessoa (VALPB). In: MENON, Odete P. S.; FAGUNDES, Edson D. (orgs.). *Estudos sobre o português da região sul*. Curitiba: Editora da UTFPR. (no prelo).

MONTEAGUDO, Henrique. Galego, português e brasileiro no tempo: achegas para unha diacronia comparada. In: LAGARES, Xoán C. & MONTEAGUDO, Henrique. (orgs.). 2012. *Galego e português brasileiro: história, variação e mudança*. Niterói, RJ: Editora da UFF/ Santiago de Compostela: USC. 2012. p. 37-104.

SAID ALI, Manuel. *Gramática histórica da língua portuguesa*. ed. rev. e anotada por Maximiano de Carvalho e Silva. Brasília: Editora UnB. 1964 [1931, 1923, 1921].

LITERATURA EM REVISÃO: A PALAVRA DA CRÍTICA NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Data de aceite: 01/03/2022

Aretusa Pontes Nascimento

Professora de Língua Portuguesa pela Secretaria Municipal de Educação de São Luís-MA (SEMED)

Danielle Castro da Silva

Professora de Língua Portuguesa pela Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (SEDUC-MA), e pela Secretaria Municipal de Educação de São Luís - MA (SEMED)

Lina Mendes Bezerra Machado Freitas

Professora de Língua Portuguesa e Língua Inglesa pela Secretaria Municipal de Educação de São Luís -MA (SEMED) e professora de Língua Portuguesa pela Secretaria Municipal de Educação de Paço do Lumiar

Luciana Rocha Cavalcante

Professora Associada do Departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão

Luiz Máximo Lima Costa

Professor da Rede Estadual de Ensino do Maranhão e da Rede Municipal de São Luís do Maranhão

Viviane Lima Coimbra

Professora do Instituto Federal do Maranhão e Advogada

RESUMO: Reflexões acerca da construção sócio-histórica dos termos “literatura” e “poética”. Discussão a partir das várias vertentes da crítica literária sobre o tema, desde a década de 1980 até

o momento, sob método de revisão de literatura. No presente artigo, buscou-se entender os termos “literatura” e “poética” em suas acepções teóricas e históricas, como forma de direcionar o olhar para tal possibilidade interpretativa, elucidando sob que parâmetros se fundará essa possibilidade. Pretende-se analisar a relação entre a escrita e o leitor a partir da abordagem da concepção da criação literária, confrontando as ideias circulantes de poética como inspiração e como construção intelectual, entendendo de que modo as categorias “literatura”, “poética” e “cultura” foram concebidas historicamente como forma de distinção social, após a Revolução Francesa.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura. Poética. Criação literária. Reflexões.

ABSTRACT: Reflections on the socio-historical construction of the terms “literature” and “poetics”. Discussion from the various points of view of literary criticism on the subject, from the 1980s to the present, using the literature review method. In this article, it was sought to understand the terms “literature” and “poetics” in their theoretical and historical meanings, as a way of directing the gaze towards such an interpretive possibility, explaining under which parameters this possibility will be based. It is intended to analyze the relationship between writing and the reader from the approach of the conception of literary creation, confronting the main ideas of poetics as inspiration and as intellectual construction and understanding how the categories: “literature”, “poetics”, and “culture” were historically conceived as a form of social distinction after the French Revolution.

KEYWORDS: Literature. Poetics. Literary creation. Reflections.

1 | INTRODUÇÃO

Desde a década de 80, em *O rumor da língua*, Barthes espanta o mundo falando que o nascimento do autor se dá exatamente com a sua morte (2004, p. 58). O que inicialmente parece ser um contrassenso óbvio, uma sandice ou mesmo um arroubo de um teórico experiente se explica quando ele revela um fato simples: apenas quando o autor é lido ele se torna um autor e, na mesma medida, o texto vai perdendo sua origem autoral para ser um texto propriamente, que pode ser interpretado por quem o lê, sem necessariamente estar essa interpretação vinculada a quem o escreveu. Será, pois, o texto *X* de autor *tal*, não mais o texto *tal* de autor *X*.

Ainda segundo as ideias barthesianas, a concepção de autor é profundamente moderna, no sentido de que é apenas a partir de uma valorização do “indivíduo” que se passa a pensar numa autoria não difusa, não coletiva – tal como parecia ser muitas vezes concebida a autoria na Idade Média. Em outros termos, concede-se uma atenção especial ao produtor do texto.

Tais discussões incitam um pensamento ainda mais radical. O autor é sempre o autor *de um texto*. Esse texto pode ou não ser um texto literário, bem como pode ou não ser um texto literário poético. A partir de que momento pode-se considerar um texto literário ou não, poético ou não?

2 | “LITERATURA” E “POÉTICA”

Para introduzir esses questionamentos, é interessante relembrar uma experiência de I. A. Richards na University of Cambridge, ano de 1929 (EAGLETON, 2006, p.23), quando foi proposto aos alunos de literatura que, diante de vários poemas com os nomes dos autores não revelados, se analisasse cada um livremente. Como já se pode imaginar, vários autores consagrados foram apreciados como não consideráveis pelos alunos, bem como desconhecidos, elevados.

Dessa experiência, há que se visualizar alguns pontos importantes, senão cruciais. A primeira conclusão é a de que muitas vezes *o lugar do autor* é que dá o tom de poético, menos poético ou mais poético a um texto. A segunda conclusão é a de que não existe uma essência poética propriamente dita, irrepreensível e inquestionável. A terceira é que, se avaliado um poema como um bom poema por um crítico consagrado, gerar-se-á não menos de uma opinião no mesmo sentido (o que não é muito difícil de se imaginar no dia-a-dia pela ideia corrente de voz autorizada expressa pelo famoso: “mas foi fulano quem disse!”).

Tais conclusões, por si, não são capazes de romper com uma ideia de existência do poético, mas já noticiam que o que se diz *poético* ou *não poético* não é feito por essência.

Imagine-se um trecho de um poema bastante conhecido, como *Tabacaria*, de Álvaro de Campos. “Não sou nada. / Nunca serei nada. / Não posso querer ser nada”. Pode tanto fazer parte de um famoso poema quanto ser um desabafo de um adolescente frustrado, sem saber o que fará no futuro de sua vida.

Do mesmo modo, quando diz Drummond: “No meio do caminho tinha uma pedra”, muitos se questionam o porquê de tal afirmação ser poética. Poder-se-ia dizer: “é poética porque é de Drummond”. “É poética porque a pedra no meio do caminho é uma metáfora para um obstáculo bastante difícil”. “É poética porque fala de um assunto banal, porém a partir de uma outra estética, num estranhamento do cotidiano”. “É poética porque dizem as vozes autorizadas que é poética”.

E diante de tantas possibilidades, acha-se uma essência poética no texto de Drummond? Veríamos o texto como poético se dissessem ter sido feito por alguém que estava esperando um telefonema e, enquanto isso, rabiscava um papel de qualquer jeito, assistindo a um filme em que um carro tinha sua passagem impedida por uma pedra enorme? E se esse texto fosse não escrito, mas anunciado por alguém que trabalha em uma pedreira ao chegar à sua casa? Caso vários críticos da Literatura dissessem não ser esse texto poético, o seria ele aos olhos das pessoas? Se fosse feito tal exercício com outros poemas, quais resultados se obteriam?

Tais considerações são feitas por Terry Eagleton, a partir de outras exemplificações, no seu livro *Teoria da Literatura*, no ano de 1985. Segundo o autor, pensar em literatura é pensar ideologicamente: “A literatura, no sentido que herdamos da palavra, é uma ideologia. Ela guarda as relações mais estreitas com questões do poder social” (EAGLETON, 2006, p. 33). O autor desenvolve, ao longo dessa obra, um esboço histórico da *construção* da ideia de literatura a partir da Inglaterra, expandindo-se para o mundo ocidental, passando por várias vertentes da crítica.

A virada epistemológica no ramo das ciências sociais no início do século XX, nascida de um desencanto em relação às teorias iluministas, que eram inspiradas em um pressuposto de verdade científica, não só começou a colocar em questão o que havia de mais basilar no campo da busca legitimada do conhecimento humano, como também conseguiu despertar uma revisitação de conceitos antes considerados inquestionáveis.

Assim, se antes pensar em cultura – de que as noções de “literatura” e “poética” fazem parte – necessariamente era se pensar em um acúmulo de saberes reunidos sistematicamente só por algumas civilizações privilegiadas, se havia um parâmetro de cultura como a cultura de uma parte destacada da sociedade, a partir de tal virada epistemológica começa-se a pensar na possibilidade de uma cultura “do povo”.

Do mesmo modo, a idéia de que somente existe uma literatura centrada na palavra escrita é posta em xeque, quando se começa a analisar tais produções culturais – muito menos por uma pretensão de justiça ideológica que por uma releitura dos conceitos anteriores manifestamente marcados pelo etnocentrismo. Assim, não será mais possível

compreender certos conceitos como unívocos, sobretudo quando a teoria relativista entra em cena, como se verá.

A partir do final do século XX (período pós-imperialismo europeu), sentindo-se os efeitos de ideias de formação cultural por anos reiteradas em várias gerações e em várias origens, sentindo-se a responsabilidade que advém de séculos de teorias que de alguma forma exigiam um enquadramento em um padrão cultural só acessível para alguns – o que nesse momento especifico pairava em ares de equívoco –, houve a necessidade de se questionar todo esse conjunto teórico antes tão bem assentado. Ele já não era capaz de explicar muitos fenômenos e de dar conta das angústias advindas de uma desastrosa política imperialista.

Mesmo subjugadas, certas populações, ao mesmo tempo em que integradas no processo capitalista de produção (mas não incluídas), estavam alijadas dos seus “benefícios”. Em consequência, vai-se também pensar, através das teorias marxistas, no lugar dessas populações na sociedade ocidental e em mecanismos utilizados até então para colocar essas populações onde sempre estiveram: em um espaço de exclusão (BOTTOMORE, 2001; CANCLINI, 1983).

O desenvolvimento dessas ideias não só buscava explicações econômicas para o desenrolar desse histórico de domínio de uma classe sobre a outra (a chamada infraestrutura) como também inicia estudos no sentido de perceber qual o apoio ideológico que ampara essa dominação (o que foi denominado de superestrutura). Nesse último aspecto estão inseridas todas as formas de arte, a educação, as religiões, etc. Em outros termos, a superestrutura de Marx corresponderia à chamada armação cultural de um povo.

Surgiram, pois, os estudos sobre os “contatos culturais”, com início na década de 30, com os primeiros trabalhos versando sobre o tema da “aculturação”. Tal temática buscava explicar as aproximações entre a cultura “civilizada” e a cultura popular. Como afirma Canclini (1983, p. 46): “Com uma cândida benevolência, chamaram os exploradores de ‘grupo doador’ de valores e a reação dos oprimidos de ‘adaptação’”.

Essa preocupação revelada através das mais vertentes teóricas é gerada não só de debates acadêmicos como também – e principalmente – por conta da expansão imperialista com fins de ampliação do mercado, nos séculos XIX e XX. Não só buscava-se explicar os conflitos interculturais entre povos distintos como também conflitos gerados já mesmo dentro de cada sociedade, posto que o acelerado processo de industrialização tenha também trazido migração de populações camponesas com conseqüente formação de periferias em grandes cidades.

Houve, percebendo-se a problemática social também inserida nessas questões, estudos marxistas a respeito. No entanto, as explicações para o fenômeno cultural tendiam a ser muito econômicas ou extremamente vinculadas à ideia de imposição ideológica das classes dominantes. Gramsci começa a repensar o lugar científico do popular, contrapondo-se à ideia estática de cultura como folclore e explicando os fenômenos da cultura popular a

partir de disputas entre a cultura subalterna e a cultura hegemônica. Não só ele segue por esse caminho, mas outros, como Cirese, que vai pensar a cultura como uma dialética entre dominantes e dominados, gerando desníveis culturais.

Néstor Garcia Canclini critica tais posicionamentos por, no caso de Cirese, entender que falar em desníveis culturais “parece demasiado estático”, pois pressupõe “subidas” e “descidas” de níveis entre uma cultura e outra, não compreendendo bem a desigualdade cultural, hierarquizando as diferenças. Também observa em Gramsci essa tentação do “estático”, identificando que o autor considera cultura subalterna e cultura hegemônica como exteriores entre si, o que em extremos, levará muitos teóricos a um pensamento maniqueísta do tipo o que é hegemônico é negativo, o que é subalterno é resistência cultural, como em utilizações que foram feitas dos textos de Lombardi Satriani na América Latina, por exemplo (CANCLINI, 1983, p. 48).

As ideias marxistas também sofrerão críticas no correr do tempo, porém, foram fundamentais por incitar tal discussão antes inimaginada – ao menos nas proporções em que se desenvolveu – e por lançar basilaramente um questionamento: quais os interesses estão em jogo num processo cultural?

Esclarecendo, especificamente, o que está em jogo em torno da criação da “literatura” como a concebemos, entendendo o termo como parte do que é cultural entre as nações, Márcia Abreu, no capítulo intitulado *Letras, Belas-letras, Boas letras*, de abertura do livro *História da Literatura: o discurso fundador* (ABREU, 2003), demonstra, a partir de leituras históricas, como se deu a difusão do conceito de literatura que paira no imaginário coletivo. A autora demonstra a construção desse conceito como vital para a manutenção do status de uma camada erudita a partir do período em que a alfabetização começa a se difundir na França, após a Revolução Francesa.

Se inicialmente se podia considerar qualquer texto erudito como *belas-letras*, não necessariamente sendo esse texto um texto dito hoje como literário (poderia ser uma tese de biologia, por exemplo), o próprio termo literatura ainda nem existia em meados do século XVIII, só aparecendo em meados do século seguinte. Diz Abreu (2003, p. 1):

Em meados do século XVII, *Hamlet* havia sido escrito há mais de 150 anos, os *Lusíadas* estavam publicados há quase 200 anos, *D. Quixote* fora impresso há 160 anos e, entretanto, ainda não havia literatura. Molière, Swift, DeFoe, Corneille, Milton e Dante não escreviam literatura.

Literatura, enquanto termo conhecido teoricamente, existiria apenas mais tarde. Nascia da especialização dos saberes no intuito de elaborar distinções entre o estrato erudito da sociedade e a nascente burguesia, já que com as reformas introduzidas na França por Napoleão, a alfabetização era um processo difundido e o que era antes privilégio de alguns se tornava uso corrente: *saber ler*. Ora, se o fato de saber ler e escrever era antes uma marca de distinção, naquele momento caía por terra. Sendo assim, era necessário separar os cultos nobres (antes ditos letrados) dos alfabetizados burgueses – alfabetizados, mas

ditos por estes primeiros sem apuros de “gosto” e refinamento – o que nos faz retomar as análises sobre as distinções culturais, exploradas nos parágrafos anteriores.

Para reforçar tais ideias de *construção* do termo literatura, a autora cita o conceito de gosto em Voltaire – que dizia ser este pertencente a um reduzido número de almas privilegiadas, com exclusão dos burgueses, que estariam muito atarefados com a manutenção de suas fortunas para conhecê-lo – e no Abade Trublet, que afirmava que o bom gosto é, de modo algum, o gosto da maioria em geral, mas apenas o daqueles que têm qualidades, conhecimentos, ou seja, “o gosto mais comum entre as pessoas menos comuns” (Ibid, p. 19).

Assim, a literatura poderia ser pensada, nos moldes como recebemos o termo (uma literatura escrita, inspirada, feita por pessoas consideradas não comuns) e, adequando-o aos textos contemporâneos, o reforçamos, como sinal distintivo entre uns poucos, eruditos, e os demais, exatamente criado para reiterar essa distinção (Ibid., p.28):

A definição moderna de literatura se fez no momento em que entraram em cena *novos* leitores, *novos* gêneros, *novos* escritores e *novas* formas de ler. Escritores e leitores eruditos interessam-se fortemente em diferenciar-se de escritores e leitores comuns a fim de assegurar seu prestígio intelectual, abalado pela disseminação da leitura. Isso os levou a eleger *alguns* autores, *alguns* gêneros e *algumas* maneiras de ler como as melhores. Convencionaram chamar a isso de literatura.

Dessa maneira, chega aos dias de hoje um conceito de literário mais ou menos cristalizado, de tal modo que a prática de determinadas técnicas de análise e conceituação do poético tornam-se, aos olhos da maioria, “normais”. Assim, tem-se a naturalização de um conceito construído como modo de vigilância e controle cultural – o que implica também falar-se em vigilância e controle de espaços de poder, de lugares de fala. Com assinala Abreu (Ibid., p.29):

O desejo de controlar práticas culturais gerais assim como a vontade de fazer valer marcas de distinção social fizeram com que se inventasse, nos anos oitocentos, em países europeus economicamente desenvolvidos, um conceito que hoje parece a-histórico e universal: o conceito de literatura.

Há que se perceber que a concepção do que seja literário e poético faz parte de um contexto maior, que envolve a própria concepção do que é cultura. Desse modo, na tradição francesa seria impossível pensar em cultura sem se pensar na ideia de cultura universal, civilização, o que significava lutar contra a irracionalidade de uma ideia de tradição (muito inspirada no *ancien régime*, que impunha certas práticas comuns, além da própria força embasada na tradição da Igreja Católica medieval). A partir do Iluminismo, fica cada vez mais inconcebível expressar cultura como não sendo a mais elevada expressão racional de um povo (sobretudo o povo francês), a verdade contida nas leis naturais e sociais (KUPER, 2002, p. 26).

Para os franceses, afirmar a cultura como acúmulo de saberes universais, civilização,

era antes de tudo negar o irracionalismo tradicional, a fé “cega” inspirada no temor religioso. Era também reiterar o progresso, a ciência como descoberta da verdade sobre o mundo, o que significava também a verdade sobre as relações sociais e culturais.

Os alemães, ao revés, inspirados por um protestantismo antimaterialista, identificavam nesse pensamento – até então vigente na Europa e nascido das ideias francesas – um reacionarismo, trazendo, pois, em contrapartida, a ideia de cultura como tradição nacional, fugindo do cosmopolitismo francês. Tal como afirma Kuper (2002, p. 27):

Na visão do Iluminismo, a civilização travava uma grande luta para vencer as resistências das culturas tradicionais, com suas superstições, seus preconceitos irracionais e suas lealdades temerosas a governantes sarcásticos [...].

Da parte do contrailuminismo, a definição de inimigo era civilização racional, científica e universal: o próprio Iluminismo. Associada a valores materiais, ao capitalismo e muitas vezes à política externa e à influência econômica, essa civilização ameaçava a cultura autêntica e condenava as artes seculares à obsolescência. O cosmopolitanismo corrompia a linguagem. O racionalismo perturbava a fé religiosa. Juntos, eles corroíam valores espirituais dos quais dependia a comunidade orgânica.

Esse pensamento alemão estava muito mais imbuído de um culto aos valores espirituais, individuais, incentivo das artes, com o intuito declarado de se opor ao materialismo, à ciência e à tecnologia, à burocracia, que eram para os alemães termos tão caros ao bem-estar humano. Todo esse conjunto de ideias e práticas que buscava mais as emoções que as razões foi designado de *Kultur*. No dizer de Laraia (2002, p. 25):

No final do século XVIII e no princípio do seguinte, o termo germânico *Kultur* era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa *Civilization* referia-se principalmente às realizações materiais de um povo. Ambos os termos foram sintetizados por Edward Tylor (1832-1917) no vocabulário inglês *Culture*, que 'tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade'. Com esta definição, Tylor abrangia em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição natal [...].

Identifica-se muito bem por tal declaração que a tradição inglesa vai assumir o propósito de reunir sob o vocábulo *culture* tanto a ideia francesa de acúmulo de conhecimentos quando a ideia alemã de conjunto de artes e moral. De qualquer maneira, nenhuma dessas tradições teóricas dava ainda conta de explicar as diversidades culturais sem centrar o foco no europeu como modelo cultural a ser seguido.

Não somente essa guerra ideológica se travaria sobre o conceito de cultura. Darwin, em seu *A origem das espécies*, de 1859, tentou explicar o comportamento humano através de respostas biológicas. Isso também valia para a cultura, já que segundo as ideias darwinistas, o cultural era o resultado manifesto de leis naturais. Desse modo, podia-se

dizer que havia raças inferiores e raças superiores (vocábulo que poderia ser substituído por civilizações). Segundo Darwin, os superiores acabariam dominando o ambiente por seus atributos mais evoluídos. Assim se poderia explicar racionalmente o porquê de tantas distinções entre os povos. Afirma Laraia (2002, p. 33):

Por detrás de cada um destes estudos predominava, então, a idéia de que a cultura desenvolve-se de maneira uniforme, de tal forma que era de se esperar que cada sociedade percorresse as etapas que já tinham sido percorridas pelas "sociedades mais avançadas". Desta maneira era fácil estabelecer uma escala evolutiva que não deixava de ser um processo discriminatório, através do qual diferentes sociedades humanas eram classificadas hierarquicamente, com nítida vantagem para as culturas europeias. Etnocentrismo e ciência marchavam então de mãos juntas.

Tais concepções, embora hoje pareçam um tanto retrógradas ou mesmo preconceituosas, foram fundamentais para pensar nas outras formas sociais não-europeias. Inicialmente estudadas como o modelo de sociedades atrasadas culturalmente, será a partir do olhar para essas sociedades que se observará de modo mais atento e com maior sistemática as diferenças culturais entre os povos.

Somente após o Imperialismo se inaugura uma Antropologia Social que vai buscar deslocar o olhar do europeu e tentar explicar as outras realizações culturais. Inicialmente através do termo primitivo para identificar as demais culturas (muito se assemelhando em significado naquele momento como exploração teórica de culturas exóticas) é que se vão buscar tais explicações.

Assim, a teoria social e a teoria literária começam a pensar em termos culturais que não compreendem culturas hegemônicas como as culturas responsáveis pela ideia de civilização elevada, como algo dado e natural. Barthes já alertava para o perigo do "signo naturalizado" (BARTHES, 2007, p.53; 2004, p.40; EAGLETON, 2006, p. 203). Queria referir-se, com o termo, à passagem de ideias surgidas de uma realidade social (ou seja, não inatas) para uma naturalidade, a sensação de que tal termo sempre significou isto ou aquilo, ou que é da natureza deste signo significar o que o senso geral pensa que significa:

(...) o signo que se pretende natural, que se oferece como a única maneira concebível de ver o mundo, é por isso mesmo autoritário e ideológico. Uma das funções da ideologia é "naturalizar" a realidade social, fazer com que ela pareça tão inocente e imutável quanto a própria natureza. A ideologia procura transformar a cultura em Natureza, e o signo "natural" é uma de suas armas (EAGLETON, 2003, p. 203).

Há que se deixar esclarecido que não se pretende realizar uma cruzada antipoética ou se acreditar numa fabulosa conspiração dos eruditos para dominar determinado *locus* social em detrimento dos demais. Pelo contrário, tais movimentos são extremamente sutis, fugindo a uma visualização mais direta.

Se os eruditos eram tidos como os detentores do conhecimento geral, do conhecimento válido, científico, não é muito difícil se pensar que a sua concepção de

literatura, de poético, vá, ao longo dos tempos, difundindo-se como a correta. E isto não precisa estar expresso num tratado específico sobre o tema. Basta que se registre num dicionário o verbete *literatura* como uma modalidade de texto *escrito*, que goza de *bom gosto* e *apuro estilístico* e que esse conceito seja em outros momentos repetido, reelaborado, e então se tem uma maneira simples e eficaz de difundir *aquela* conceito de literatura, segundo a visão *daquela* parcela social, seguindo aqueles interesses específicos, nem sempre conscientes, nem sempre intencionais no momento dessa elaboração conceitual.

A partir dessa “criação” da literatura, vários críticos dedicaram páginas e páginas de seus estudos em pensar no fenômeno literário, em como ele se desenvolve e, sobretudo, como deve ser interpretado. A linguagem poética é por vezes afirmada como fruto de árduo labor técnico, por vezes como fruto da inspiração do autor, havendo ainda quem diga que o poético está não no modo como se faz o texto, mas no modo como é lido. Entre tantas possibilidades, vê-se que não só literatura e poesia são termos não pacificados, quanto a própria ideia de uma pretensa correta leitura, uma pretensa correta interpretação se faz divulgar. Diz Foucault (2004, p. 16) sobre essa “vontade de verdade”:

Voltemos um pouco atrás: por volta do século XVI e do século XVII (na Inglaterra sobretudo), apareceu uma vontade de saber que, antecipando-se a seus conteúdos atuais, desenhava planos de objetos possíveis, observáveis, mensuráveis, classificáveis; uma vontade de saber que impunha ao sujeito cognoscente (e de certa forma antes de qualquer experiência) certa posição, certo olhar e certa função (...). Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros de edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios de outrora, os laboratórios de hoje (...).

Penso na maneira como a literatura ocidental teve de buscar apoio, durante séculos, no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência também – em suma, no discurso verdadeiro.

O que é problemático e que se torna a discussão sempre corrente na Teoria da Literatura é: a elaboração, o uso de novos gêneros literários que não estejam enquadrados nos clássicos padrões de gêneros (pode-se pensar, nesse caso, na ideia de gêneros lírico, épico e dramático), a revisitação de textos antes não considerados pela crítica. São ocorrências que não conseguem caber nos apertados padrões criados no início da modernidade para literatura e poética.

Assim sendo, as novas correntes da crítica ficam entre buscar distâncias cada vez maiores das correntes anteriores, consideradas já defasadas, muito embora a partir dos mesmos marcos teóricos, ou de certos conceitos que gerarão conflitos diante das novas ideias. Benedito Nunes, no prefácio que realiza para a obra *Teoria da Literatura “Revisitada”*, afirma que a Teoria da Literatura, em si, é totalmente plural: “Estamos diante do conceito de uma disciplina desdobrável no correr do tempo, (...) não há senão várias

Teorias da Literatura” (GONÇALVES e BELLODI, 2005, p.9).

Sendo, pois, “literatura” e “poética” dois conceitos fluidos – posto que mesmo diante da labuta incansável dos críticos, nunca houve como se chegar a qualquer consenso mais ou menos durável a respeito – como se pensar em enquadrar novas possibilidades em tais termos? Como analisá-los? Barthes (2004, p.174), em *O grau zero da escrita*, inquirindo-se sobre a possibilidade de se pensar um início para o trabalho de análise de uma obra literária – mais especificamente tratando da análise estrutural da obra – diz que

não se trata de obter uma ‘explicação’ do texto, um ‘resultado positivo’ (um significado único que fosse a verdade da obra ou sua determinação), mas, ao inverso, que se trata de entrar pela análise (ou o que se parece com análise), no jogo do significante, na escrita: numa palavra, realizar, pelo trabalho, o plural do texto.

Não é demais lembrar que o autor está em plena efervescência dos estudos linguísticos, herdados das ideias iniciais de Saussure, que se por um lado vão se dedicar às vezes até com certo exagero, como diz Barthes, ao jogo do significante, à escrita, por outro, ampliam sobremaneira o campo do que seja dito literário, ou analisável em tais condições: de um poema de T. S. Eliot a um anúncio colado em uma porta de lanchonete. Seria impossível, nesse caso, pensar no conceito literário de Voltaire como o único realizável.

Deste modo, a preocupação com o texto de uma forma geral não seria em aplicar a si ou não a tarja de “literário” ou de “poético”. Seria muito difícil, desse modo, encontrar tantas justificações para uma dita análise de qualquer gênero novo – ou apenas recentemente considerado pela Academia – como só o próprio trabalho de definir literatura, mais que árduo, seria impossível.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do contexto apresentado, Eagleton (2006) propõe não a melhor corrente da crítica, nem a forma correta de se analisar um texto literário, seguindo uma “ciência da literatura”, mas sim buscar o texto que se quer explorar, para só depois conformá-lo com as técnicas de leitura que melhor ajudarão nesse propósito.

Por isso, antes leituras (no plural, levando em conta a multiplicidade de aberturas interpretativas que um texto proporciona) que análise literária. “Serão inevitavelmente ‘reescritos’, reciclados, terão usos diferentes, serão inseridos em diferentes relações e práticas. Sempre o foram, é claro, mas um dos efeitos que a palavra “literatura” tem é o de nos impedir de enxergar isso” (EAGLETON, 2006, p.321). O que o autor propõe, chama de *retórica, teoria do discurso ou estudos culturais*.

Assim, o que morre não é a literatura ou a poesia, enquanto textos assim designados. Não morrerão com tais ideias Shakespeare ou Gonçalves Dias, Guimarães Rosa ou os Carmina Burana. Morrerá a ideia que temos de que literatura ou poesia existem, têm uma natureza específica, distinta de outras formas de texto, e são, por algum motivo nunca

plenamente explicado, especiais.

A reiteração de tal “natureza específica” aparta diversas possibilidades de leituras como apreciáveis, por critérios que não se conseguirá satisfatoriamente condensar e aplicar, de modo que a Academia, enquanto espaço legitimador de certos discursos, produtor de certas “verdades” ou “vontades de verdades”, sempre dará a martelada final no julgamento do texto enquanto literário ou poético.

Não significa, porém, que tudo o que já se produziu nesses espaços legitimados deva ser levado à fogueira. Há, em todas as correntes da crítica, ideias interessantes sobre a relação entre o texto, quem o produz e quem o consome. É somente a partir do desenvolvimento de tais concepções que se pôde chegar com pés mais ou menos firmados a uma problematização dessas próprias teorias e ideias.

Ademais, tal pluralidade a respeito das concepções de literatura não se dirige ao mero debate intelectual, propiciando a ampliação do olhar a respeito de manifestações populares como forma de criação cultural válida, e isso não apenas para os meios em que se “originam”.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. Letras, belas-letas, boas letras. In: ____ BOLOGNINI, Carmen Zink (org.). **História da literatura: o discurso fundador**. Campinas: Mercado das Letras, Associação da Leitura do Brasil (ALB) / São Paulo: Fapesp, 2003.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Antologia Poética**. p. 267. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BARTHES, Roland. **O Grau Zero da Escrita**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BARTHES, Roland. **Elementos de semiologia**. 15. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2001.

CANCLINI, Nestor Garcia. **As culturas populares no marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GONÇALVES, Magaly Trindade *et* BELLODI, Zina C. **Teoria da Literatura Revisitada**. Petrópolis: Vozes, 2005.

KUPER, Adam. **Cultura**. A visão dos antropólogos. São Paulo: Edusc, 2002.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: Um conceito Antropológico**. 15. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

SAVAGET, Luciana (org.). **Obra poética de Fernando Pessoa**. vol. 2. p. 528. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

ESPAÇOS DO FEMININO E GEOGRAFIAS URBANAS NOS CONTOS DE ALICE MUNRO

Data de aceite: 01/03/2022

Data de submissão: 10/01/2022

Ana Maria Marques da Costa Pereira Lopes

Instituto Politécnico de Viseu, CI&DEI
Viseu, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-8373-4223>

Anabela Oliveira da Naia Sardo

Instituto Politécnico da Guarda
Guarda, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-2749-785X>

Fátima Susana Mota Roboredo Amante

Instituto Politécnico de Viseu, CI&DEI
Viseu, Portugal.
<https://orcid.org/0000-0002-1300-0785>

Susana Soares da Silva Rocha Relvas

Instituto Politécnico de Viseu, CI&DEI
Viseu, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-5526-8325>

RESUMO: Considerada “mestre do conto contemporâneo”, a canadiana Alice Munro, galardoada com inúmeros prémios, incluindo o Nobel da Literatura em 2013, explora nos seus contos o universo feminino, jovens e mulheres que habitam os arredores de Ontário ou o Lago Huron. Este estudo visa analisar nos contos “Comboio”, “Fugida” e “Miles City, Montana”, os diferentes espaços, físicos ou psicológicos, onde se movem as personagens femininas, entre a cidade e o campo, e de que modo estes espaços as moldam, limitam ou transcendem. Parte-se

das teorias elaboradas por Marc Augé (2012) e de Michel Foucault (1994), de forma a decifrar em que medida os não lugares, tal como os definiu Augé, se podem subitamente revelar espaços outros/heterotópicos, como os designa Foucault. Não menos importante para a análise do percurso espacial das personagens se assume a obra de Yi Fu-Tuan (1977), onde os conceitos de topofilia e topofobia são dilucidados de forma clara. *Last but not least*, interessa perceber de que forma as noções de topofilia e topofobia imbricam com a noção de topofrenia recentemente elaborada por Robert Tally Jr. (2018).

PALAVRAS-CHAVE: Espaço, lugar e não-lugar, heterotopia, topofilia e topofobia, topofrenia.

WOMEN'S SPACES AND URBAN GEOGRAPHIES IN ALICE MUNRO'S SHORT STORIES

ABSTRACT: Considered the “master of the contemporary short story”, Canadianwriter Alice Munro, winner of numerous awards, including the Nobel Prize for Literature in 2013, explores in her short stories the female universe, that of young girls and women, who inhabit the outskirts of Ontario or Lake Huron. The aim of this study is to analyse the short stories “Train”, “Runaway” and “Miles City, Montana”, in order to identify the different spaces, both physical or psychological, within which the female characters’ lives unfold, in a backward and forward movement from the city into the countryside, and also to acknowledge in what way these spaces shape, limit or transcend the characters themselves. We will firstly focus our attention on the theoretical concepts developed by Marc Augé (2012) and

Michel Foucault (1994), in order to decipher the extent to which non-places, as defined by Augé, can suddenly reveal other/heterotopic spaces, as Foucault understands them. Then, no less important for the analysis of the characters' spatial path is the work of Yi Fu-Tuan (1977), where the concepts of topophilia and topophobia are clearly explained. Last but not least, we will be interested in understanding how the notions of topophilia and topophobia overlap with the notion of topophrenia recently developed by Robert Tally Jr. (2018).

KEYWORDS: Space, place and non-place, heterotopia, topophilia and topophobia, topophrenia.

1 | INTRODUÇÃO

O Canadá, enquanto país soberano, tem uma história recente, que remonta a 1867, com a promulgação do Ato Constitucional designado 'British North America Act' (BNAA) e, posteriormente, com a Constituição de 1982, que concedeu à nação plena independência constitucional e incorporou a Carta de Direitos e Liberdades. Apesar da sua legitimidade como Estado-Nação, a ausência de uma identidade nacional comum e duradoura tem gerado espaços de questionamento, que se refletem na literatura canadiana, sendo preocupação da crítica estabelecer parâmetros que definam que obras devem integrar o cânone nacional:

"What is distinctively Canadian in a Canadian literature? Which works should be enshrined in the Canadian canon? Which excluded? Who is a Canadian? Who not?"

'Canadian-ness.'

'Canadian-ness' rather than quality has always been the Canadian concern."

(METCALF, 1988, p.9)

O crítico literário Northrop Frye (1912-1991), reportando-se especificamente à produção literária do Canadá Anglo-Saxónico no período colonial e pós-colonial, classifica-a de "literatura de sobrevivência" onde predomina uma "mentalidade de guarnição" ("Garrison mentality"), conceitos posteriormente desenvolvidos por Margaret Atwood (1939-) em *Survival: A Thematic Guide to Canadian Literature* (1972). Neste livro, a autora descreve que, por largo tempo, a literatura canadiana se pautou pelo que apelida como reação ao vazio da paisagem canadiana e à tensão permanente com outras nações, resultando em personagens que constroem paredes metafóricas contra o mundo exterior (GORJUP, 2009). Corriam as décadas de 60 e 70, quando na produção literária nacional se desenvolvem temas e motivos a que a crítica, de então, designava por "experiência canadiana" (MOSS, 2009, p.158). Radicada numa tradição literária topocêntrica, centrada num imaginário inspirado num contexto eminentemente rústico e selvagem, este posicionamento foi mantido, durante longas décadas, por uma crítica ortodoxa que não permitia inovação ou experimentação, pois tinha-se fixado exclusivamente na "crítica temática" da CanLit (Canadian Literature) (MOSS, 2009, p. 160). A década de 70 marca, contudo, já a necessidade de identificar

padrões de identidade e a temática de eleição explorada pelos escritores recai sobre o ambiente social. A mutação mais significativa dá-se, porém, na década de 90. Fruto das teorias pós-coloniais, a literatura canadiana passa por um processo de autoexame nacional (CAMERON, DIXON, 2009, p. 146), procurando libertar-se dos limites do ambiente social e histórico (2009, p.147), para se catapultar, já num período pós Frye, para o plano autônomo da literatura mundo.

“Já é tempo de a crítica literária canadiana servir a literatura, tempo de deixarde considerar a literatura um mapa da nossa consciência coletiva; um espelho da sua personalidade, um feixe de luz que ilumina a sensibilidade nacional. É tempo de considerar a literatura canadiana como literatura e não outra coisa! ” (MOSS, 2009, p. 166)¹.

Margaret Atwood, Margaret Lawrence, Robertson Davies e Alice Munro são apenas alguns nomes que integram, hoje, o cânone da literatura canadiana.

2 | ALICE MUNRO: A AUTORA E A OBRA

Alice Munro (1931-) nasceu em Wingham, Ontário, Canadá, e dedicou a sua vida à escrita desde os anos sessenta do século XX. Ganhou o prêmio Nobel da Literatura, em 2013, sendo a primeira mulher canadiana a vencer este galardão e a primeira da história do Prêmio a alcançá-lo como escritora de contos (*short stories*). Essa atribuição valeu-lhe ser proclamada, pela Academia Sueca, como “master of the contemporary short story”².

Logo em 2004, altura em que os livros de Alice Munro se encontravam já no primeiro lugar dos *bestsellers* no Canadá, Jonathan Franzen afirmava, num artigo publicado no *New York Times*, que ela era uma das melhores escritoras vivas de contos (*short stories*) em língua inglesa, “being the best fiction writer [...] working in North America” (2004, p.1). Nesse texto, o autor enaltece a escritora e a forma literária que a caracteriza, o conto:

“a high percentage of the most exciting fiction written in the last 25 years - the stuff I immediately mention if somebody asks me what's terrific -- has been short fiction. [...] when I close my eyes and think about literature in recent decades, I see a twilight landscape in which many of the most inviting lights, the sites that beckon me to return for a visit, are shed by particular short stories I've read”. (FRANZEN, 2004, p.1)

A sua obra literária é, pois, quase exclusivamente composta por narrativas que se enquadram na forma literária do conto (*short story*) e a cidade natal da escritora bem como, depois, outros lugares onde viveu, conformam o tipo de ambiente que serve de pano de fundo às suas histórias. Os livros de Munro são sobre pessoas, vivendo na atualidade. As personagens são familiares ao leitor: “People people people. [...] the story is set in the modern world, and [...] the characters' concerns are familiar” (FRANZEN, 2004, p.1).

¹“It is time now that Canadian literary criticism serves the literature itself, time to stop considering literature a map of our collective consciousness; a mirror of our personality; a floodlight illuminating the national sensibility. It is time to consider Canadian literature as literature and not another thing” (MOSS, 2009, p.166).

² The Nobel Prize. Retirado em outubro de 2021 de <https://www.nobelprize.org/prizes/literature/2013/munro/facts/>.

É importante reforçar que os seus contos acomodam toda a complexidade épica do romance em apenas algumas curtas páginas, como se pode ler no portal da Nobel Prize Organization³. Os temas subjacentes ao seu trabalho medeiam entre os relacionamentos pessoais e os conflitos morais. A relação entre memória e realidade é outro tema recorrente de que a autora se serve para criar tensão. Com meios subtis, a escritora consegue demonstrar o impacto que alguns acontecimentos, aparentemente triviais, podem ter na vida de uma pessoa.

As histórias combinam densidade linguística e emocional e giram em torno de temas recorrentes, que transformam as mulheres canadianas, de idades variadas, em protagonistas que experienciam tanto o lado belo como trágico da vida. Como afirma Jonathan Franzen, enaltecendo Munro, (2004, p.1): “What makes Munro’s growth as an artist so crisply and breathtakingly visible [...] is precisely the familiarity of her materials. Look what she can do with nothing but her own small story; the more she returns to it, the more she finds.”

Na mesma linha, Hans-Jürgen Balme (2021)⁴ considera que são os pequenos detalhes que a tornam numa grande escritora com a arte de capturar a vida inteira de um ser humano numa única página, como nos relembra, no momento da celebração do nonagésimo aniversário de Munro, a crítica literária Sigrid Löffler :“She fills her stories, which are often no longer than 20 to 30 pages, with more life than many 700-page works.” (2021)⁵.

3 | ENQUADRAMENTO TEÓRICO: CONCEITOS DE ESPAÇO NA LITERATURA

Neste estudo, procuramos fornecer algumas propostas teóricas de abordagem à narrativa breve de Munro e proceder, através dos textos em análise, a um sumário mapeamento em busca dos “espaços do feminino e das geografias urbanas”. Estes complexos temas, que servem de mote ao nosso trabalho, conduzem-nos invariavelmente, a uma breve abordagem às teorias da espacialidade, centrando sobretudo a nossa topanálise nos conceitos de não-lugar (AUGÉ), de espaços outros ou heterotópicos (FOUCAULT), e nas dinâmicas sócioespaciais de topofilia (BACHELARD, FU TUAN), topofobia (FU TUAN) e topofrenia (TALLY), com ramificações à ecocrítica e ao ecofeminismo ou geografia feminista (KERN, 2020).

Segundo Robert T. Tally Jr., o ponto de viragem para o paradigma espacial verificou-se na década de 60 quando Michel Foucault anunciava que o momento histórico que se vivia então, era a “época do espaço” (TALLY, 2018a, p.21), cabendo à geocrítica colocar o espaço, o lugar, a cartografia e as relações espaciais no centro do trabalho crítico (TALLY,

3 The Nobel Prize. Retirado em outubro de 2021 de <https://www.nobelprize.org/prizes/literature/2013/munro/facts/>.

4 DW. Made for Minds. Retirado em outubro de 2021 de <https://www.dw.com/en/alice-munro-master-of-the-short-story-at-90/a-19388362>.

5 DW. Made for Minds. Retirado em outubro de 2021 de <https://www.dw.com/en/alice-munro-master-of-the-short-story-at-90/a-19388362>

2018b). Nesse sentido, o acadêmico norte-americano parte da premissa de que qualquer função narrativa é entendida como forma de mapeamento, permitindo-lhe, no seu processo criativo, transformar-se numa espécie de cartógrafo, mapeando na sua narrativa os espaços reais ou imaginários que possibilitam ao leitor uma orientação e um posicionamento perante as personagens, os acontecimentos, os cenários e as ideias veiculadas nesse romance. Deste modo, a cartografia literária permite uma plataforma de entendimento e reflexão sobre os seus próprios espaços (TALLY, 2018a,p.16; 2018c, p. 95).

Na esteira de geógrafos culturais canônicos como Yi-Fu Tuan, Edward W. Soja, Frederic Jameson ou Henri Lefebvre, Tally deriva dos conceitos de topofilia (sensação feliz de pertença e de identificação com um determinado lugar) e de topofobia (sentimento de horror e de repulsa associado a um determinado espaço ou lugar) para o conceito de topofrenia, mais abrangente e que contempla as relações antagônicas existentes entre os indivíduos e os lugares, que conduz, por vezes, à desordem e à doença (TALLY, 2018c, p.19). Tally coloca a geocrítica em conexão com os conceitos de topofrenia e cartografia literária (TALLY, 2018b, p.4), com ênfase para a interação entre o espaço objetivo e a narrativa subjetiva (TALLY, 2018c). O crítico norte-americano defende que a noção de topofrenia, de “lugar como representação mental”, assume papel relevante nos estudos literários e culturais, conforme nos elucida: “Todo o pensamento é, em várias formas, pensamento sobre o lugar, que também envolve o pensamento sobre as relações entre lugares, bem como entre os sujeitos e lugares, no sentido mais amplo possível” e, mais adiante, afirma que a “representação mental do lugar deve entender-se como sendo coincidente com toda uma gama de afetos, atitudes, concepções, princípios, referências e sensibilidades que caracterizam a imaginação espacial”. Nesse sentido, “o espaço acontece no tempo oportuno” (TALLY, 2018b, p.6).

Fruto das teorias ambientalistas surgidas nas décadas de 60 e 70, conduzindo a um crescimento de movimentos ecológicos, com repercussões na produção cultural e literária, situa-se a ecocrítica, na sua teoria e prática, aplicadas à análise do texto literário com preocupações ambientais. Desde então, novas teorias sociais e de estudos culturais contemplam, de modo cada vez mais assertivo, o contributo da crítica feminista que reclama novas interpretações do espaço social. Segundo a geógrafa inglesa Doreen Massey, o espaço e o lugar, e o modo como os entendemos, implicam uma dimensão de género (MASSEY, 1994, p.185), remetendo, invariavelmente para o significado simbólico que lhes é atribuído, associado à hierarquização e subalternização social e à dialética da inclusão/exclusão. A ecocrítica feminista vem, por isso, reclamar o espaço do feminino, no plano social, permitindo à mulher conquistar a sua voz e legitimar o seu espaço numa sociedade patriarcal criada por e para os homens (KERN, 2020,p.3), e que sempre restringiu e moldou as suas experiências (MASSEY, 1994,p.179; KERN, 2020,p.15).

4 | “FUGIDA” OU O QUESTIONAMENTO DO ESPAÇO DA SUBALTERNIDADE FEMININA NA ESCRITA TRANSLÚCIDA DE ALICE MUNRO

Fugas (2013) / *Runaway*, livro publicado pela primeira vez em 2004, é uma coleção de oito contos, embora na verdade as diegeses formem apenas seis narrativas, porque três são sequenciais. Essas histórias descrevem a vida das mulheres canadianas no século XX.

O amor ou a ausência do mesmo são temas centrais das histórias de *Runaway*. Todavia, este tópico define apenas parcialmente os problemas e as preocupações com os quais a autora se envolve uma vez que Munro explora a vida interna e externa das suas personagens femininas com sutileza e nuances, com simpatia, mas também com forte sentido de ironia e, por vezes, com uma secura que se transforma num desapego quase implacável, como escreve Lester Barber (2006, p.145), não se importando de expor as suas personagens a revelações e pensamentos dolorosos, mesmo quando deles querem fugir, como acontece logo na primeira narrativa.

Nos contos de *Fugas*, raramente os homens estão em foco, permanecendo sombrios para as mulheres cujas vidas afetam. A ausência de personagens masculinas centrais e desenvolvidas parece revelar-se uma questão de escolha artística, uma vez que são as mulheres o foco dos contos de Alice Munro. São as personagens femininas, com as suas experiências, a sua dor, as suas paixões, ideias e consciência, que continuamente surpreendem e encantam os leitores, mas, contudo, igualmente os angustiam. Graças à técnica narrativa da escritora, o leitor sente-se confrontado com os dramas das personagens e experiencia a tensão psicológica do passado, do presente e do futuro das suas vidas, circunstâncias que as atormentam e definem as suas decisões.

A prosa de Munro reveste-se de “translucidez”-“pellucid prose” (MOSS, 2009,p.165), pelo modo impressivo como caracteriza as suas personagens e descreve os lugares onde elas se movem, indo muito além da simples verosimilhança que confere autenticidade às personagens e aos lugares.Com uma única exceção parcial, as histórias são apresentadas inteiramente a partir das perspetivas dessas mulheres (BARBER, 2006, p. 145).

Cada conto do livro encerra uma história de autoconhecimento de mulheres de idades diferentes, ultrapassando temas e motivos que a crítica temática, fixada no constructo da Literatura Canadana (MOSS, 2009,p.160), chamava, nos anos 60 e 70 do século XX, “experiência canadense”(ibidem, p.158).Deste modo, em *Fugas*, a escrita de Munro está já liberta dos limites do ambiente social e histórico canadiano (CAMERON, DIXON, 2009, p.146), inscrevendo-se no plano autónomo da literatura mundo com marcas indeléveis de “ecofeminismo” ou, como prefere chamar Leslie Kern, de “geografia feminista” (KERN, 2020, p.3).

A primeira narrativa intitula-se “Fugida” (MUNRO, 2007/2013, pp. 9-42) e apresenta já temas, perspetivas e abordagens que a escritora desenvolve, de diversas maneiras, nos contos que se seguem. “Fugida” é a história de uma mulher, Carla, do seu marido Clark, da

sua cabra Flora e da vizinha Sylvia Jamieson. Todos têm motivos para fugir, mas as evasões são, na realidade, mal sucedidas, pelo que o questionamento recai, essencialmente, sobre a razão desses fracassos.

Carla e Clark fogem da cidade, que emerge como um não-lugar (Augé, 2012/“non-lieu” Augé, 1992), designação que o antropólogo e etnólogo francês emprega para nomear os espaços de passagem que são incapazes de dar forma a qualquer identidade. A cidade é, no conto, um “não lugar” se tivermos em conta a afirmação: “a sua vocação primeira não é territorial, não é a de criar identidades singulares, relações simbólicas e patrimônios comuns, mas antes de facilitar a circulação (e, dessa maneira, o consumo) em um mundo com as dimensões do planeta” (AUGÉ, 2003, p. 85, citado por SÁ, 2014, pp. 222-223). Ao fugirem da cidade, as personagens evadem-se de um espaço intercambiável onde os seres humanos permanecem anônimos. A cidade não se afigura, para Clark e Carla, um lugar, pois não possui significado suficiente para tal.

O conto centra, depois, todo seu foco no espaço rural, o campo, o lugar imaginário da realização dos sonhos que possibilita o contacto com a natureza, onde as personagens poderão encontrar refúgio e equilíbrio, reconstruindo um ambiente ecológico harmonioso (WANG, LIU, 2020, p.194).

Ao abandonar a cidade, Carla foge de situações que sente como opressoras e que a impelem à busca de um lugar imaginário de felicidade, tal como refere no bilhete de despedida que deixa: “Sempre senti necessidade de um tipo de vida mais autêntico.” (MUNRO, p.32). Mas Carla foge porque vai com Clark. Fogem para o campo, lugar que emerge como oposto ao da cidade, e que se revela um “lugar antropológico”, também na aceção de Augé, o lugar que pode oferecer às personagens um espaço que eles incorporam à sua identidade, no qual podem concretizar os seus sonhos e conhecer outras pessoas com quem compartilhar referências sociais. A ida/volta ao “lugar” é o recurso de quem frequenta os “não lugares”, como nos lembra Augé. (2012, p.98).

Todavia, Munro dirige todas as suas atenções para a personagem feminina e para a sua incapacidade de ter um plano de vida independente do da personagem masculina, Clark, ainda que a mesma diga que foge para o campo em busca da sua identidade e de um projeto de vida. A jovem apenas segue Clark, esse sim, fugindo da cidade, espaço que sente como incapaz de dar forma à sua identidade. Clark foge para concretizar o seu sonho de vida, ou melhor, o “seu plano - de ter uma escola de equitação, uma cavaliária, no campo” (MUNRO, p.28).

Tomando como base o conceito de topofrenia de Tally (2018c, p.19), a cidade emerge para Clark como um espaço que o inquieta e, por essa razão, o abandona. Carla, por seu lado, aspira essencialmente a um lugar na vida de Clark e a um projeto profissional comum, ainda que procure justificara sua fuga com outras razões. É a ida de Clark para o campo que impele à fuga da jovem. Como o desenrolar da diegese mostra, a fuga de Carla para o campo só acontece por causa de Clark, porque essa mudança iria permitir-lhe estar

com Clark e “porque via nele o arquitecto da vida que tinham à frente, via-se a si própria como sua presa...” (MUNRO, pp.31-32).

Porém, o relacionamento com o amante temperamental desde cedo se revela difícil, situação que será agudizada, posteriormente, pelas dificuldades financeiras que atravessavam e agravado pelas condições atmosféricas, pela chuva que não parava de cair. Mesmo quando a chuva, que adensa a atmosfera, funcionando como símbolo, finalmente dá lugar ao Sol, o alívio é, para Carla, ilusório. Os sentimentos de resolução e felicidade renovada para o casal continuam ténues e temporários.

Carla não conseguirá abandonar a sua vida com Clark, mesmo quando se deixa influenciar por Sylvania que a empurra para uma fuga que a colocaria longe do marido ameaçador. Deixar Clark significava voltar para a cidade e Carla não é capaz de se imaginar “a viver com montanhas de pessoas todos os dias que não eram Clark” (*ibidem*, p.32). A sensação de incerteza e de falhanço, de se sentir perdida numa grande cidade, fazem Carla recuar e regressar para o marido, revelando-a como uma mulher submissa e com falta de autoestima, fatores que a remetem para a mesma posição de subalternização, que a vida quotidiana com Clark apenas acaba por agudizar.

A situação de Carla representa a permanência da personagem feminina na sombra em que sempre esteve e da qual não consegue sair, ilustrando as palavras de Spivak: “the subaltern as female is even more deeply in shadow...” (1988, p.28). Mas levanta igualmente a questão aflorada logo no início: quais as razões para esse facto, parecendo querer alertar para uma necessária reflexão sobre a forma como a noção de subalternidade feminina foi perdendo sentido epistemológico ao ser utilizada de forma desmesurada pelas diversas agendas contemporâneas de luta contra a opressão dos sistemas (colonial, capitalista e patriarcal) e para a certeza de que o espaço da subalternidade feminina ultrapassa as noções de lugar e não lugar.

5 | COMBOIO: NÃO-LUGAR OU ESPAÇO HETEROTÓPICO?

O conto “Comboio” tem início *in medias res* para depois nos ir desvelando, através de várias analepses, alguns dos não lugares (AUGÉ, 1992) e/ou espaços heterotópicos (FOUCAULT, 1967) e topofóbicos (BACHELARD, 2008, 2013) que moldaram a existência e subjetividade das duas personagens centrais do conto, Jackson e Belle.

Importa, desde logo notar que o conto se inicia com a chegada de Jackson, personagem que viaja de comboio. O comboio, tal como outros meios de transporte, é naturalmente um não-lugar, um lugar efémero que embora seja habitado não é um lugar de permanência, proteção ou abrigo. Deste ponto de vista e, se tivermos em conta que no comboio onde viaja Jackson no único passageiro no momento em que ele abandona o comboio é ele próprio, podemos considerar que as características menos positivas que associamos aos não lugares, tal como os define Marc Augé “o espaço do não-lugar não

cria nem identidade singular, nem relação, mas solidão e semelhança” (*ibidem*, p.89), são aqui amplificadas. Por outro lado, é-nos dito que Jackson acaba de regressar da 2ª Guerra Mundial. Ora, não podemos deixar de notar que a Guerra é um espaço heterotópico, um espaço outro, conforme a define Foucault na sua conferência *Des Espaces Autres* (1967).

Podemos também considerar a guerra como um espaço tofóbico, que causa repulsa, terror ou aversão, em consonância com a noção proposta por Fu-Tuan na sua obra *Landscapes of Fear* (1979). Assim, o leitor cria, desde logo, uma imagem de Jackson como sendo um sujeito cuja vida foi marcada por vicissitudes que certamente deixariam marcas desagradáveis na sua *Psiqué* e no seu comportamento. A acrescer a esta informação, que nos é facultada logo no início do conto, é-nos dito que Jackson havia saltado do comboio, quando este ainda estava em andamento, pelo que podemos ser tentados a acreditar que esta personagem poderá ter alguma urgência em regressar a casa, com toda a simbologia e significado que o ato de regressar a casa transporta. Efetivamente, como explica Gaston Bachelard, no seu livro *La poétique de l'espace* (1992), a casa é lugar de sonho e devaneio (*ibidem*, p.26), de onde emana sobretudo um sentimento de pertença, um sentir-se protegido no interior de uma concha inicial (*ibidem*, p.29). A casa abriga o sonho, o sonhador. A casa é corpo e é alma.

Porém, em vez de se dirigir na direção da sua casa, Jackson toma uma direção contrária, como se pode ler numa passagem no começo da narrativa: “regressando a casa de tão longe, regressando a casa da guerra, era verosímil que tivesse a cabeça confusa. Ainda não era tarde de mais. Conseguiria estar onde devia antes da meia noite. Mas ao mesmo tempo que pensa estas coisas está a caminhar na direção oposta” (*ibidem*, p.149).

Nesta perspetiva, Jackson poderá ser considerado o protótipo do sujeito nómada. Proveniente de um espaço hétero e tofóbico, a guerra, Jackson opta por se manter em movimento, um sujeito sem morada, sem território, o desterritorializado por excelência.

Na verdade, como explicam Deleuze e Guatari é a desterritorialização que constitui sua relação com a terra, por isso ele se reterritorializa na própria desterritorialização [...] A terra deixa de ser terra, e tende a tornar-se simples solo ou suporte. A terra não se desterritorializa em seu movimento global e relativo, mas em lugares precisos, ali mesmo onde a floresta recua, e onde a estepe e o deserto se propagam (1997, p.53). Após o encontro com Belle, Jackson fixa-se durante algum tempo na propriedade desta. Considerando que, tal como nos explica Tuan “if we think of space as that which allows movement, then place is pause; each pause in movement makes it possible for location to be transformed into place”, somos levados a crer que Jackson terá encontrado o seu espaço tofílico, um espaço de harmonia e de tranquilidade, em suma, um lugar, um cessar de movimentação. Acresce que, numa passagem posterior da narrativa, o autor/narrador nos revela que Jackson estava a olhar à volta e a “pensar que aquela propriedade estava de rastos, mas ainda tinha alguma hipótese de se aguentar se alguém quisesse instalar-se lá e deitar a mão aquilo [...] Podia ser um desafio. Quase se convenceu de que

era uma pena não ficar ali” (*ibidem*, p.155).

Num excerto mais adiante pode ler-se que Jackson “investiu num aquecedor e reparou as paredes” (*ibidem*, p.157) e ainda que “agora que a sala da frente estava habitável, ele começou a pensar no telhado” (*ibidem*, p.158). Não obstante, sabemos que a intenção de Jackson é a de partir por altura do Natal, ou seja, decorridos quatro meses, dado que, como podemos ler no começo da narrativa, aquando da chegada de Jackson, decorria o mês de Agosto (*ibidem*, p.150). O conto prossegue e através de analepses o narrador/autor revela, pela voz de Belle, alguns pormenores da sua estória, nomeadamente o facto de ela ter sido violentada pelo pai

“ele [o pai] estava do outro lado da porta e eu não achei que houvesse nada de estranho naquilo, e então ele abriu a porta e olhou para mim e aqui tenho de explicar. Olhou para o meu corpo todo, não só para a minha cara. A minha cara a olhar para o espelho e ele a olhar para mim no espelho e também para a minha parte de trás, que eu não podia ver. Não foi de maneira nenhuma um olhar normal”.

É também através de uma analepse que o leitor toma conhecimento que Jackson fora violentado pela madrastra: “quando ele era pequeno, aos cinco ou seis anos, tinha travado as pilhérias da sua madrastra, aquilo a que ela chamava pilhérias ou provocações. Ele fugiu para a rua depois de escurecer e ela trouxe-o para casa, mas percebeu que se não passasse com aquilo ele podia fugir a sério e portanto parou.” (*ibidem*, p.181).

Assim, ainda que não tenha existido envolvimento romântico entre Jackson e Belle, as similitudes, o paralelismo entre as suas vidas não deixa de ser claro. Porém, enquanto Belle isenta de culpa o pai, perdoa-se a si própria, justifica o ato aberrante como uma consequência da realidade em que vivia, com uma mãe doente e um pai privado de satisfazer as suas necessidades sexuais, dada a “inexistência de bordéis” (*ibidem*, p.167) e acaba por olhar os factos com um olhar distanciado “não é que tenha deixado de sentir a tragédia, mas é como se a visse de fora” (*ibidem*, p.167), Jackson, por outro lado, revela-se incapaz de se libertar desse passado nefasto, parecendo viver em permanente fuga de si próprio, abrindo-se para o espaço externo e permanecendo fechado do ponto de vista do seu próprio espaço psicológico.

Lamentavelmente, a doença de Belle obriga a nova deslocação no espaço, desta vez por parte das duas personagens. Desta forma, quando Jackson parecia começar a acomodar-se a um espaço topofílico, a deslocação do espaço rural para o espaço urbano acarreta, do nosso ponto de vista, uma regressão espacial para um espaço heterotópico, o hospital, espaço onde as personagens não podem deixar de sentir-se desconfortáveis ante a ameaça da morte.

A narrativa fecha da mesma forma que abriu. Após a morte de Belle e o reencontro com a antiga namorada, após a deslocação do espaço rural para o espaço urbano, Jackson encerra, cremos, um ciclo. Em nosso entender, é porém pouco provável – até

pela dificuldade que o personagem tem em gerir os factos do seu passado - que a sua trajetória de sujeito nómada se encerre após a viagem de comboio que o transporta até Kapuskasing, ainda que as suas próprias expectativas sejam, aparentemente, otimistas: “Conseguia sentir o cheiro das serrações e o ar frio deu-lhe ânimo. Trabalhar ali, certo de encontrar trabalho numa terra de madeireiros”. (*ibidem*, p.181)

6 | OS LUGARES E ESPAÇOS EM “MILES CITY, MONTANA”

“‘Não é adeus para sempre’, disse Cynthia. ‘Vamos voltar. Mãe! A Meg pensava que não íamos voltar!’[...]arrancámos, saindo pela ponte de Lions Gate e atravessando a maior parte de Vancouver. Deixámos para trás a nossa casa, o bairro, a cidade e – cruzada a fronteira entre Washington e a Colúmbia Britânica – a nossa região”.(MUNRO, 2011, p.91)

O quarto conto da antologia *O Progresso do Amor*, intitulado “Miles City, Montana”, de Alice Munro, dedica um olhar atento sobre o conceito ‘casa’, à semelhança de tantas outras narrativas desta aclamada autora, como tivemos já oportunidade de observar. A casa surge como um lugar de segurança, como nos lembra Reimer, quando afirma: “Homes as material places not only supply the physical necessities of survival, but also privacy, which the Supreme Court of Canada has maintained ‘is essential for the well-being of the individual’ in an interpretation of the Charter of Rights and Freedoms...” (2008, p. xiv). Por outro lado, a casa pode também ser entendido como um espaço geográfico mais amplo, cujas fronteiras traçam os limites da nacionalidade e, conseqüentemente, definem a identidade de um povo que, neste caso, é marcado pela multiculturalidade e por um sentimento de necessidade de pertença. Na verdade, como fizemos notar, e recorrendo novamente às palavras de Reimer, “... ‘home’ is understood as the nation, as it is in the first line of the national anthem in both official languages, in which home, nation, and territory are explicitly yoked together: ‘O Canada, / Our home and native land.’ ‘O Canada / Terre de nos aïeux.’” (*ibidem*, p. xv).

Esta dupla conceptualização de ‘casa’, como lugar e como espaço, encontra especial expressão no posicionamento do geógrafo cultural Yi-Fu Tuan, que, em *Space and Place: The Perspective of Experience*, opõe lugar, sinónimo de segurança, ao espaço amplo, de mobilidade e liberdade: “Place is security, space is freedom: we are attached to the one and long for the other. There is no place like home. What is home? It is the old homestead, the old neighborhood, hometown, or motherland” (TUAN, 2001, p. 3).

Na epígrafe que abre esta secção, a gradação reforça o movimento de afastamento e, junto com a narradora autodiegética e a sua família, partimos numa viagem de carro do familiar para o desconhecido, transitando por território heterotópico, para voltar a entrar no espaço familiar pelos limites e vínculos que nele se articulam:

“Fizemos o percurso para leste através dos Estados Unidos, pela rota mais setentrional, para reentrarmos no Canadá em Sarnia, Ontário. Não sei se optámos por esta rota pelo facto de na altura a auto-estrada transcanadiana

ainda não estar pronta, ou simplesmente pelo gosto de atravessar um país estrangeiro, muito levemente estrangeiro...” (MUNRO, 2011, p. 91)

Neste contexto, os espaços heterotópicos assumem-se como muito mais do que espaços de alteridade e resistência; são espaços de produção de conhecimento; é o cartografar dos espaços de conhecimento prévio, tornando possíveis novas formas de reordenamento, na aceção de Foucault, em *The Order of Things* (2005), obra na qual emprega pela primeira vez o termo ‘heterotopia’ para se referir a uma categorização de animais insólita estabelecida pelo escritor argentino Jorge Luis Borges e, assim, apontar o não-lugar, isto é, os limites da língua. No entanto, estas heterotopias que suspendem, neutralizam ou invertem a ordem pré-estabelecida não são negativas, mas antes espaços de transformação porque problematizam a norma, gerando conhecimento: o papel dos espaços heterotópicos é, nas palavras de Foucault, “... to create a space that is other, another real space, as perfect, as meticulous, as well arranged as ours is messy, ill constructed, and jumbled” (1986, p. 27).

Esse “gosto de atravessar um país estrangeiro, muito levemente estrangeiro”, como lemos acima, reflete o fascínio pelo espaço outro, descrito por Foucault. Por sua vez, o espaço nacional - neste caso o Canadá - contrapõe-se ao espaço real e perfeito que é a América, pelo facto de o primeiro ser um espaço em construção ou inóspito, de tal forma que é desvalorizado pelos vizinhos fronteiriços: “... os americanos, em geral, não sabem nada sobre o Canadá e os seus lugares” (MUNRO, 2011, p. 102). É indubitável que o espaço americano se apresenta como o padrão, o modelo, em todos os campos: é a protagonista que, quando fotografada, se parece com Jackie Kennedy – aliás, “[é] provável que, por todo o continente americano, não houvesse mulher de cabelo escuro e razoavelmente magra que não fosse [...] comparada a Jackie Kennedy” (MUNRO, 2011, p. 91); é o carro que seria melhor se, em vez de “pequeno, europeu”, fosse “um carrão americano” (*ibidem*, p. 99); o veado atropelado que, afinal, “[e]ra uma fêmea, porque não tinha chifres, e era americana...” (*ibidem*, p. 100); as cidades americanas que eram “... enérgicas, vibrantes, com quilómetros de ouro ofuscante a flutuar sobre *stands* de carros usados” (*ibidem*), mas que faziam lembrar as congéneres do Ontário e tudo aquilo que não constituía o ambiente natural da narradora autodiegética: “... os jantares para os quais teria de passar a ferro a roupa das miúdas, e de as advertir em relação ao uso dos talheres...” (*ibidem*).

Efetivamente, a narradora sentia-se atraída pelo desconhecido, pela irreverência e pelo oposto daquilo que a caracterizava: descreve-se como “... uma pessoa cheia de contradições” (*ibidem*, p. 95), “... um monstro de egoísmo”, que não era capaz de cumprir as funções sociais de esposa e mãe, por oposição a Andrew, o homem com quem havia casado e que “... assumi[a] os papéis pré-preparados de marido, de pai e de sustento da família...” (*ibidem*). Ela era a antítese dos estereótipos da maternidade tradicional e, contrariamente à imagem de mãe cuidadora, envolta nos afazeres do lar e no suprimento das necessidades dos demais, a protagonista “... preferia outro tipo de abordagem – o

desespero burlesco, a bombástica ironia das mães com uma carreira profissional que escreviam para as revistas” e em cujos artigos “... as crianças eram todas esplendidamente obstinadas, teimosas, perversas, indomáveis” (*ibidem*, p. 94). Daí que, ao longo do conto, nos apercebamos de várias instâncias nas quais se dirige às filhas, Cynthia e Meg, de seis e três anos e meio respetivamente, em tom irónico (*ibidem*, p. 101) e se despreocupa em relação à possibilidade de a mais nova estar febril (*ibidem*, p. 101 e 103), deixando as crianças ao cuidado de uma estranha que as leva para a piscina e negligentemente quase deixa a mais nova morrer afogada (*ibidem*, pp. 103-105). De igual forma, observamos a displicência com que mente ao marido quando se esquece de preparar a sua sanduíche com alface, como ele tanto gostava, e desconversa, indiferentemente, tendo que ser Andrew a apaziguar os ânimos:

“Andrew apertou-me a mão e disse: ‘Não vamos discutir.’

‘Tens razão. Devia ter posto alface.’

‘Deixa lá. Não faz assim tanta diferença.’” (*ibidem*, p. 95)

Reflexo da escritora Alice Munro, também a escritora-personagem deste conto é obstinada na sua tentativa de ser feliz e ambivalente na forma como ama as suas filhas. Tão depressa deseja esconder-se e ter tempo para a sua atividade de escrita ou para se entregar a outros prazeres da vida – “... riamos-nos daquelas duas criaturas mergulhadas na ignorância, [...]das suas mesquinhices, das suas queixas, das suas autojustificações. [...] Acompanhámos o jantar com uma garrafa de vinho, ou decidíamos dar uma festa” (*ibidem*, p. 96) –, como nos emociona com o seu sexto sentido de mãe e transpõe “... uma espécie de portão gradeado, fechado à chave” (*ibidem*, p. 105), correndo para chegar à piscina e salvar Meg, embora Andrew tenha sido mais ágil e mais rápido.

Como lemos em Beran *et al.*, as narrativas de Munro estão impregnadas de reminiscências autobiográficas e, por exemplo, este conto em análise é inspirado em memórias entrelaçadas com salpicos de imaginação: “... her own daughter nearly drowned, but in a man-made lake rather than a swimming pool, whereas Steve Gauley is purely fictional” (2008, p. 106). Steve Gauley é a personagem de oito anos cujo cadáver é transportado pelo pai da protagonista após ter sido encontrado morto, afogado no rio próximo do local onde brincava com a protagonista “aos cowboys a domesticar cavalos selvagens” (MUNRO, 2011, p. 89). Ele representa a criança “desprotegida, livre” (*ibidem*, p. 108) que, num espaço vasto e diverso, é forçado a crescer sozinho, já que o pai não era figura presente e, como descobrimos logo no início do conto, “... não hav[ia] mãe nenhuma, mulher nenhuma – nem avó, nem tia, nem irmãs – para receber Steve Gauley e o chorar como seria devido” (*ibidem*, p. 88-89). Também imaginada é a forma como a narradora perceciona a sua realidade e, logo na página 88, dá-nos a conhecer que o realismo da sua descrição se torna mais impressionante pela carga dramática e pela forma como constrói as suas memórias: “Não me parece. Não me parece que tenha realmente visto isso. [...]

não me teriam deixado aproximar o suficiente para ver coisas como uma narina coberta de lodo. Devo ter ouvido alguém comentar isso e imaginado que o vi”. Este fascínio pela interpretação do passado ultrapassa um exercício de hermenêutica, porque as emoções turvam o pensamento e a percepção do real. Nas palavras de Heble, “... the narrator of ‘Miles City, Montana’ shows us that any attempt to relive an experience from her past is always subject to her own motivated discourse” (1994, p. 150). No final da curta narrativa, voltamos a perceber-nos dessas mesmas deambulações do pensamento que misturam a realidade diegética e a ilusão engendrada pelas memórias da narradora autodiegética: “... é bem possível que os seus movimentos [da filha mais velha, Cynthia] tenham sido tal como os recordo [...], mas é possível que a estranha artificialidade da sua voz e dos seus gestos, e a sua aparente despreocupação, sejam invenção minha” (MUNRO, 2011, p. 104).

Mais tarde, quando toda a família retoma o caminho para leste, a par da mobilidade geográfica assistimos ainda às reflexões e devaneios da protagonista que constrói cenários em torno do quase-afogamento da filha e, entre o questionamento sobre o local para onde enviar o corpo – Vancouver, onde viviam, ou Ontário, lugar ao qual chamavam casa (MUNRO, 2011, pp. 91; 93; 96) – em tom de confidência, revela: “Há algo de mau gosto neste tipo de divagações, não é? Algo de vergonhoso. [...] Eu achava que Andrew era mais escrupuloso do que eu neste aspecto, e que nesse momento ele estava a tentar pensar noutra coisa qualquer” (*ibidem*, p. 107).

A narradora tem consciência das suas falhas enquanto mãe e, estabelecendo um paralelo com o acidente de Steve Gauley, censura o seu próprio comportamento, bem como o de todos os adultos que não acompanham cada passo dos seus filhos, que não os protegem e, pelo contrário, deixam-nos explorar o mundo livremente, como se fossem órfãos. Como explanado por Tuan,

“How does a young child understand place? If we define place broadly as a focus of value, of nurture and support, then the mother is the child’s primary place. Mother may well be the first enduring and independent object in the infant’s world of fleeting impressions. Later she is recognized by the child as his essential shelter and dependable source of physical and psychological comfort. A man leaves his home or hometown to explore the world; a toddler leaves his mother’s side to explore the world. Places stay put. Their image is one of stability and permanence. The mother is mobile, but to the child she nonetheless stands for stability and permanence. She is nearly always around when needed. A strange world holds little fear for the young child provided his mother is nearby, for she is his familiar environment and haven. A child is adrift—placeless— without the supportive parent”. (TUAN, 2001, p. 29)

Percebemos, no cruzamento entre as palavras de Tuan e as ações da narradora autodiegética de “Miles City, Montana”, que a maternidade implica um equilíbrio estreito e permanente entre o sentimento de dádiva e de sacrifício, porque uma criança depende sobremaneira da mãe, de modo que esta é o seu mundo. À narradora, resta a esperança de que, um dia, as filhas perdoem “... todas as nossas mostras de frivolidade, de arbitrariedade,

de indiferença, de insensibilidade. Todos os nossos defeitos naturais, e pessoais” (MUNRO, 2011, p. 109).

O conto “Miles City, Montana” é, pois, uma viagem de autoconhecimento que se inicia com o propósito de visitar os familiares da narradora e do seu marido – nas suas palavras, numa “temerária viagem de inspeção” (*ibidem*, p. 108), ou melhor, introspeção – e que, atendendo às peripécias vivenciadas nessa “longa expedição” (*ibidem*), lhe permitem a constatação das dificuldades e desafios inerentes à experiência da maternidade, ao mesmo tempo que possibilitam o encerrar de um episódio traumático vivenciado na sua própria infância e, conseqüentemente, a capacidade de gerir emoções e de gozar de alguma paz de espírito. Se, inicialmente, nos é dito que “[p]ela parte que me tocava, estava contente por partir. Gostava de sair. Em casa, parecia que estava sempre à procura de um lugar para me esconder [...]”. Eu vivia em estado de sítio, sempre a perder o que justamente pretendia conservar” (*ibidem*, p. 92), finda a narrativa sabemos que a narradora não mais precisa de fugir. Talvez em virtude dessa revelação, e reconhecendo que ela e Andrew estariam melhor um sem o outro, separam-se (*ibidem*, p. 96). Afinal de contas, é mais aquilo que os separa do que aquilo que os une: ele é metódico, arquivista, “trabalhava no departamento jurídico da B.C. Hydro” (*ibidem*, p. 91), é sério, mas dedicado e sensível (*ibidem*, p. 95), um tanto ou quanto burguês, cuja “vida urbana [...] havia sido mimada e protegida” (*ibidem*, p. 98), apesar de Andrew argumentar que tinham sido pobres. Ele é o reflexo de uma vida cidadina, de uma educação em escolas privadas (*ibidem*) e de uma mãe com uma forte preocupação em agradar todos em seu redor, uma mãe cansada, com fortes dores de cabeça devido ao “ruído e luz crua do escritório dos grandes armazéns onde trabalhava” (*ibidem*). Por sua vez, ela é escritora e cria personagens para as suas filhas, é observadora, direta, algo sarcástica, como vimos, e orgulhosamente mais rural e idílica, embora confesse: “E eu não queria continuar ali. Podia sentir-me mal perante a ideia de partir, mas pior me sentiria se alguém me obrigasse a ficar [na quinta de criação de perus onde o pai vivia]” (*ibidem*, p. 98), o que revela, mais uma vez, a sua natureza antagónica e a sua constante insatisfação. Vive em Vancouver, mas não se coíbe de considerar o campo como maravilhoso: “Adoro isto. Porque será?” [...] “Será por não ser teatral?” (*ibidem*, p. 96).

De facto, o espaço rural é tido como um espaço real, autêntico, e também como um espaço de nostalgia que estimula memórias, recordações de um tempo passado: “Sentia saudades dos tempos em que era pequena...” (*ibidem*, p. 97). Esta dialética espaço rural/espaço urbano, passado/presente, memórias (imaginadas)/ vivências (reais) são parte de um todo complexo cuja análise não se compadece de um olhar estático sobre a autenticidade do passado e da ruralidade, mas deve, em vez disso, ser examinada como a possibilidade de interpretações várias e da (re)construção e representações pessoais e sociais que geram uma multiplicidade de significados, como McGill observa:

“They [Munro’s stories] underscore the immanence of space’s past in the present, and insist that rurality is not inert or atavistic, but transforming as

capitalism and the city transform. Despite urban normalization and demand for fictions that offer the comfort of rural tradition, Munro chooses to bring a mirror to this desire rather than satisfy it with generic sentimentalization of the countryside". (2002, p. 12)

71 CONCLUSÕES

Através dos três contos em análise procuramos refletir sobre os espaços do feminino e as geografias na narrativa de Alice Munro. Contrariando a tradição literária nacional que, como Northrop Frye havia já notado, na década de 40, se centrara na acomodação do imaginário europeu a um ambiente físico duro e hostil e, portanto, de conflito e desarmonia entre os seres humanos e a natureza (FRYE, *apud* SURETTE, 1982), a escrita de Munro renova os temas e motivos transversais à natureza humana, imprimindo-lhe um cunho universalista que a tornam uma referência na literatura mundial.

A sua narrativa possui marcas indeléveis de ecofeminismo, defendendo uma relação holística entre homens e mulheres, entre os seres humanos e a natureza, e, em última análise, entre a natureza e a mulher libertadora, como desde logo se verifica no primeiro conto em análise.

Também a leitura de "Miles City, Montana" abre portas a uma aproximação holística na qual confluem diferentes expectativas e perspectivas, bem como diferentes espaços – sejam eles rurais ou urbanos, imaginados ou autênticos, físicos ou psicológicos – passíveis de serem reinterpretados e recriados, já que eles têm a capacidade de se metamorfosear, como nos lembra a protagonista:

"... um lugar só se torna real depois de sairmos do automóvel. [...] É assim que olhamos para os mais humildes pormenores do mundo reemerso, depois de horas passadas ao volante – sentimos a singularidades desses pormenores, a sua precisa localização e a desolada coincidência de estarmos ali para os ver." (MUNRO, 2011, p. 103)

Em suma, a escrita de Munro inscreve-se, como bem afirma Wang Liu (2020: 195) numa "ética de reverência pela vida".

REFERÊNCIAS

ATWOOD, Margaret. **Survival: A Thematic Guide to Canadian Literature**. Toronto, ON: Anansi, 1972.

AUGÉ, Marc. **Non-lieux**, introduction à une anthropologie de la surmodernité. Paris: La Librairie du XX^e siècle, Seuil, 1992.

AUGÉ, Marc. **Le sens des autres**. Actualité de l'anthropologie. Paris, Fayard, 1994.

AUGÉ, Marc **Não-Lugares**. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade. Trad. de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Letra Livre, 2012.

BABER, Lester E. Alice Munro: The Stories of Runaway. In: **ELOPE**. English Language Overseas Perspectives and Enquiries. 3(1-2):143, 2006. DOI: 10.4312/elope.3.1-2.143-156.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. Trad. de António de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BACHELARD, Gaston. **A Água e os Sonhos**. Trad. de António de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

BERAN, C.; Darnell, R.; Heasley, L.; Whitmanhoff, J.; Holter, D.; Hurt, R.; Lamar, C.; McHugh, J.; Murphy, T.; Nord, D.; Parker, R.; Simon, S. & Stuart, R. Book Reviews, In: **American Review of Canadian Studies**, 38:1, pp. 105-135, 2008.

CAMERON, Barry e DIXON, Michael. Mandatory Subversive Manifesto: Canadian Criticism versus Literary Criticism. In: **Northrop Frye's Canadian Literary Criticism and its influence**. Ed. Branko Gorjup. Toronto: University of Toronto Press, 2009, pp.144-154.

DW. **Alice Munro, master of the short story, at 90**, 2021. <https://www.dw.com/en/alice-munro-master-of-the-short-story-at-90/a-19388362> Consulta em 9/10/2021.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico**. Conferência concedida à Radio France, 1966.

FOUCAULT, Michel. Espace, savoir et pouvoir. **Dit et écrits. IV. 1954-1988**. Paris: Éditions Gallimard, 1982.

FOUCAULT, Michel. Of Other Spaces"«. In: **Diacritics** 16(1), pp. 22-27, Spring, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Trad. de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **The Order of Things: An Archaeology of the Human Sciences**. London/New York: Routledge, 2005.

FRANZEN, Jonathan. Alice 's Wonderland. **New York Times**. Nov. 14, Section 7, Page 1 of the National edition, 2004. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2004/11/14/books/review/runaway-alices-wonderland.html>. Acesso em 29 set. 2021.

FRYE, Northrop. **The Educated Imagination**. The Massey Lectures, Second Series, The Canadian Broadcasting Corporation, 1963.

GORJUP, Branko. Incorporating legacies: decolonizing the Garrison. In: **Northrop Frye's Canadian Literary Criticism and its influence**. (Ed. Branko Gorjup). Toronto: University of Toronto Press, 2009, pp. 3-28.

HEBLE, A.. **The Tumble of Reason: Alice Munro's Discourse of Absence**. Toronto: University of Toronto Press, 1994.

HETHERINGTON, Kevin. **The Badlands of Modernity: Heterotopia & Social Ordering**. London: Routledge, 1997.

KERN, Leslie. **Feminist City: claiming space in a man-made world**. London: New York: Verso, 2020.

- MASSEY, Doreen. **Space, Place and Gender**. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1994.
- McGill, Robert. Somewhere I've Been Meaning to Tell You: Alice Munro's Fiction of Distance. **The Journal of Commonwealth Literature**, 31(1), pp. 9-29, 2002.
- METCALF, J.. **What is a Canadian Literature?** Guelph, Ontario: Red Kite Press, 1988.
- MOSS, John. Bushed in the Sacred Wood. *In: Northrop Frye's Canadian Literary Criticism and its influence*. (Ed. Branko Gorjup). Toronto: University of Toronto Press, 2009, pp.155-168.
- MUNRO, Alice. Miles City, Montana. **O Progresso do Amor**. Trad. José Miguel Silva. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2011, pp. 88-109.
- MUNRO, Alice. **Amada Vida - Contos**. Trad. e notas José Miguel Silva. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2012.
- MUNRO, Alice. Fugida. **Fugas**. Trad. e notas Margarida Vale de Gato. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2013.
- NADDI, Nadia. "The countryside and the city in Alice Munro's stories «Fiction» and «Wenlock Edge»". **SEN 63L**, Autumn, School of Education and Environment Kristianstad University, 2013, pp.1-20.
- REIMER, Mavis. Introduction. *In: Home Words: Discourses of Children's Literature in Canada*. M. Reimer (ed.). Waterloo, ON: Wilfrid Laurier University Press, 2008, pp. xi-xx.
- SÁ, Teresa. Lugares e não lugares em Marc Augé. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 26, n. 2., 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/j/fts/a/sDhTTskCGVGDyqwRTyLnWpM/?format=pdf&lang=pt>
- SOJA, Edward W. Thirdspace: Expanding the Scope of the Geographical Imagination. *In: MASSEY, D.; ALLEN, D.; SARRE, P. (Eds). Human Geography Today*. Cambridge: Polity, 1999.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the subaltern speak?. *In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (Eds.). Marxism and the interpretation of culture*. London: Macmillan, 1988, pp.24-28.
- SURETTE, Leon. Here is Us: The Topocentrism of Canadian Literary Criticism. **Canadian Poetry** 10, pp.44-57, (Spring/ Summer), 1982.
- SUSTANA, Catherine. A Closer Look at Alice Munro's 'Runaway'. **ThoughtCo**, Sep. 8, 2021. Disponível em: [thoughtco.com/closer-look-at-alice-munros-runaway-2990450](https://www.thoughtco.com/closer-look-at-alice-munros-runaway-2990450). Acesso em 15 set.2021.
- TALLY JR. Robert T.. **Espacialidade**. Uberaba/MG: Ribeirão Gráfica e Editora, 2018a.
- TALLY JR. Robert T.. Mapeando a Literatura/ Mapping Literature. **Revista Topus**, 4 (1):02-15, pp.2-16, Jan/Jun, 2018b.
- TALLY JR. Robert T.. **Topophrenia: Place, Narrative and the Spatial Imagination**. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 2018c.
- THACKER, Robert. **Alice Munro: Writing Her Lives: a Biography**. Canada: McClelland & Stewart, 2005. ISBN 0771085141, 9780771085147

THACKER, Robert. Alice Munro – Biographical. **The Nobel Prize**, 2014. NobelPrize.org. Disponível em: <<https://www.nobelprize.org/prizes/literature/2013/munro/biographical/>>. Acesso em 14/09/2021.

TOSI, Jorge Lamia Saadi. Augé, Marc. Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. **Aurora**, Revista do Programa de Pós-doutorado em Ciências Sociais da UNESP, v. 8 n. 01, 2014: Relações Internacionais e Desenvolvimento. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/4711>. Acesso em 1 out. 2021.

TUAN, Yi-Fu. **Topophilia: A Study of Environmental Perceptions, Attitudes, and Values**. New York: Columbia University Press, 1990.

TUAN, Yi-Fu. **Space and Place: The Perspective of Experience**. 8.^a ed. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2001.

WANG, Miaomiao; LIN, Chengqi. Reference for life, back to nature, as ecocritical study on selected short stories of Alice Munro. **International Journal of English Language, Literature and Translation Studies**, Vol. 7, issue. 7, pp. 194-200, (jan-mar), 2020.

ESCRITAS DE MARIGHELLA: PACTOS BIOGRÁFICOS EM LIVROS E DOCUMENTÁRIO

Data de aceite: 01/03/2022

Luiz Claudio Ferreira

Doutor em literatura (UnB), com pesquisa orientada pelo professor Sidney Barbosa.
Mestre em comunicação e professor de jornalismo no CEUB

Sidney Barbosa

Doutor em literatura e professor da Universidade de Brasília (UnB)

Eis o suspense à espreita de cada narrativa literária de teor biográfico: o que há de informações factuais ou o que existe de ficção? Nesse duelo mediado pela memória, o fato é que o real e o imaginado não estão cada um de um lado. Estão juntos, nos mesmos cenários, descrições, narrações, sob a égide das provas e das incertezas. A biografia adquire o status de ilusão sob as reflexões de Bourdieu (2005), Dosse (2015) ou Lejeune (2014), autores que destacam também a dificuldade de definir o gênero. As narrativas resistem pela sobrevivência de arrastar para o campo do acontecimento o que estaria condenado ao ocaso, de iluminar as vestes do passado com a tinta discursiva e presentificada.

A história registrada por Marighella, na autobiografia *“Por que resisti à prisão”*, escrito em 1965, é utilizada em outras duas narrativas biográficas (livro *“Marighella: o guerrilheiro que*

incendiou o mundo”, de Mário Magalhães, de 2012, e o documentário *“Marighella”*, de Isa Ferraz, de 2013) e essa relação é apresentada aqui como objeto de estudo para o presente trabalho. Nas três obras, os trechos relativos ao episódio conhecido como “Tiros no cinema” (amostragem proposta para esta pesquisa), que ocorreu no dia 9 de maio de 1964, são tratados com características peculiares e que podem demonstrar as influências de diferentes escritas de si. Na história, o protagonista é preso na sala de cinema do Esque-Tijuca, no Rio de Janeiro, durante uma fuga. A polícia teria cercado o protagonista a partir de uma perseguição da zeladora do prédio de Marighella, que levaria bens pessoais para o personagem procurado pelas forças policiais. Nas narrativas, são descritos os momentos em que Marighella tenta se esconder em meio a um filme infantil, foi preso e alvejado diante de crianças.

Segundo os registros, o fato ocorreu mais de um mês depois do golpe militar daquele ano (um dado de contextualização que leva à compreensão de que as seqüências relativas ao atentado podem ter ocorrido da forma em que são narradas). O caso é uma das bases do livro de memórias, enquanto que na biografia é tratado na parte do prólogo “Tiros no cinema”. No filme, o atentado também é lembrado. Sendo assim, um problema de pesquisa, que leva ao objetivo da investigação, seria o seguinte: “Quais são as diferenças e lacunas

identificáveis nas estratégias adotadas pelas obras de não-ficção sobre Marighella (nos livros e no documentário) na reconstrução de episódio de atentado contra o personagem principal dentro de um cinema”?

No objetivo de fazer frente à pergunta de pesquisa, é parte da proposta de trabalho evidenciar os caminhos narrativos e documentais percorridos pelas duas obras, observando as estratégias desenvolvidas pelos autores dos trabalhos. De antemão, é possível assegurar que o autor da biografia e a diretora do documentário remetem a outros livros e entrevistas para conferir veracidade ou verossimilhança às narrativas.

Como elemento de articulação do artigo, destaca-se aqui o papel desempenhado pelas “fontes de consulta” ou de informação que ambos utilizam. Em destaque, está o livro escrito pelo próprio Marighella (*“Por que resisti à prisão”* – publicado em 1965) que rememora o episódio dos tiros no cinema. Trata-se, pois, de sua “escrita de si”. No documentário, outros elementos que podem ser explorados de forma analítica são os relatos, em primeira pessoa, da diretora Isa Ferraz, que, com narração em off¹ e imagens da infância dela, expõem como teriam sido as aproximações com o tio célebre e perseguido pela ditadura. Ao tratar do guerrilheiro, a diretora reconstrói, mais do que a história do personagem, seu próprio discurso e emoções. São as suas “escritas de si”. Esse fator justificaria a produção científica sobre o tema também sob essa ótica. Sendo assim, uma hipótese de pesquisa seria a seguinte: os escritos deixados por Marighella (portanto, memórias construídas pelo personagem, as suas escritas de si) foram utilizados como evidências do acontecimento “tiros no cinema” e teriam posição de privilégio nas tramas consideradas de não-ficção. As palavras atribuídas a outros personagens e os documentos recuperados também, embora não sejam exatas, seriam tratados como provas irrefutáveis a fim de se distanciarem de narrativas ficcionais.

GÊNEROS EM DISCUSSÃO

A partir do viés de dificuldades de definições dos gêneros biográficos, torna-se ainda mais necessário refletir com os autores que exploram o tema. Lejeune (2014), estudioso do tema “autobiografia” (no corpus para este trabalho, o gênero está contemplado pelo livro escrito pelo próprio Marighella), acredita que pode ser problemático, para efeito de conceituação ou análise, partir da interioridade de um autor ou instituir os cânones de um gênero literário. “Definição (de autobiografia): narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (LEJEUNE: 2014, pág 16).

Para configurar um material como autobiografia, o autor entende que devem ser levados em conta elementos pertencentes a quatro categorias subdivididas assim: (1) a

1 O texto em off, conforme explicam autores ligados ao audiovisual, é aquele da narração sobre imagens. A voz explica os acontecimentos e faz a mediação entre as linguagens. Não existe um consenso entre utilizar o off em documentários, sendo mais comum em notícias e reportagens.

forma de linguagem: (a) narrativa e (b) prosa; (2) o assunto tratado; (3) a situação do autor; e (4) a posição do narrador: (a) identidade do narrador e do personagem principal, e (b) perspectiva retrospectiva da narrativa. Para ser autobiografia, assim, teriam que ser preenchidas todas essas condições. Já os “vizinhos” da autobiografia também poderiam ser tratados a partir desse olhar, de acordo com o que acredita Lejeune nas memórias (item 2), a biografia (4 a), o romance pessoal (item 3), o poema autobiográfico (1 b), o diário (4 b) e autorretrato ou ensaio (itens 1 a e 4 b). Para efeito de análise, são abordadas essas categorias para melhor compreender o objeto.

Interessa, pois, buscar também definição dessa “vizinha” da autobiografia, a biografia. No presente trabalho, a obra utilizada é o livro “*Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*”, escrito pelo jornalista Mário Magalhães. A obra foi a vencedora do Prêmio Jabuti² em 2013. Como gênero da literatura, está amparada na ideia de que se trata de um conteúdo de não-ficção, que traz, de forma retrospectiva, a vida de alguém, de um grupo ou episódio. “Em rigor, biografia é a compilação de uma (ou várias) vida(s). Pode ser impressa em papel, mas outros meios, como o cinema, a televisão e o teatro podem acolhê-la bastante bem” (VILAS-BOAS: 2002, p. 18).

Bourdieu (2005) lembra que, nas biografias ou nas autobiografias, a narrativa se desenrola sem seguir estritamente a ordem estrita da cronologia dos fatos, mas tem a intenção que a narrativa dê sentido aos fatos. Para o autor que se deteve também a tratar desse tema, como “A ilusão biográfica”, os contextos e o meio são fundamentais para o sentido desse tipo de trabalho. A biografia é um gênero impuro e híbrido, segundo entende Dosse (2015). Ainda que, como no caso de Marighella e de tantas biografias reconhecidas pela crítica literária, existam documentos e notas que seriam utilizadas como “provas”. O eu-autor não é exato e está sujeito a um sem-número de contextos que tornam impossível a objetividade. Há, nesse caso, um conflito intrínseco às próprias características, a de imitar o real e ao mesmo tempo preservar as características literárias, como um texto romanceado. Trata-se, pois, de uma “tensão constante entre a vontade de reproduzir um vivido real passado, segundo as regras da mimesis, e o polo imaginativo do biógrafo, que deve refazer um universo perdido segundo sua intuição e talento criador” (DOSSE: 2015, pág. 55).

O poder de criação, aliás, já havia sido discutida por Ricoeur (1990), que entendia o gênero em um misto “instável de fabulação e experiência viva”. Um gênero com pretensa autenticidade fruto de um processo literário e narrativo, como explica Nadel (1996). Em consonância a essa ideia, Bourdieu afirma que o gênero compreende que a estrutura da história está ligada principalmente ao conjunto do conteúdo e não à forma. De acordo com Damasceno (2002), que nomeia a biografia como um texto de “complexidade”, a escrita privilegia a estrutura sequencial de acontecimentos a partir de seleções de uma “infinidade” de dados disponíveis. “Escrever biografias em nossos dias requer consciência aguda desse processo de re-interpretar o passado como forma particular de construção,

2 O Jabuti é considerado um dos principais prêmios da literatura brasileira e teve a primeira edição em 1959.

sujeito a variados desdobramentos, levando em conta que vidas são sistemas complexos (DAMASCENO: 2002).

Nesse âmbito da complexidade, a autora entende que o material biográfico não se restringe a contar a história da vida de alguém e, não raro, aspectos de várias pessoas, quando são abordados pontos de vista críticos. Entre jornalistas, historiadores, literatos, psicólogos e sociólogos, não há um consenso sobre qual área ou especificidade pertence a biografia, já que o gênero biográfico permeia diferentes modalidades. Dentro do caráter literário, os autores defendem que, para atingir a complexidade, a biografia deve ser um trabalho de apuração minuciosa, com planejamento delineado para coletas de informações, cruzamento de dados e reaveriguação de cada um dos dados registrados. Ainda assim, trata-se de obra produzida onde não estão claros os limites de ficção e do real. O que ocorre é que são esboçadas estratégias autorais para “iludir” e deixar ainda menos claro o panorama. A linha divisória, na verdade, não existe.

PERSONAGENS, VOZES E LACUNAS

Personagens são figuras no papel (seja qual for o produto planejado e produzido), fio da narrativa, que age e existe em função da história, enfim, uma construção permanente. “O problema da personagem é, antes de tudo, um problema linguístico, pois a personagem não existe fora das palavras” (BRAIT: 2004, p.11). Essa autora retoma que essa figura reproduz e reinventa contextos, já que o personagem é trazido pela concepção de um autor, o que afasta a possibilidade do personagem ser uma reprodução fiel da realidade. Está no caminho de uma simulação do real. No objeto trazido para essa reflexão, o papel polêmico e heroico de um guerrilheiro é relido no século 21 com olhar influenciado por uma obra dos anos 1960. O passado de Marighella é assim sujeito ao discurso do presente. Os dois materiais da segunda década dos anos 2000 foram produzidos em um período democrático e com governo de esquerda no poder central, o que é mais uma característica do tempo da produção.

Brait exemplifica, em relação à obra *Os retirantes* (1944), de Cândido Portinari, que mesmo tratando de tema relacionado com a realidade (a seca), os personagens são distorcidos e reinventados. Ainda nesse viés, Antonio Candido (1998) faz importantes distinções: “Graças à seleção dos aspectos esquemáticos preparados e ao potencial das zonas intermediárias, as personagens atingem uma validade universal” (CANDIDO: 1998, p.46). O mesmo autor defende o valor desse papel no cenário de uma obra fictícia ou não. “A narração, mesmo a não fictícia, para não se tornar em mera descrição ou relato, exige, portanto, que não haja ausências demasiado prolongadas do elemento humano” (CÂNDIDO: 1998, p.28).

Já Todorov (1970) e Reuter (2002) explicitam que não existem personagens fora da ação nem ação independente de personagens. Os personagens aparecem então por

sobrevivência. Para analisar o objeto a que se propõe a pesquisa, é primordial compreender os âmbitos a que essas figuras estão colocadas. Elas devem ser encaradas como figuras ideais construídas e constituídas pelos seus autores e narradores. “Mesmo quando um personagem tenha um correspondente na vida real, um ser humano de carne e osso, na narrativa ele assume as funções de um personagem(...). A personagem é um ente, não um indivíduo” (MOTTA: 2005. p.74).

Na reconstrução das personagens, Reuter chama a atenção para o fato de que devem ser evitadas as análises psicologistas, mas sim na caracterização que se interpõe na narrativa, assim pode-se aproximar das questões sociais e políticas. De acordo com o autor, o personagem está cercado de aspectos ideológicos. Motta lembra que os personagens “desempenham um papel funcional na história” já que são “atores que realizam coisas” (2005, p.7) mediante “construções discursivas” sobre a realidade dos homens ao delinear “representações mentais linguisticamente organizadas a partir de nossas experiências de vida” (p.18). “Os acontecimentos relatados pelas narrativas (...) são performatizados por personagens, atores que representam seres humanos e realizam coisas que humanos também realizam” (p. 8). No texto, o personagem assume outras características seguindo-se as perspectivas e as seleções impostas pelo autor, no caso, o jornalista.

A compreensão é que o personagem teria função de identificação social no texto. “O que a confiança na palavra de outrem reforça, não é somente a interdependência, mas a similitude em humanidade dos membros da comunidade” (RICOEUR, 2007, p.175). Todorov (1970) aponta que a análise pode estar baseada no conflito dos personagens, heróis, protagonistas e antagonistas. A reconstituição dos episódios ocorre por intermédio do personagem ou pelo narrador, que ocupa funções de personagens também. “(...) A estruturação do discursivo vai constituir a materialidade de uma certa memória social (ACHARD: 1999, p.11). Tudo o que pode ser reconstituído deve ter valor de significação. “Para que haja memória, é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância. (DAVALLON, 1999, p.27). Uma das estratégias de recomposição da memória é a busca pela documentação (um recorte de jornal, um laudo, uma indicação histórica são usadas nas biografias e autobiografias como estratégia para conferir a imitação da realidade). Isso ocorre nos três trabalhos elencados como objeto. No documentário, por exemplo, a voz da narradora (a sobrinha de Marighella) indica-se como articuladora da narrativa a partir das escritas de si. A ficção preenche as lacunas impostas pelo esquecimento, como explica Eyben (2013).

Nem mesmo o passado está pronto. Pena (2004) acentua que a memória dos personagens ou dos registros, quando acionada para a biografia, torna-se mais um discurso elaborado para dar sentido às lacunas, de tudo aquilo que não pode ser ouvido. “A lacuna é onipresente. O passado articula-se no presente, ou melhor, na presença onde elaboramos a memória e a transformamos em discurso” (PENA: 2004, p.23). As ideias vão ao encontro do pensamento de Bourdieu que trata como “impossível” narrar toda

uma história de vida. O autor remete-se ao entendimento de que o indivíduo não é um ser passível de ser descrito de forma coerente por apresentar múltiplas possibilidades de atuação em diferentes campos mutáveis, sendo que a única constância é o “nome próprio”. Bourdieu recomenda que se torna necessário analisar os sujeitos biografados, bem como sua superfície social.

Candido (1998) defende o valor desse papel no cenário de uma obra fictícia ou não. “A narração, mesmo a não fictícia, para não se tornar em mera descrição ou relato, exige, portanto, que não haja ausências demasiado prolongadas do elemento humano” (CÂNDIDO: 1998, p.28). Já Todorov explicita que não existem personagens fora da ação nem ação independente de personagens. “Para que as personagens possam viver, devem contar. É assim que a primeira narrativa se subdivide e se multiplica” (TODOROV: 1970, p.131).

No caso dos filmes documentários, dentro de suas características, a recomposição ocorre de forma semelhante. É necessário pensar o filme documentário na perspectiva de sua natureza ou em características biográficas. “A paixão por biografias contaminou o documentário contemporâneo” (TAVARES, 2013, p. 121). A autora alega que isso se deve à possibilidade de realocação no presente do personagem “extraordinário” do passado. Segundo Teixeira (2004), produções brasileiras têm tradição no desenvolvimento de documentários biográficos principalmente em virtude da preferência do público.

Uma característica diferente do vídeo em relação ao texto é o menor espaço de representação do sujeito. Em geral, longas-metragens não costumam exceder duas horas de duração, enquanto que biografias ultrapassam 500 páginas. Antes de mais nada, é necessário entender preliminarmente características desse gênero do audiovisual. Deve-se levar em conta para os vários elementos da narrativa cinematográfica são empregados de maneiras diferentes na realização dos documentários. Isso também Nichols define modalidades de representação possíveis no documentário de acordo com a utilização dos elementos narrativos. A rigor, o documentário biográfico pode seguir diferentes estratégias, mas é mais comum que seja feito com testemunhos, para, mais uma vez, possibilitar a construção e apresentação de diferentes perspectivas sociais.

ORGANIZAÇÃO DAS OBSERVAÇÕES: CARACTERÍSTICAS E FATALISMO

De antemão, com as observações preliminares dos dois trabalhos (a biografia e o documentário), foi possível caracterizar (conforme tipologias utilizadas por Lejeune, 2015) e observar a recorrência dos autores ao livro “*Por que resisti à prisão*” em oito oportunidades no trecho observado: sobre o episódio dos tiros no cinema (tema que é o principal foco da autobiografia). No caso da biografia, trechos de jornais explicam informações em 31 oportunidades enquanto que os personagens Clara Charf e Carlos Augusto Marighella são citados no episódio quatro vezes cada um. Há diferenças e lacunas que podem ser

agrupadas entre as duas obras, algumas, supostamente, relacionadas às características dos gêneros. Para exemplificar essa relação, foram separados três momentos contemplados nas obras: a perseguição à zeladora, a abordagem policial e o momento do tiro.

Para efeito de análise, no documentário, também foi separado trecho de aproximadamente oito minutos de duração em que o episódio é lembrado. No caso do livro, trechos inteiros (que fazem parte da memória do autor-vivo) são apresentados de forma romaneada na esteira da narrativa escrita em 1965 pelo próprio guerrilheiro.

No livro e no documentário, há evidências das memórias reconstruídas por estratégias documentais e de discursos recorrentes. Existe um componente nos dois trabalhos em que Vilas-Boas (2014) denomina como “fatalismo” que, segundo o autor, tem-se insinuado em narrativas biográficas contemporâneas. “Na maioria das biografias, é evidente esse afã de realçar várias qualidades supostamente inatas, que expliquem o herói vitorioso” (pág. 86) e que os destinos estariam previamente anunciados. No caso, o episódio dos “Tiros no cinema” é a antevisão da morte do personagem principal, que ocorreria no dia 4 de novembro de 1969, quatro anos depois do acontecimento observado. O conceito é relevante para observar os indícios de fatalismo na memória dos personagens e enfatizada pelas vozes da narrativa.

TRECHOS OBSERVADOS

As possibilidades de análise, conforme se optou, foram as de concentrar o olhar em elementos textuais das narrativas a fim de evidenciar as estratégias diferentes entre os três materiais: (1) o livro de memória “*Por que resisti à prisão*”, (2) a biografia “*Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*” e o documentário “*Marighella*” (3). Para efeito de observação preliminar foram coletados trechos relativos ao momento do atentado no tiro no cinema.

A partir da conceituação de Lejeune, pode-se aplicar o seguinte:

Autobiografia “*Por que resisti à prisão*” (obra 1) - a) Forma de linguagem: narrativa em prosa; b) Assunto tratado: as perseguições e luta do guerrilheiro, a vida particular ao lado da companheira e os ideais ligados ao comunismo do narrador-autor; c) Situação do autor: guerrilheiro que corresponde a sua identidade “real”; d) Posição do narrador: o narrador é o personagem principal que acumula as informações a partir de uma retrospectiva sobre emboscadas, atentados e a vida na cadeia.

Biografia “*Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*” (obra 2) - narrativa em prosa; o autor é um jornalista de 30 anos de experiência que produziu a obra, segundo ele explica em nove anos de trabalho, consultando 229 fontes.

Documentário “*Marighella*” (obra 3) - narrativa em vídeo; a autora-diretora é sobrinha do personagem principal, filme foi produzido em três anos, mas, segundo explica, “esse filme começou a ser feito quando ainda era uma criança”, no sentido, de um lado, da

acumulação das memórias e, de outro, dos preenchimentos com as próprias impressões.

Trechos do episódio a respeito do atentado explicam as escolhas em cada obra, o que confere ao discurso da autoria a nitidez das vozes como são elencadas as memórias.

Sobre a perseguição à zeladora:

Obra 1 - “A minha prisão, no dia 9 de maio, revestiu-se de sensacionalismo e suspense (...) Ao perceber à certa distância um indivíduo em atitude suspeita como que vigiando os passos da zeladora com o embrulho cor-de-rosa, decidi entrar no cinema” (narração de Marighella).

Obra 2 - “Carlos Marighella viu a zeladora do prédio onde morava caminhando em sua direção e pensou que, outra vez, conseguira ludibriar a polícia. Valdelice carregava um embrulho cor-de-rosa. Enfim, ele resolveria o problema da falta de roupa que o apoquentava havia mais de um mês” (narração do autor, o jornalista).

Obra 3 - “Eles ficaram esperando a zeladora sair do prédio e foram atrás dela até entrar no cinema” (voz de Clara Charf, esposa de Marighella)

Observações e lacunas preenchidas – Os trabalhos coincidem em trazer a perseguição de policiais à zeladora no dia dos tiros no cinema. No entanto, há lacunas identificáveis na biografia ao trazer a ideia que o personagem teria pensado que, de novo, conseguiria ludibriar a polícia. Essa informação não foi encontrada na autobiografia. Além disso, no documentário, Clara Charf revela apenas o que recorda da história contada pelo marido 35 anos depois do acontecimento.

Sobre a abordagem da polícia

Obra 1 - Com a mesma incrível rapidez, minha atenção concentrou-se na atitude estranha e agressiva de um policial, de cócoras, em minha frente, empunhando uma arma de fogo, cano apontado para o meu coração. Cercaram-se um por trás, dois, três, oito policiais do DOPS. Mostraram-me a identificação e o revólver calibre 38” (narração de Marighella).

Obra 2 - “De pé, por trás, pela direita de Marighella, sentado na cadeira, um policial ordena-lhe que o acompanhe. Outro cerca-o por trás, pela esquerda. À sua frente, outro mostra-lhe a carteira com as iniciais do DOPS. Tudo num instante. O quarto, ao lado do que dá a carteirada, agacha-se e aponta o revólver calibre 38” (narração do autor-jornalista).

Obra 3 – Não há menção aos detalhes da abordagem

Observações e lacunas preenchidas – Em relação a esse momento, a narrativa da biografia é mais restrita à abordagem policial, mas se dá uma descrição de passo a passo de acontecimentos, que ajudam a conferir uma narrativa cinematográfica ao texto. “Tudo num instante” é uma observação do autor que ajuda a apresentar uma informação temporal que não está descrita na autobiografia. Não foi identificada ali naquele material quanto tempo duram esses eventos.

Sobre o momento do tiro

Obra 1 - . “Não havia dúvida. O crime ia ser perpretado ali (...) Levantei-me gritando: - Matem, bandidos! Abaixo a ditadura militar fascista! Viva a democracia! Viva o Partido Comunista” (página 18)

Obra 2 - Marighella pensa que vai morrer e grita: “Matem, bandidos! Abaixo a ditadura militar fascista! Viva a democracia! Viva o Partido Comunista!” Não terminou, quando o agente dispara à queima-roupa. Ferido no peito, Marighella equilibra o corpo na perna esquerda e, com a direita, acerta um golpe que joga longe a arma. Outro chute destrói uma cadeira. Seus sapatos voam longe. Os policiais o chutam e esmurram, ele não cai e retribui as agressões. Um gosto adocicado tempera sua boca. É o sangue que o empapa. No rosto, o sangue turva a visão, e Marighella tem a impressão de que enfrenta ao menos sete. São oito, somam testemunhas. Não consegue ver a face dos tiras e nunca poderá identificá-los.

Obra 3 – “Aí o Marighella levantou e gritou: - Abaixo a ditadura militar, viva a democracia e o Partido Comunista. Aí veio o tiro” (voz de Clara Charf)

Observações e lacunas preenchidas – As expressões na biografia são sutilmente diferentes daquelas da autobiografia. Enquanto que no texto de Marighella, o narrador não tem dúvidas de que o “crime” ocorreria naquele instante, na biografia, é conferida uma exatidão de que ele morreria. Não há nos escritos do guerrilheiro a certeza da morte. Em seguida, no texto do jornalista, estão evidenciados sentimentos e eventos que aparecem contemplados na memória do protagonista durante depoimento à polícia, como os chutes nas cadeiras e o fato do sapato voar. Em relação ao “gosto adocicado de sangue” e “a visão turva nos olhos”, não foram identificados esses registros. No documentário, o momento é apresentado bastante resumidamente baseado na memória da esposa a partir do que lhe foi contado ou o que sobrou dos sons daqueles tiro e das palavras nas décadas seguintes.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS PARCIAIS

As escritas de si evidenciadas nas três obras observadas e as reflexões dos autores a respeito dos gêneros biográficos utilizados como amostragem demonstram a complexidade do tratamento desse tema que não está no campo da realidade nem da ficção. Os documentos apresentados como provas são estratégias de amparar uma memória fugidia sujeita à passagem do tempo e à inexatidão de informações consolidadas havia quatro décadas. Por esse motivo, é possível referendar dados fundamentais para princípio de trabalho: (1) A base de informações utilizada pela biografia no trecho dos “tiros do cinema” tem como base o livro de memórias do guerrilheiro; (2) Na biografia, há elementos que não estão no discurso de Marighella e não há evidências de quais seria a totalidade das fontes que trouxe novidades objetivas àquele momento; (3) No documentário, o episódio do tiro, base do texto de Marighella, é reduzido a um trecho de oito minutos com exposição da sonora da entrevista da esposa e a imagens do personagem com marcas da violência

(as fotos não foram objeto de observação específica e necessita ser estudada em outro trabalho).

Outras fontes são apresentadas no prólogo dos tiros no cinema, como o filho do guerrilheiro e uma criança que agem como contextualizadores da história. Trechos de jornais, inquéritos policiais e laudos do Instituto Médico Legal são elencados como “provas”, mas não explicam tudo. Afinal, a obra não existe como inquérito de existência, mas dos valores narrativos que contempla. Nesse sentido, não há como definir uma linha divisória entre o real e o fictício. As informações atribuídas a eles não aparecem entre aspas e são tratadas de forma subalterna na narrativa. Apesar disso, as formas como são apresentados os dados trazidos por eles carecem de novo olhar também.

Mas a partir do que foi observado, ainda que a pesquisa esteja em estágio inicial, foi possível, em parte, confirmar a hipótese de que os escritos deixados por Marighella podem ter sido utilizados como evidências do acontecimento “tiros no cinema” e teriam posição de privilégio nas tramas consideradas de não-ficção. Essa evidência é parcial diante de obras extensas em que não se mapeou ainda todos os percursos das memórias narradas. Não se confirma a hipótese em relação ao documentário porque a articulação, no caso do filme, não ocorre a partir dos escritos de Marighella, mas das “escritas de si” da sobrinha do guerrilheiro, que traça um caminho afetuoso de um tio perseguido. Há em comum nas duas obras a simpatia da autoria pelo personagem e isso pode ter mudado a organização das informações e a seleção dos fatos.

Uma surpresa durante os estudos foi o de contrariar uma ideia de que a biografia teria provocado a organização do filme. É possível já entender que a migração entre os gêneros ocorre por diferentes caminhos que estão relacionados aos recortes narrativos. Uma possibilidade de nova estratégia para pesquisa pode ser a de entrevistas em profundidade com os autores das obras. A partir das notas escritas pelos dois trabalhos, o que, por enquanto, pode ser evidenciado é ainda bastante preliminar sobre outras influências: como as memórias do guerrilheiro e o “baú” da sobrinha do personagem. Nas lacunas da memória construída ou resgatada (foram identificadas neste trabalho em três trechos), estratégias utilizadas pela ficção podem também ser protagonistas e ocupar espaço de preenchimento a fim de conferir alguma lógica de organização para as escritas de uma vida. Em que pese, pode-se exaltar o que há de ilógico, desorganizado, caótico, polêmico e contraditório na vida daquele guerrilheiro.

REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. Papel da memória. Campinas, Pontes, 1999, p.11-17.

ARFUCH, Leonor. O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2010.

- BAL, Mieke. Teoría de la narrativa, Madri: Cátedra, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (2012)
- BRAIT, Beth. A personagem. São Paulo: Ática, 2004.
- CÂNDIDO, Antonio. O discurso e a cidade. São Paulo: Duas Cidades. 1998.
- DOSSE, François. O desafio biográfico: escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2015.
- DAMASCENO, Diana. Biografia jornalística: o texto da complexidade. UniverCidade. Rio de Janeiro: 2002.
- EYBEN, Fabricia Wallace Rodrigues. Memórias engendradas, ficções do eu (tese de doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 2013
- FERRAZ, Isa. Marighella (documentário). Rio de Janeiro, 2013.
- HAMPE, Barry. Escrevendo documentário. Nova Iorque: Owl Book, 1997.
- LEJEUNE, Philippe. O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- MAGALHÃES, Mário. Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Cia das Letras, 2012
- MARIGHELLA, Carlos. Por que resisti à prisão. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1994.
- MOTTA, Luiz. Narratologia – teoria e análise da narrativa, Brasília, Casa das Musas, 1995.
- NICHOLS, Bill. Introdução ao Documentário. São Paulo: Papyrus, 2005.
- PENA, Felipe. A teoria da biografia sem fim. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- PUCCINI, Sérgio. Roteiro de documentário: Da pré-produção à pós-produção/. Sérgio Puccini. – Campinas, SP: Papyrus, 2009
- REUTER, Yves. A análise da narrativa, S. Paulo, Difel, 2002.
- RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa, tomos I, II e III, S. Paulo: Papyrus, 1995
- _____. O percurso do reconhecimento. Tradução Nicolás Nyimi Campanário. SP: Loyola, 2006.
- _____. A memória, a história, o esquecimento. Tradução: Alain François. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- TODOROV, Tzvetan. As estruturas narrativas. São Paulo, Perspectiva, 1970.

VILAS-BOAS, Sérgio. Biografismo: reflexões sobre as escritas da vida. São Paulo: Editora Unesp, 2014

_____ Biógrafos e biografados. São Paulo: Summus, 2002.

O BUGRE E A CIDADE: O ESPAÇO URBANO NA POESIA EM MANOEL DE BARROS

Data de aceite: 01/03/2022

Mariana da Silva Santos

Doutoranda em Estudos Literários, Campus Maringá/PR, Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Renata Kelen da Rocha

Doutoranda em Estudos Literários, Campus Maringá/PR, Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Vilma da Silva Araújo

Doutoranda em Estudos Literários, Campus Maringá/PR, Universidade Estadual de Maringá (UEM)

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo discutir o espaço poético na poesia de Manoel de Barros (2010). Isso ocorreu por intermédio da leitura interpretativa de poemas presentes na obra seminal do poeta, intitulada *Poemas Concebidos Sem Pecado*. Nesse sentido, debate-se o desenvolvimento da relação sujeito/ambiente a partir do que postula Alfredo Bosi (1983), em *O ser e o tempo da poesia*, tendo ainda como enfoque o binarismo campo/cidade, assim como a relação cultivada pelo ser e aquilo que o rodeia. Com a análise, reitera-se a relação do eu-lírico com o seu meio, embora alienado de seu espaço.

PALAVRAS-CHAVE: Poesia; Espaço; Ser; Manoel de Barros.

ABSTRACT: This work aims to discuss the poetic space in the poetry of Manoel de Barros (2010).

This occurred through the interpretive reading of poems present in the poet's seminal work, entitled *Poemas Concebidos Sem Pecado*. In this sense, the development of the subject/environment relationship is debated based on Alfredo Bosi's (1983) postulates, in *O ser e o tempo da poesia*, also focusing on the field/city binarism, as well as the relationship cultivated by being and what surrounds you. With an analysis, the relationship between the lyrical self and its environment is reiterated, although alienated from its space.

KEYWORDS: Poetry; Space; Being; Manoel de Barros.

1 | INTRODUÇÃO

Manoel Wenceslau Leite de Barros nasceu em 1916, em Cuiabá (MT). Aos dois meses de idade, mudou-se para Corumbá, cidade considerada a pérola do Pantanal. Aos oito anos, o menino foi encaminhado a um internato em Campo Grande (MS), prosseguindo mais tarde para o Rio de Janeiro a fim de estudar Direito. Após herdar uma fazenda de seu pai, iniciou a profissão de “escavador de palavras” (BARROS, 2008, p. 21).

Destas escavações, elenca-se as seguintes obras: *Poemas concebidos sem pecado* (1937), *Face imóvel* (1942), *Poesias* (1956), *Compêndio para uso dos pássaros* (1960), *Gramática expositiva do chão* (1966), *Matéria de poesia* (1970), *Arranjos para assobio* (1980), *Livro de pré-coisas* (1985) *O guardador de águas* (1989), *Poesia quase toda* (1990),

Concerto a céu aberto para solos de ave (1991), *O livro das ignoranças* (1993), *Livro sobre nada* (1996), *Retrato do artista quando coisa* (1998), *Ensaio fotográficos* (2000), *Poeminhas pescados numa fala de João* (2001), *Tratado geral das grandezas do ínfimo* (2001), *Cantigas por um passarinho à toa* (2003), *Poemas rupestres* (2004), *Memórias inventadas: a segunda infância* (2005), *Poeminha em língua de brincar* (2007), *Memórias inventadas: a terceira infância* (2008) e *Menino do mato* (2010). Percebe-se, com isso, um autor com uma quantidade considerável de produção poética, cuja presença é bastante relevante para o quadro da literatura brasileira.

Em relação à sua poética, alguns traços são bem marcantes, como: a infância, o regionalismo e o carinho pelo inútil, segundo Sanches Neto (1997). É importante destacar que, embora fosse uma característica estilística, o enquadramento de Manoel de Barros como autor regionalista não é aceito de maneira unânime por todos que estudam a sua obra. O que pode ser enunciado é que Manoel brincava com as palavras, sendo influenciado diretamente pelo espaço fronteiriço do Mato Grosso do Sul.

Como Souza (2008) destacou, esta localidade foi palco de vários movimentos diaspóricos. De acordo com o autor, esse processo, que ocorre há décadas, apenas reforça o multiculturalismo da cidade que, por ser portuária do Rio Paraguai e ter tido relativa importância econômica no século passado, atraiu vários grupos étnicos distintos, como italianos e sírio-libaneses, além dos paraguaios e alguns grupos indígenas, os quais, devido à Guerra do Paraguai, tiveram suas terras devastadas a procura de empregos. Nesse contexto e espaço, Manoel de Barros, em sua poesia, criou uma linguagem transcultural (RAMA, 2001), que incide sob o tema, o qual gravita entre o universal e o local (CITELLI, 2009), dando vazão ao que significa escrever em uma “zona de contato”, como esclarecido por Pratt (1999).

Não obstante, “percorrer meandros manoelinos é redescobrir impressivas sensações da infância” (MARTINS; GRÁCIA-RODRIGUES; RIBEIRO, 2010, p. 101), responsáveis pela construção da identidade do eu-lírico, que, pela linguagem, se apresenta diluído entre crianças, passarinhos e andarilhos (BARROS, 2008). Esse alinhamento com o ambiente externo permite questionar a possibilidade de pensar-se o Pantanal manoelino como a própria extensão do eu-lírico, a partir da perspectiva defendida por Moisés (2000) sobre espaço poético. Para a autora:

A geografia não é chamada para determinar um espaço, mas para servir de ambiente à projeção do ‘eu’, que constitui a base do fenômeno poético: a geografia está em função do ‘eu’, atua como seu prolongamento natural. Desse ângulo, se fenômeno poético percorre algum espaço, é o do ‘eu’ (MOISÉS, 2000, p. 161).

Neste sentido, o olhar para as poesias de Manoel de Barros pode ser enriquecido pela ideia de “País da Infância”, em termos bachelardianos (1993), perspectiva explorada nos artigos: “Leitura Multimodal do poema ‘Escrínio’, de Manoel de Barros” (SANTOS;

RODRIGUES, 2019b) e “A representação de Corumbá em Poemas Concebidos Sem Pecado, de Manoel de Barros” (SANTOS; RODRIGUES, 2019a).

Dito isto, destaca-se que, a partir do contato com o estudo desenvolvido por Bosi (1983), na obra *O ser e o tempo da poesia*, abriu-se um caminho para pensar-se o Pantanal não apenas como o “País da Infância” do poeta Manoel, em termos bachelardianos, ou como pano de fundo de seus poemas, mas também como um representativo da relação espaço-sujeito daquela contemporaneidade.

Para a materialização do produto desta hipótese, a obra *Poemas Concebidos Sem Pecado* (PCSP), de 1937, mostra-se como um interessante potencial de pesquisa, em razão do explícito caráter autobiográfico em sua estrutura. Além disso, essa característica garante ao leitor uma possibilidade de acompanhar a transição do personagem Cabeludinho, apelido de Manoel de Barros, desde a sua cidade natal, Cuiabá, passando por Corumbá, onde viveu sua infância, Campo Grande, cidade que residiu em sua adolescência até, finalmente, o Rio de Janeiro, onde morou durante a graduação.

A hipótese sugerida pode ser ainda, se devidamente endereçada, quando se pensa na evolução da relação homem e ambiente, em contraste com o sujeito-campo-cidade, o que se expressa, de maneira enfática, na poesia de Barros, como será demonstrado a partir da explicitação dos elementos primários de PCSP, além da interpretação poema-objeto selecionado, conforme os parâmetros de interpretação do texto poético formulados por Candido (2006).

2 | POEMAS CONCEBIDOS SEM PECADO(PCSP)

O livro *Poemas Concebidos Sem Pecado* (PCSP) foi o primeiro de Manoel de Barros, publicado em 1937, quando o autor tinha apenas 21 anos de idade. Ele foi feito de maneira artesanal com a ajuda de alguns amigos, contando somente com vinte e um exemplares. Nessa obra:

O autor utilizou **três pilares**: o primeiro seria uma suposta **autobiografia**, na qual são narrados os principais acontecimentos de sua vida e até então num poema dividido em onze partes: ‘Cabeludinho’. O segundo pilar é o **regionalismo** – linguagem coloquial, costumes locais [...]. Por fim, temos o **resgate de pessoas ‘desimportantes’** que fizeram parte da infância de Cabeludinho e que se tornaram mitos pessoais do início de sua vida (TORRES, 2011, p. 15, grifos nossos).

O primeiro poema do livro é intitulado “Cabeludinho”, além de apelido da infância do autor, pode ser interpretado como o *alter ego* de Barros. Em razão do caráter autobiográfico, não é de surpreender que o escritor tenha dado início a sua obra relembando o próprio nascimento, como pode ser verificado nos seguintes versos:

Sob o canto do bate-num-para nasceu Cabeludinho
bem diferente de Iracema
desandando pouquíssima poesia
o que desculpa a insuficiência do canto
mas explica a sua vida
que juro ser essencial.
-Vai desremelar esse olho, menino!
-Vai cortar esse cabelão, menino!
Eram os gritos de Nhanhá (BARROS, 2010, p. 11).

Durante a leitura, percebe-se o retrato da origem humilde do poeta, pois o “canto do bate-num-para” pode ser interpretado como um som que representaria, a partir da cadência das palavras, o trabalho das lavadeiras. Nesse poema, ainda, é possível notar a comparação da personagem consagrada de José de Alencar, Iracema, que teve a beleza melódica da jandaia, como eterna companheira, com o Cabeludinho. Por coincidência ou não, a ave é citada na primeira linha do romance indianista: “Verdes mares bravios de minha terra natal, onde canta a jandaia nas frondes da carnaúba” (ALENCAR, 1991, s/n). A comparação não fortuita das duas personagens pode ser relacionada também aos distintos prestígios resignados às obras pertencentes, bem como a relevância do local de origem.

Indo além, [e inclusive possível associar o eu-lírico à clássica personagem de Mário de Andrade (1984), Macunaíma, do livro homônimo, cujos traços de “malandragem” podem ser claramente percebidos também em Cabeludinho, pelas aventuras empreendidas durante a sua infância e adolescência, fases descritas ao longo da obra. Se essas referências não fossem suficientes para atestar a sua múltipla relação com outras obras, o que gera uma intertextualidade direta com o estilo de outros poetas, poder-se-ia também recordar o eu-lírico do conhecido texto de Carlos Drummond de Andrade (2013): “Poema de Sete Faces”. Em ambos, verifica-se a narração dos eu-líricos sobre os seus nascimentos, em que os dois alegam as suas excentricidades e peculiaridades, além do explícito caráter autobiográfico dos poemas.

Neste sentido, o poema “Cabeludinho” pode ser lido como um reflexo da obra PCSP (BARROS, 2010) como um todo, o que significa afirmar que o primeiro livro de Barros carrega o que seria a semente ou os princípios e bases dos próximos lançamentos dele. Portanto, como um dos elementos recorrentes é a autobiografia, os poemas têm, geralmente, a região pantaneira como espaço como componente de seu tema e estilo.

Neste viés, a obra seminal, dividida em três grandes partes: “Cabeludinho”, “Postais da Cidade” e “Retratos a carvão”, logo no começo apresenta a região pantaneira contrastada com a cidade do Rio de Janeiro, o que revela um forte sentimento de perda. É justamente por esse contraste, que o Pantanal desponta como o “País da Infância” de Barros, como conceituado por Gaston Bachelard (1993), haja vista que ele representa o lugar de felicidade do eu-lírico, o seu lar:

A última estrela que havia no céu
deu pra desaparecer
o mundo está sem estrela na testa
Foi o vento quem embrulhou minhas palavras
meteu no umbigo e levou pra namorada?
Eram palavras de protesto idiota!
Como o vento leva as palavras!
Me lembrar que o único riso solto que encontrei era pago!
É preciso AÇÃ O AÇÃ O AÇÃ O AÇÃ O
Levante desse topor poético, bugre velho.
Enfim cabeludinho, é você mesmo quem está aqui?
Onde andarão os seus amigos do Porto de Dona Emília? (BARROS, 2010, p. 17).

A primeira estrofe do poema já inicia com um tom de melancolia, com o eu-lírico relatando sobre a sua impossibilidade de ver as estrelas, tirando dele uma visão tão nostálgica e bela, principalmente para aqueles seres de regiões interioranas, onde é tão comum vê-los exibindo um claro sentimento de inconformidade com a realidade.

Outro verso marcante é o primeiro da quarta estrofe, em que o eu-lírico revela a quem lê que a única felicidade que obteve no lugar foi comparada ao passado, o que lhe faz relembrar os seus amigos de infância, evocando um sentimento saudosista das pessoas e da sua terra natal. A recordação é dos seus amigos de Corumbá (MS), com quem brincava no Porto de Dona Emília, lugar que, em outros poemas, era onde eles jogavam bola e divertiam-se.

Neste grupo de amigos, meninos de diferentes classes, como o poeta descreve, havia o índio, o boliviano, o filho de lavadeira, o filho do dono de fazenda, mas, naquele momento, era a oportunidade de estarem juntos e brincarem (o que revela, mais uma vez, a multiplicidade de identidades presentes no espaço fronteiriço). Isso contrastado à complexidade da vida adulta em uma capital fortalece o sentimento de isolamento e de alienação, o que seria reforçado pela repetição das palavras no verso: “É preciso AÇÃ O AÇÃ O AÇÃ O AÇÃ O” (BARROS, 2010, p. 17).

A pessoa leitora, então, percebe a tentativa de Barros de preencher este sentimento de perda com a contínua atividade. O poeta escreve para distrair-se. Essa forma de escapismo não deixa de refletir o comportamento do homem urbano inserido dentro do sistema capitalista, sempre incentivado a priorizar a produtividade aos próprios sentimentos. Esses fatos demonstram a mudança não só do comportamento humano, como parâmetro entre o homem campestre com o cidadão, como também o deslocamento em meio ao sistema econômico hegemônico, que transformou a dialética do espaço e do indivíduo

(situação que será mais bem explorada na próxima seção).

Outra interpretação que pode ser feita é a ligação do meio campestre com a felicidade, tão comum em várias escolas literárias, como o Classicismo e o Arcadismo (Neoclassicismo). Vale ressaltar, no entanto, que o lugar bucólico, como descrito pelos árcades e os clássicos, era um lugar perfeito, utópico. Em Barros, o campo, apesar de ligado à sua felicidade, desempenha esse papel por ser, principalmente, onde passou os seus primeiros anos de vida, exemplificando a perspectiva de Bachelard (1993), sobre o espaço.

Seguindo a perspectiva do filósofo:

Nossa alma é uma morada. E quando nos lembramos das 'casas', dos 'aposentos', aprendemos a 'morar' em nós mesmos. Vemos logo que as imagens da casa seguem nos dois sentidos: estão em nós assim como nós estamos nelas (BACHEARD, 1993, p. 197).

A partir desta explicação, é possível inferir a razão do espaço ser um elemento tão estudado na análise da poética manuelina, já que, além do destaque dado pelo próprio autor, ele é um elemento que se liga intrinsecamente aos seus poemas, o que permite uma melhor compreensão não só da biografia como, especialmente, do sentido de sua obra. Inclusive, a leitura de PCSP permite a constatação de que o Pantanal e Corumbá representam a “casa” do poeta, tendo em vista que são as lembranças do lugar que emergem em períodos de estranhamento, solidão e deslocamento, como comprovado no poema reproduzido anteriormente.

3 | O ESPAÇO, O SER E A POESIA

A constante retomada da morada na obra de Barros, conforme se verifica ao longo da leitura de seus livros, pode ser relacionada ao pensar *óico-lógico*, promovido por Heidegger (1954), em que o raciocínio do ser humano deve ligar-se diretamente ao seu habitar, pois, como advoga o filósofo, há a necessidade da ligação do ser com o local que se identifica para o florescimento da consciência do cuidado. Entretanto uma das maiores deficiências do ser humano contemporâneo seria justamente a habilidade de cuidar, tanto de si quanto do seu meio, porque, alienado em seu trabalho e em suas práticas de lazer, vê-se distante da possibilidade de plenitude, atingida, segundo o alemão, pelo resguardo: “isto é, edificar e cultivar” (HEIDEGGER, 1954, s/n).

O processo rizomático deste discurso é percebido em *O ser e o tempo da poesia*, livro no qual Bosi (1983) assevera que o “desencantamento”, promovido pelo capitalismo, reforça o desligamento do ser com aquilo que está à sua volta. No entanto, assim como a ataraxia seria uma das soluções para o aguçamento da percepção, o mesmo papel poderia ser exercido pela poesia, pela sua possibilidade de plasmar, por intermédio da linguagem-imagem, o que nos escapa no plano real.

Assim, como elucida Bosi (1983), a poesia consegue facilmente fazer surgir a

imagem para o/a leitor(a), que:

Finita e simultânea, consistente mesmo quando espectral, dada mas construída, a natureza da imagem deixa ver uma complexidade tal, que só se tornou possível ao longo de milênios durante os quais o nexos homem-ambiente se veio afinando no sentido de valorizar a percepção do olho, às vezes em prejuízo de outros modos de conhecimento sensível, o paladar, o olfato, o tacto. O resultado do processo seria o triunfo da informação pela imagem (BOSI, 1983, p. 17).

Esta distorção, promovida pela linguagem poética, é ainda capaz de silenciar o *Dasman*, a ditadura repercutida pelo eterno falatório, pontuado por Heidegger (2004), sendo responsável pelas demandas comportamentais às quais o homem se sujeita sem propriamente pensar sobre, exercendo, assim, o papel de indivíduo do seu próprio tempo. Por isso, ele pode também estar sujeito a várias vicissitudes, como às quais estão sujeitos aqueles pertencentes ao mundo hodierno.

Como pontuam enfaticamente autores de linha marxista, a máquina capitalista é responsável pelo desalinhamento do ser humano e de seu meio, uma situação que repercutiu na expressão poética:

à medida que a máquina capitalista vai destruindo uma a uma as paisagens da infância, a poesia dirá antes a perda do que a fruição da cidade natal [...] a familiaridade decaiu à condição de estranheza. No lugar da poesia do enraizamento não restaram senão expressões de nostalgia travestido muitas vezes pelo registro da amarga decepção. A cidade passa a ser lugar do desencontro, a alegoria da mais hostil exterioridade (BOSI, 1983, p. 270-271).

O corpo textual selecionado para exemplificar essa assertiva tematiza a solidão do homem urbano/intelectual, contrastada enfaticamente pela origem rural do eu-lírico, como reforça Bachelard (1993, p. 25), ao afirmar que: “Quando, na nova casa, voltam as lembranças das antigas moradias, viajamos até o país da infância Imóvel, imóvel como o Imemorial”. Para reforçar a afirmativa, considera-se a leitura do seguinte poema:

Entrar na Academia já entrei
mas ninguém me explica por que essa torneira aberta
neste silêncio de noite
parece poesia jorrando...
Sou bugre mesmo
me explica mesmo
me ensina modos de gente
me ensina a acompanhar um enterro de cabeça baixa
me explica por que um olhar de piedade
cravado na condição humana
não brilha mais que anúncio luminoso?
Qual, sou bugre mesmo
só sei pensar na hora ruim

na hora do azar que espanta até a ave da saudade
Sou bugre mesmo
me explica mesmo
se eu não sei parar o sangue, que que adiante
não ser imbecil ou borboleta?
Me explica por que penso naqueles moleques
como nos peixes
que deixava escapar do anzol
com o queixo arrebitado?
Qual, antes melhor fechar essa torneira, bugre velho... (BARROS, 2010, p. 15).

No texto, sem métrica fixa ou rima, cujo ritmo é determinado pelas escolhas semânticas, pode-se perceber a seleção de figuras de linguagem, como: a comparação – entre a torneira e a poesia, ambas como instrumentos de exortação de algo do interior; o *enjambement* nos 2/3/4/5 versos, que representaria a fluidez da água; há ainda a anáfora, utilizada como recurso para representação do desespero do eu-lírico, que clama uma explicação para sua frustração, por se ver distante de sua terra e deslocado na nova localidade, bem como o estabelecimento do espaço ocupado, como o da academia – na cidade, embora não tenha deixado de ser o “bugre velho”.

A busca de ser bem-sucedido dentro dos parâmetros profissionais capitalistas, distante da terra natal, conversa diretamente com a afirmação de Bosi (1983) sobre a evolução da relação do homem e do espaço, representada dentro do texto poético. A partir de Heidegger (1954), pode-se depreender que o estado de melancolia é justamente causado por essa “falta de contato com as coisas”.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a análise do poema foi enfatizado a relação do homem com o seu meio, no caso, há um eu-lírico que se vê alienado do seu espaço, no sentido de não se sentir pertencente aquele ambiente. Por isso, no poema “A última estrela que havia no céu” (BARROS, 2010, p. 17), ao ser confrontado com o sentimento de deslocamento, seria o “País da Infância” que lhe escapa da lembrança. Não surpreendentemente, junto a memória da “casa”, acompanham as memórias de seu tempo de criança, com os seus amigos e as brincadeiras que compartilhavam.

Retornar à “casa”, embora fosse um desejo explicitado, era uma ação ligeiramente reprimida e sufocada. Em seu lugar, o eu-lírico reforça a ideia da necessidade de deslocar o seu pensamento para o que é “importante”. Por isso, se no poema “A última estrela...”, ele exige de si mesmo: “Levante desse topor poético, bugre velho” (BARROS, 2010, p. 17). De maneira semelhante, no último poema analisado neste trabalho, tem-se o seguinte verso: “Qual, antes melhor fechar essa torneira, bugre velho...” (BARROS, 2010, p. 15).

Em outras palavras, ao invés de permitir que o seu desvanecimento continue a liderar a sua imaginação para um passado tão querido, ele tenta voltar o seu pensamento para o agora, que, infelizmente, como é retratado por ele mesmo, não é tão satisfatório em razão do afastamento entre si e o espaço que habita. Uma problemática elucidada tanto por Bachelard (1993), por Bosi (1983), quanto por Heidegger (2004), que, embora expressem perspectivas diferentes sobre esse tema, eles concordam sobre o prejuízo causado por uma relação esvaziada entre o eu e o meio, acentuada durante o último século e evidenciada nos textos de Barros.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. **Iracema**. 24. ed. São Paulo: Ática, 1991.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Alguma poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ANDRADE, Mario de. **Macunaíma**: o herói sem nenhum caráter. 20 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARROS, Manoel de. **Memórias Inventadas**: as infâncias de Manoel de Barros. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

BARROS, Manoel de. **Poesia completa**. São Paulo: Leya, 2010.

BOSI, Alfredo. **O ser e o tempo da poesia**. São Paulo: Cultrix, 1983.

CANDIDO, Antonio. **O estudo analítico do poema**. 6. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

CITELLI, Adilson. A poesia de Manuel de Barros: entre o regional e o universal. **Comunicação & Educação**: Revista do Curso de Gestão de Processos Comunicacionais, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 127-133, set. 2009.

HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. In: http://www.fau.usp.br/wp-content/uploads/2016/12/heidegger_construir_habitar_pensar.pdf. **Vortäge und Aufsätze**. Trad. Marcia S. C. Schuback. Pfullingen: G. Neske, 1954.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Trad. S. C. Schuback. São Paulo: Vozes, 2004.

MARTINS, Waleska; GRÁCIA-RODRIGUES, Kelcilene; RIBEIRO, Rauer. A infância que se entrega aos pântanos: as memórias “experimaginadas” de Manoel de Barros. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 1, n. 21, p. 101-120, jun. 2010.

MOISÉS, Maussud. **A criação literária**: poesia. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

PRATT, Mary Louise. Introdução: crítica na zona de contato. In: PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru: USC, 1999, p. 23-38.

RAMA, Ángel. Os processos de transculturação na narrativa Latino-Americana. In: AGUIAR, Flávio Wolf; VASCONCELOS, Sandra Guardini T. (org.). **Literatura e cultura na América Latina**. São Paulo: EDUSP: 2001.

SANCHES NETO, Miguel. **Achados do chão**. Ponta Grossa: UEPG, 1997.

SANTOS, Mariana Silva; RODRIGUES, Rauer Ribeiro. A representação de Corumbá em Poemas Concebidos Sem Pecado, de Manoel de Barros. **Guavira Letras**, v. 15, p. 451-462, 2019a.

SANTOS, Mariana Silva; RODRIGUES, Rauer Ribeiro. Leitura multimodal do poema 'Escrínio', de Manoel de Barros. **Movendo Ideias** (UNAMA), v. 24, p. 28-38, 2019b.

SOUZA, João. C. **Sertão Cosmopolita**: tensões da modernidade de Corumbá (1872- 1918). São Paulo: Alameda, 2008.

TORRES, Alan Bezerra. **Manoel de Barros e os espaços da infância**. 2011. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Letras, Fortaleza, 2011.

ESTUDO DA LITERATURA AFRICANA EM LÍNGUA PORTUGUESA NO CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO NO ENSINO MÉDIO

Data de aceite: 01/03/2022

Enmilany Duarte de Vasconcelos

Graduada em Letras /UEA e pós-graduada em Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura (UNIASSELVI) professora da SEDUC/AM
<http://lattes.cnpq.br/4969604888455642>
Tefé/Amazonas

RESUMO: Esse artigo pretende abordar as influências culturais africanas em solo brasileiro, ressaltando a importância de se trabalhar a literatura africana dentro do ambiente escolar. Além da prática cultural diferenciada ressaltada, os africanos, ainda, incorporaram algumas práticas europeias e indígenas, além de, influenciá-los culturalmente. O intercâmbio cultural entre os elementos citados contribuiu para uma formação cultural afro - brasileira híbrida e bastante peculiar. A pesquisa bibliográfica forneceu a fundamentação teórica ao estudo. Dando preferência aos artigos, livros e trabalhos acadêmicos que abordassem temas de interesse ao assunto abordado. Após a coleta do referencial teórico e feito a catalogação das partes mais importantes que correspondam aos objetivos do estudo, foi feita uma discussão dos resultados para tirar as devidas conclusões e adaptações necessárias ao contexto do presente estudo, sendo feito uma análise de conteúdo.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura africana; Cultura; Linguística.

STUDY OF AFRICAN LITERATURE IN PORTUGUESE LANGUAGE IN THE BRAZILIAN EDUCATIONAL SCENARIO IN HIGH SCHOOL

ABSTRACT: This article intends to approach the African cultural influences on Brazilian soil, emphasizing the importance of working with African literature within the school environment. In addition to the differentiated cultural practice highlighted, the Africans also incorporated some European and indigenous practices, in addition to influencing them culturally. The cultural exchange between the aforementioned elements contributed to a very peculiar and hybrid Afro-Brazilian cultural formation. The bibliographic research provided the theoretical foundation for the study. Giving preference to articles, books and academic works that addressed topics of interest to the subject addressed. After collecting the theoretical framework and cataloging the most important parts that correspond to the objectives of the study, a discussion of the results was made to draw the necessary conclusions and necessary adaptations to the context of the present study, with a content analysis being carried out.

KEYWORDS: African Literature; Culture; Linguistics.

1 | INTRODUÇÃO

O Brasil é um país que se destaca pela sua pluralidade, refletida nos milhões de pessoas que vivem entre si, em sociedade. Os povos, as nações, os países e as características inerentes de cada um, são aspectos componentes do

universo que atualmente se é representado. Por isso, as contribuições trazidas com o passar dos tempos, inserem nas sociedades humanas, uma série de processos evolutivos, que são capazes de proporcionar inúmeras culturas.

Assim estão os africanos quando se destacam suas influências ocorridas diretamente na cultura brasileira. A teoria traz a afirmação de que este processo iniciou no século XVI, quando os mesmos foram transportados como escravos para o Brasil, devido ao tráfico negreiro. Uma época que relembra grandes horrores, uma vez que, os negros advindos da África, passaram por muitos sofrimentos.

Além da prática cultural diferenciada ressaltada, os africanos, ainda, incorporaram algumas práticas europeias e indígenas, além de, influenciá-los culturalmente. O intercâmbio cultural entre os elementos citados contribuiu para uma formação cultural afro - brasileira híbrida e bastante peculiar.

A pesquisa bibliográfica forneceu a fundamentação teórica ao estudo. Dando preferência aos artigos, livros e trabalhos acadêmicos que abordassem temas de interesse ao assunto abordado.

Após a coleta do referencial teórico e feito a catalogação das partes mais importantes que correspondam aos objetivos do estudo, foi feita uma discussão dos resultados para tirar as devidas conclusões e adaptações necessárias ao contexto do presente estudo, sendo feito uma análise de conteúdo.

A análise de conteúdo é uma forma de analisar a pesquisa descrevendo e interpretando o conteúdo de todo documento e texto apresentados. Esse do material em estudo, conduz a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajudando a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados mais importantes.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 A chegada dos africanos no Brasil

De acordo com Mattoso (2013, p. 24) a África “tinha verdadeiros impérios organizados, com tribos e autoridades inquestionáveis, também lá se encontravam confederações tribais e cidades-pousadas com seus ricos mercados no caminho do ouro, das especiarias e do marfim”, o que fora praticamente dissolvido, graças ao tráfico de negros até o Brasil.

Segundo Antonil (1982, p. 89), os africanos vieram para cá, “no período colonial onde eram apontados como ‘os pés e as mãos’ dos senhores de engenho, já que sem este povo, não seria de fato, possível conservar e aumentar a produção da fazenda e muito menos ter engenho corrente”. Porém a grande contribuição dos africanos vai muito além do setor econômico, já que desde o início, os mesmos demonstraram ter uma cultura extremamente diversificada, o que se comprovou ao longo dos anos.

2.2 O significado de cultura

A palavra “cultura” entrou na língua inglesa a partir do latim *colere* que significava habitar, daí hoje, “colono” e “colônia”; *adorar* – hoje com sentido preservado em “culto”; e também cultivar – na acepção de cuidar, aplicado tanto na agricultura, como nos animais. “Cultura” e “civilização” são palavras a um só tempo descritivas e normativas: denotam o que é, mas, também o que deveria ser.

A ideia de cultura comum é apresentada como uma crítica e uma alternativa à cultura dividida e fragmentada em que vivemos. Trata-se de uma concepção baseada não só no princípio burguês de relações sociais radicadas na supremacia do indivíduo, mas no princípio alternativo da solidariedade que se identifica com a classe trabalhadora. Esse é o ponto de superação entre a cultura e a sociedade.

Segundo Santiago (2016), definir cultura é pronunciar-se sobre o significado do modo de vida. E apesar das flutuações ao longo da história, a definição de cultura em seus diferentes momentos, denotava uma categoria inclusiva, em que as particularidades se dissolviam em um termo maior que abarcava valores e significados mais gerais.

Gomes (2016, p.79) afirma que a cultura negra faz parte do modo de vida do brasileiro seja qual for o seu pertencimento étnico e “pode ser vista como uma particularidade cultural construída historicamente por um grupo étnico/racial específico, não de maneira isolada, mas no contato com outros grupos e povos”.

Como afirmam as próprias Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História da Cultura Afro-brasileira e Africana, o reconhecimento exige justiça e igualdade de direitos sociais, civis, econômicos e culturais, assim como “a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas que valorizem a diversidade, visando superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino” (BRASIL, 2004).

A história da cultura afro-brasileira e africana, assim como a problematização dos conceitos aqui referidos, também não tem recebido atenção e divulgação. Como todos os conceitos, eles precisam ser entendidos como categorias politicamente construídas ao longo da história por sujeitos e movimentos sociais que os trouxeram à tona (ou os recriaram) e os elegeram como fundamentais (NASCIMENTO, 2016, p. 46).

Afra descendência é o reconhecimento da existência de uma etnia de descendência africana. Esta etnia tem como base comum dos membros do grupo as diversas etnias e nações de origens africanas e o desenvolvimento histórico destes nos limites condicionantes dos sistemas predominantes do escravismo criminoso e capitalismo racista. Esta etnia não é única, é diversa, não se preocupa com graus de mescla inter-étnicas no Brasil, mas sim com a história. O conceito de Afrodescendência surge devido às controvérsias criadas sobre a existência ou não de uma identidade negra no Brasil. Esta identidade existe, entretanto ela não é única, não em uma coesão monolítica. Mas vejamos as identidades

europeias ou brancas no Brasil são admitidas como existentes, no entanto não passam pelos mesmos processos de questionamento que as identidades negras (CAVALLEIRO, 2016).

2.3 A influência da cultura africana no Brasil

Embora os africanos tivessem sido obrigados a se converterem ao catolicismo, aprendendo também a língua portuguesa, estes deixaram sua marca na religião, na cultura, na culinária, em expressões faladas, músicas, literatura e tantos outros aspectos. Além disso, parece ser importante destacar que povo africano foi efetivamente influenciador, no desenvolvimento de um todo, ocorrido no Brasil.

Ao longo do período colonial e monárquico brasileiro foi grande o contingente de escravos africanos no Brasil, visto que, constituía a maior mão - de - obra do período. A contribuição desses escravos foi além da participação econômica, uma vez que, foram inserindo suas práticas, seus costumes e seus rituais religiosos na sociedade Brasileira contribuindo, dessa forma para uma formação cultural peculiar no Brasil.

Segundo Freyre (2016, p. 390) os escravos, “vindos da área de cultura negra mais adiantada foram um elemento ativo, criador e quase que se pode acrescentar nobre da colonização do Brasil; degradados apenas pela sua condição de escravo”. No entendimento do autor, esses são efetivamente os responsáveis pelo crescimento e pelo desenvolvimento do Brasil colonial.

Importante, ressaltar que as práticas desses escravos africanos eram diferenciadas, pois eles eram oriundos de pontos diferentes do continente africano. De acordo com Vainfas (2011 p.66), durante o período colonial, quase nada se sabia sobre a origem étnica dos africanos traficados para o Brasil. Porém, ao longo do período passou-se a designá-los a partir da região ou porto de embarque, ou seja, das áreas de procedência.

Já para Moura (1987, p. 14) ocorreram serviços domésticos e urbanos em todas as regiões brasileiras, no entanto, o desenvolvimento nacional está assim definido:

Nordeste: desenvolvimento do plantio da cana-de-açúcar, de fumo, de cacau e algodão;

Rio de Janeiro e São Paulo: o trabalho nas fazendas de cana-de-açúcar e de café;

Minas Gerais, com irradiação para Mato Grosso e Goiás: o trabalho escravo voltado para a mineração.

Apesar da origem diversa dos escravos africanos, dois grupos se destacaram no Brasil: os Bantos e os Sudaneses. Os bantos foram assim, classificados devido à relativa unidade linguística dos africanos oriundos de Angola, Congo e Moçambique.

Por outro lado, Marcio Carvalho Ferreira (2009) em seu artigo “A Influência Africana no Processo de Formação da Cultura Afro-Brasileira”, complementa que durante um extenso período colonial e monárquico brasileiro, ocorreu uma grande incidência no número de

escravos chegados ao Brasil.

Vainfas (2011, p. 67) destaca que:

Os povos bantos predominaram entre os escravos traficados para o Brasil desde o século XVII, concentrando-se na região sudeste, mas espalhados por toda a parte, inclusive na Bahia. (...) Os Bantos oriundos do Congo eram chamados de *congo*, muxicongo, loango, cabina, monjolo, ao passo que os de Angola eram de massangana, cassange, loanda, rebolo, cabundá, quissamã, embaca, benguela.

Assim, no quadro 1 a seguir, pode-se visualizar, dois dos principais grupos de escravos vindos do continente africano:

GRUPOS	CARACTERÍSTICAS
BANTOS	<ul style="list-style-type: none">- Classificados devido à relativa unidade linguística dos africanos oriundos de Angola, Congo e Moçambique.- Depois de um primeiro período de autonomia religiosa, os bantos, “assistiram à transformação de seus cultos. Por um lado, esses deram lugar à macumba; por outro, amoldaram-se às regras dos candomblés nagôs, não se distinguindo deles senão por uma maior tolerância”.- Os cultos bantos em gradativo declínio, “acolheram os espíritos dos índios, o que iria levar ao surgimento de um ‘candomblé de cablocos’, e adotaram cantos em língua portuguesa, ao passo que os candomblés nagôs só usam cantos em língua africana”.
SUDANESES	<ul style="list-style-type: none">- Provenientes da África ocidental, Sudão e da Costa da Guiné, contribuíram culturalmente para a formação de uma identidade afro-brasileira, visto que muito de suas práticas culturais imperam atualmente como, por exemplo, o candomblé e a prática religiosa.

Quadro 1 – Características dos Bantos e dos Sudaneses

Fonte: Dados Compilados pela Autora (2012)

Essa diversidade fez com os Bantos apresentassem uma especificidade cultural, notadamente na linguística, nos costumes e, principalmente, no campo religioso, que mesclou aspectos do cristianismo com suas tradições religiosas.

Na concepção da formação de um país, formado através dos conceitos de um Estado Democrático de Direito, o que se procura está no estabelecimento da liberdade como razão maior. No entanto, o que aparece quando da demonstração acontecida através da colonização brasileira, “mancha” os ideais ora requeridos, pois nestes, não se aceitam moldes quaisquer de privação da liberdade, menos ainda de escravidão.

De acordo com Kavinajé (2009, p. 3):

Os bantos, depois de um primeiro período de autonomia religiosa, que se conhece através de documentos históricos, assistiram à transformação de seus cultos. Por um lado, esses deram lugar à macumba; por outro, amoldaram-se às regras dos candomblés nagôs, não se distinguindo deles senão por uma maior tolerância. Os cultos bantos em gradativo declínio acolheram os espíritos dos índios, o que iria levar ao surgimento de um «candomblé de cablocos», e adotaram cantos em língua portuguesa, ao passo que os

candomblés nagôs só usam cantos em língua africana.

Assim, o que mais se deve constar neste momento, aparece nas influências que o povo africano tenha efetivamente trazido para o desenvolvimento social, econômico e cultural do Brasil. Mesmo por que, a história demonstra a grande capacidade contributiva que os africanos promoveram, não apenas por aqui, mas em boa parte do território mundial, através de sua rica cultura.

Já os sudaneses provenientes da África ocidental, Sudão e da Costa da Guiné, contribuíram culturalmente para a formação de uma identidade afro-brasileira, visto que muito de suas práticas culturais imperam atualmente como, por exemplo, o candomblé, prática religiosa dos escravos sudaneses. No Brasil estes grupos: bantos e sudaneses misturaram-se resultando em cruzamentos biológicos, culturais e religiosos.

Segundo Freyre (2011, p. 343) no que se refere às influências africanas, pode-se destacar:

[...] Quantas 'mães-pretas', amas de leite, negras cozinheiras e quitandeiras influenciaram crianças e adultos brancos (negros e mestiços também), no campo e nas áreas urbanas, com suas histórias, com suas memórias, com suas práticas religiosas, seus hábitos e seus conhecimentos técnicos? Medos, verdades, cuidados, forma de organização social e sentimentos, senso do que é certo e do que é errado, valores culturais, escolhas gastronômicas, indumentárias e linguagem, tudo isso conformou-se no contato cotidiano desenvolvido entre brancos, negros, indígenas e mestiços na Colônia.

De acordo com Paiva (2011, p.36):

Misturavam-se informações, assim como etnias, tradições e práticas culturais. Novas cores eram forjadas pela sociedade colonial e por ela apropriadas para designar grupos diferentes de pessoas, para indicar hierarquização das relações sociais, para impor a diferença dentro de um mundo cada vez mais mestiço. Da cor da pele à dos panos que a escondia ou a valorizava até a pluralidade multicolor das ruas coloniais, reflexo de conhecimentos migrantes, aplicados à matéria vegetal, mineral, animal e cultural.

Ainda de acordo com Freyre (2011, p. 346-348), a herança cultural africana é visível no jeito de andar e no falar do brasileiro, de maneira que, o autor identifica algumas destas influências e estas estão:

Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra.

Na escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida.

Na negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado.

Na mulata que nos tirou o primeiro bicho- de- pé de uma coceira tão boa. De que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento,

a primeira sensação completa de homem.

Nota-se que o cruzamento cultural entre estes povos africanos propiciou a construção de uma identidade cultural brasileira, ou cultura afro-brasileira. Uma vez que, eles não temeram em “inventar códigos de comportamentos e de recriarem práticas de sociabilidade e culturais” (PAIVA, 2011, p.23). Assim, este cruzamento foi resultado de um longo processo que propiciou uma riqueza cultural peculiar ao Brasil.

Observa-se ainda Freyre que, a influência africana foi além da cozinha e da mesa, chegando até a cama. Pois era comum a iniciação sexual do “senhorzinho” branco ocorrer com uma escrava. Comum também era a prática de feitiços sexuais e afrodisíacos pelos escravos, pois foi na “perícia e no preparo de feitiços sexuais e afrodisíacos que deu tanto prestígio a escravos macumbeiros juntos a senhores brancos já velhos e gastos” (FREYRE, 2011, p. 343).

De acordo com Paiva (2011, p.27), pode-se caracterizar este cruzamento cultural como resultante de uma aproximação entre universos geograficamente afastados, em hibridismos e em impermeabilidades, em (re)apropriações, em adaptações e em sobreposição de representações e de práticas culturais.

Por outro lado, Paiva (2011, p. 185) destaca que, além de toda essa caracterização, outro acontecimento foi importante para o desenvolvimento da cultura africana e esse encontra-se no “intercâmbio cultural entre os negros africanos, indígenas e portugueses”. Segundo o autor, “as trocas culturais e os contatos entre povos de origem muito diversa é algo que, então, fazia parte do dia-a-dia colonial, desde a chegada dos portugueses. Isto, porque, era ampla a vivência cultural da população negra no Brasil colonial”.

Assim, a influência africana foi se tornando visível em vários seguimentos da sociedade colonial, tais como culinária, práticas religiosas, danças, dentre outros valores culturais que foram incorporados pela população brasileira.

Neste sentido, criou-se a denominação conhecida através deste intercâmbio cultural, da existência da cultura afro-brasileira. Isso por que, depois de se visualizar todas as influências sofridas pela sociedade brasileira, seja ela preconizada pelas culturas africanas, ou indígena, ou ainda europeia, não se pode negar que, o crescimento do Brasil como país deveu-se a tantas importantes contribuições.

Sobre a influência africana Freire (2011, p. 343) destaca que:

Quantas “mães-pretas”, amas de leite, negras cozinheiras e quitandeiras influenciaram crianças e adultos brancos (negros e mestiços também), no campo e nas áreas urbanas, com suas histórias, com suas memórias, com suas práticas religiosas, seus hábitos e seus conhecimentos técnicos? Medos, verdades, cuidados, forma de organização social e sentimentos, senso do que é certo e do que é errado, valores culturais, escolhas gastronômicas, indumentárias e linguagem, tudo isso conformou-se no contato cotidiano desenvolvido entre brancos, negros, indígenas e mestiços na Colônia.

Conforme Paiva (2011, p.39-41) a formação cultural:

[...] Não se deu de forma linear, uniforme e harmônica. Muitos foram os conflitos, as adaptações e os arranjos ao longo do período. É evidente que não estou sugerindo uma formação linear desse universo cultural, nem estou emprestando-lhe uma harmonia, que, de fato, pouco existiu. Tanto seu processo de formação quanto a convivência no interior dele se deram (e se dão) de maneira conflituosa na maioria das vezes, embora haja, também, adaptações constantes, arranjos e acordos que visam a sua preservação. [...] A conformação e a preservação do universo cultural dão-se, então, através das aproximações e afastamentos, das interseções, da intervenção de espaços individuais e coletivos, privados e comuns, que envolvem dimensões do viver tão diversas quanto à do material, da utensilagem e das técnicas; dos costumes e tradições, das práticas e das representações culturais; da mitologia e da religião; do físico e concreto, do psicológico e imaginário; da linguagem e das escritas; da dominação, da resistência e do trânsito entre elas: da temporalidade e da espacialidade; das continuidades e das descontinuidades; da memória e da história. Tudo implicado com os campos da política e do econômico, provocando mutuamente contínuas reordenações e construções sociais.

Ainda de acordo com Freyre (2011, p. 346), a nossa herança cultural africana é visível no jeito de andar e no falar do brasileiro, pois:

Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolegando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho- de- pé de uma coceira tão boa. De que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama- de- vento, a primeira sensação completa de homem. Do muleque que foi o nosso primeiro companheiro de brinquedo. (FREYRE (2011, p. 348)

Ou seja, o autor revê os conceitos prontos e aponta que, a formação cultural, ocorreu de modo compacto. Uma vez que, são apontados os aspectos inerentes a religião, a linguagem, a escrita, a política e a economia, dentre outros, que foram representativos de uma trajetória de crescimento e desenvolvimento.

Observa-se que de acordo com a citação acima a influência africana foi além cozinha e da mesa, chegando até a cama, pois era comum a iniciação sexual do “senhorzinho” branco ocorrer com uma escrava. Comum também era a prática de feitiços sexuais e afrodisíacos pelos escravos, pois foi na “perícia e no preparo de feitiços sexuais e afrodisíacos que deu tanto prestígio a escravos macumbeiros juntos a senhores brancos já velhos e gastos.” Freyre (2011, p. 343),

Como informa Bastide, a África enviou ao Brasil:

Negros criadores e agricultores, homens da floresta e da savana, portadores de civilizações de casas redondas e outras de casas retangulares, de civilizações totêmicas, matrilineares e outras patrilineares, pretos conhecendo vastos reinados, outros não tendo mais que uma organização tribal, negros islamizados e outros “animistas”, africanos possuidores de sistemas religiosos

politeístas e outros, sobretudo, adoradores de ancestrais de linhagens (1985, pp. 67-69).

A influência do escravo negro na vida sexual da família brasileira é destacada por, Freyre (2011, p. 381), assim:

(...) O grosso das crenças e práticas da magia sexual que se desenvolveram no Brasil foram coloridas pelo intenso misticismo do negro; algumas trazidas por ele da África, outras africanas apenas na técnica, servindo-se de bichos e ervas indígenas. Nenhuma mais característica que a feitiçaria do sapo para apressar a realização de casamentos demorados. O sapo tornou-se também, na magia sexual afro-brasileira, o protetor da mulher infiel que, para enganar o marido, basta tomar uma agulha enfiada em retrós verde, fazer com ela uma cruz no rosto do indivíduo adormecido e coser depois os olhos do sapo.

Também as canções de berço portuguesas, modificou-se a boca da ama negra, alterando nelas palavras; adaptando-as às condições regionais; ligando-as às crenças dos índios e às suas. Assim a velha canção “escuta, escuta menino” aqui amoleceu-se em “durma, durma, meu filhinho”, passando Belém de “fonte” portuguesa, a “riacho” brasileiro de acordo com Freyre (2011, p. 380).

Observa-se que as amas apropriaram-se das canções de origem portuguesa e as recriaram, dando um toque especial, o toque africano. Isso é perceptível na «infantilização» das palavras das canções.

Segundo Freyre (2011, p. 382), “a linguagem infantil também aqui se amoleceu ao contato da criança com a ama negra. Algumas palavras, ainda hoje duras ou acres quando pronunciadas pelos portugueses, se amaciaram no Brasil por influência da boca africana. Da boca africana aliada ao clima - outro corruptor das línguas européias, na fervura por que passaram na América tropical e subtropical.

Deste modo, foi se delineando a língua falada no Brasil, a língua portuguesa que foi amplamente influenciada pelo modo de falar dos escravos africanos.

A ama negra fez muitas vezes com as palavras o mesmo que com a comida: machucou-as, tirou-lhes as espinhas, os ossos, as durezas, só deixando para a boca do menino branco as sílabas moles. Daí esse português de menino que no norte do Brasil, principalmente, é uma das falas mais doces deste mundo. Sem rr nem ss; as sílabas finas moles; palavras que só faltam desmanchar-se na boca da gente. A linguagem infantil brasileira, e mesmo a portuguesa, tem um sabor quase africano: *cacá, bumbum, tentén, nenén, tatá, papá, papapo, lili, mimi* (...) Amolecimento que se deu em grande parte pela ação da ama negra junto à criança; do escravo preto junto ao filho do senhor branco. Os nomes próprios foram dos que mais se amaciaram, perdendo a solenidade, dissolvendo-se deliciosamente na boca dos escravos.

Nota-se que o intercâmbio cultural entre os negros africanos, indígenas e portugueses foram intensos, notadamente na língua, costumes, modos, comidas, forma de pensar e práticas religiosas. De acordo com Paiva (2011, p. 185) As trocas culturais e os

contatos entre povos de origem muito diversa é algo que, então, fazia parte do dia - a - dia colonial, desde a chegada dos portugueses. Isto, porque, era ampla a vivência cultural da população negra no Brasil colonial, refletindo amplamente na sociedade do período.

Deste intercâmbio cultural formou-se a cultura afro-brasileira, sendo visível à influência africana em todos os aspectos da sociedade brasileira, não sendo possível desvincular a cultura brasileira da africana, da indígena ou da europeia.

Para Paiva (2011, p.39) a formação cultural não se deu de forma linear, uniforme e harmônica. Muitos foram os conflitos, as adaptações e os arranjos ao longo do período.

É evidente que não estou sugerindo uma formação linear desse universo cultural, nem estou emprestando-lhe uma harmonia, que, de fato, pouco existiu. Tanto seu processo de formação quanto a convivência no interior dele se deram (e se dão) de maneira conflituosa na maioria das vezes, embora haja, também, adaptações constantes, arranjos e acordos que visam a sua preservação segundo Paiva (2011, p. 41).

A preservação dessas práticas culturais ocorreu através de aproximações e afastamentos conforme ideia defendida por Paiva (2011, p.40):

A conformação e a preservação do universo cultural dão-se, então, através das aproximações e afastamentos, das interseções, da intervenção de espaços individuais e coletivos, privados e comuns, que envolvem dimensões do viver tão diversas quanto à do material, da utensilagem e das técnicas; dos costumes e tradições, das práticas e das representações culturais; da mitologia e da religião; do físico e concreto, do psicológico e imaginário; da linguagem e das escritas; da dominação, da resistência e do trânsito entre elas: da temporalidade e da espacialidade; das continuidades e das descontinuidades; da memória e da história. Tudo implicado com os campos da política e do econômico, provocando mutuamente contínuas reordenações e construções sociais.

Desse modo, observa-se a formação e a preservação de uma identidade cultural, bastante plural devido às influências: europeia, africana e indígena, favorecendo uma riqueza cultural bastante peculiar. Estas peculiaridades multiculturais manifestaram-se, principalmente, na língua, culinária, música, dança, religião, dentre outros.

2.4 Literatura africana no Brasil

Miranda (2011) fala sobre a influência que a literatura tem sobre a formação identitária considerando a história literária da nação e como as séries literárias, ao coincidirem com as séries sociais, completam o processo de construção dessa identidade:

Uma história literária progressista seria, pois, aquela que, forjada pelo espectro do nacional e baseada na metáfora do crescimento orgânico, tenta fazer coincidir a série literária e a série social, tendo em vista um conceito de representação que trabalha com a "imediatez" dos traços do lugar para compor e definir os valores constitutivos da sua identidade. (MIRANDA, 2011, p.16)

Em princípio, literaturas africanas deveriam ser compreendidas simplesmente como

literatura. Como qualquer literatura, ela é um produto da vida social e, como tal, surge em contextos específicos (sempre vinculados aos processos de modernização e urbanização), transforma-se, diversifica-se, assume novas formas, cria estilos, etc. Em África, como decorrência do processo de colonização, a literatura parece ter assumido uma posição especial: ela teria ocupado o lugar da antropologia, produzindo etnografias sobre o que seria o continente e os seus habitantes (SOARES, 2011).

O ensino das Literaturas Africanas nas escolas dá a oportunidade à sociedade estudantil brasileira, a terem um conhecimento não só da luta de resistência do povo negro, mas também de escritos realizados de várias situações envolvendo um escritor africano e personagens africanos.

Nesse sentido, Literatura Africana, que por muito tempo foi marginalizada, talvez pelos resquícios de posturas colonizadoras eurocêntricas que a consideram literatura menor, hoje representa um importante papel para o universo literário assim como para educação, não somente pela obrigatoriedade imposta pela Lei 10.639/03, mas pela necessidade de se (re)estabelecer uma conexão entre o Brasil e a África, essencial para um entendimento e construção identitária do povo brasileiro que deve estar centrada na valorização do negro e no combate ao preconceito, referindo-se à luta dos negros do Brasil, à cultura negra brasileira e ao negro na formação da sociedade brasileira, assim como consta na lei supracitada que trata do ensino da História da África e dos africanos. Por esse prisma, tais conteúdos foram dispostos pelo Ministério da Educação com o intuito de criar “um conjunto de medidas e ações com o objetivo de corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro” (Diretrizes Curriculares Nacionais, 2005, p. 5 *apud* PEREIRA, 2010, p. 21).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a conclusão do presente trabalho de conclusão de curso pode-se afirmar sem dúvida nenhuma que este povo trouxe inúmeras influências para o Brasil tais como na culinária, na dança, nas artes dentre outros. Uma rica cultura que é passada de gerações para gerações é que com certeza somente vêm agregar valores e crenças para o nosso país.

A escravidão e o sistema colonial contribuíram para que muitas atrocidades fossem cometidas, mas não foram suficientes para exterminar a cultura de uma nação. E parece não ter sido capaz de abalar a dignidade de um povo merecedor da honra que carrega em seus traços.

REFERÊNCIAS

ANTONIL, André João. Cultura e Opulência do Brasil. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982. (Reconquista do Brasil; nova ser., 70). 239 p.

FERREIRA, Marcio Carvalho. A Influência Africana no Processo de Formação da Cultura Afro-Brasileira. Disponível em: www.google.com.br. Acessado em: 10 jun 2019.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. 43 eds. Rio de Janeiro: Record, 2011.

KAVINAFÉ, Tata Kisaba: O sacrifício do povo africano cultura Afro - Americana. Acesso em 28 jan. 2009.

MATTOSO, Kátia Maria Queiros. Ser Escravo no Brasil. Tradução: James Amado. São Paulo: Brasiliense, 2013. 267 p.

MIRANDA. Wander Melo. Nações literárias. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

MOURA, Clóvis. Quilombos – Resistência ao Escravismo. São Paulo: Ática, 1987.

PAIVA, Eduardo França. Escravidão e Universo Cultural na Colônia. Minas Gerais: UFMG, 2011. 285 p.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescendentes e educação. São Paulo: Paulinas, 2010. – (Coleção educação em foco. Série educação, história e cultura)

SOARES, Eliane Veras. Literatura e estruturas de sentimento: fluxos entre Brasil e África. Soc. estado. Brasília, v. 26, n. 2, p. 95-112, Ago. 2011 .

VAINFAS, Ronaldo. Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

CAPÍTULO 8

O ENCONTRO ENTRE ESPECTADOR E REALIZADOR NOS FESTIVAIS DE CINEMA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Data de aceite: 01/03/2022

Talita Caselato

Realizadora de cinema e investigadora do doutoramento em Artes: Artes Performativas e da Imagem em Movimento da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes, Centro de Investigação e de Estudos em Belas-Artes (CIEBA), Largo da Academia Nacional de Belas-Artes Lisboa, Portugal

RESUMO: Este artigo, apresentado no X Seminário Ibero-Americano sobre o Processo de Criação nas Artes em 2020, procura contribuir para o pensamento sobre a atualidade dos festivais de cinema em contexto de pandemia, por meio da experiência de exibição do curta-metragem "Veronica". De que modo o artista e realizador recebe o retorno do espectador sobre a obra em tempos de distanciamento social? Para imaginarmos este assunto, fazem-nos companhia textos de Patrícia Mourão (Inércia produtivista), Yara Frateschi (Agamben sendo Agamben) e Pierre Lévy (As tecnologias da inteligência).

PALAVRAS-CHAVE: "Cinema", "festivais", "pandemia", "internet".

THE ENCOUNTER BETWEEN SPECTATOR AND DIRECTOR AT FILM FESTIVALS DURING THE COVID-19 PANDEMIC

ABSTRACT: This article, presented at the X Ibero-American Seminar on the Creation Process in the Arts in 2020, seeks to contribute to the thinking about the current situation of film festivals in the context of a pandemic, through the experience of screening the short film "Veronica". How does the artist and director receive the spectator's return on the work in times of social distancing? To imagine this subject, we are accompanied by texts by Patrícia Mourão (Inércia produtivista), Yara Frateschi (Agamben sendo Agamben) and Pierre Lévy (As Tecnologias da inteligência).

KEYWORDS: "Cinema", "festivals", "pandemic", "internet"

Este artigo procura contribuir para o pensamento sobre a atualidade dos festivais de cinema em contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil, por meio, também, da experiência de exibição do filme curta-metragem documentário "Veronica" durante o 31º Festival Internacional de Curtas Metragens de São Paulo em 2020, quando recebeu o prêmio SESC TV Aquisição.

Para tanto, é preciso contextualizar o território brasileiro, uma vez que o filme e o festival acontecem a partir da cidade de São Paulo.

O Brasil configura-se hoje (2020) como um espaço geopolítico que já vinha a sofrer

traumas frequentes desde a posse do então presidente em 2018. Ataques ao audiovisual, ao cinema e à cultura culminaram, antes da pandemia, na quase paralisação da Agência Nacional de Cinema¹ e do Fundo Setorial do Audiovisual². Podemos citar também alguns exemplos do descaso com instituições ligadas à memória do país, como o incêndio do Museu Nacional no Rio de Janeiro³ e a paralisação do trabalho de preservação da Cinemateca Brasileira em São Paulo⁴ devido aos cortes de energia mesmo diante do trabalho já não remunerado de seus funcionários.

Somados a um cenário de catástrofe para a cultura e o cinema, a pandemia de Covid-19 encontrou um terreno de insegurança em relação à saúde. Trocas constantes de ministros e um presidente que contradiz a ciência a todo tempo somaram-se à imagem de 140⁵ mil mortos em setembro de 2020. De modo bastante responsável os festivais de cinema adotaram a forma *online*. Até a escrita deste artigo em outubro de 2020, todos os festivais brasileiros aconteceram de forma *online* e nenhum foi cancelado. São eles: 31º Festival Internacional de Curtas Metragens de São Paulo, 9º Mostra Ecofalante, 14º CineBH Mostra de Cinema de Belo Horizonte, 48º Festival de Cinema de Gramado, 15º Mostra de Cinema de Ouro Preto, 30º Cine Ceará, 9º Olhar de Cinema, 25º É Tudo Verdade. Prepare-se para acontecer em formato presencial e *online* ou somente *online* a 24º Mostra de Tiradentes a ser realizada em janeiro de 2021.

Se antes víamos um ou outro festival porque para isso precisávamos de recursos para nos deslocar, agora temos acesso a todos os festivais brasileiros desde a nossa casa. A possibilidade de visibilidade dos festivais encontra contradição na imensa quantidade de produções *online* imperdíveis no mesmo período de tempo.

Enquanto via a intelectualidade mundial lançando-se em um exercício inquieto e salutar de pensamento provisório, frequentemente errando (vide Giorgio Agamben) e topando com os próprios limites, via, de outro lado, os agentes da arte mergulhando numa espécie de síndrome maníaca compulsiva de produção de visibilidade. (MOURÃO, 2020)

A agenda de *lives* passou a se tornar comum entre os cidadãos-espectadores brasileiros. Estratégias como receber avisos por email ou por telefone inteligente passaram a ser habituais. Toda uma agenda de encontros "ao vivo", palestras e aulas *online* tomaram

1 ESCOREL, Eduardo. Colunistas. **Onde há fumaça... - ... há o Pantanal em chamas, um vírus disseminado e o abandono da cultura – as marcas do governo do capitão.** Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/onde-ha-fumaca/> Acesso em setembro de 2020

2 MEDEIROS, JOTABÊ. **Ancine: TCU investiga paralisação proposital do Fundo do Audiovisual.** Disponível em: <https://farofafa.cartacapital.com.br/2020/05/19/ancine-tcu-investiga-paralisacao-proposital-do-fundo-do-audiovisual/> Acesso em maio de 2020

3 BORGES, Lilianna. Ípsilon. **Incêndio destrói Museu Nacional no Rio de Janeiro. Edifício histórico com 200 anos albergava coleções únicas, que terão desaparecido no fogo.** Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/09/03/culturaipsilon/noticia/incendio-destroi-museu-nacional-no-rio-de-janeiro-1842830> Acesso em setembro de 2018.

4 SOUSA, Ana Paula. Questões culturais. **O signo do caos. Como a Cinemateca Brasileira virou um cavalo de batalha do governo Bolsonaro.** Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-signo-do-caos/>

5 GALVANI, Giovanna. Saúde. **Covid-19: Após ultrapassar um milhão de mortes, mundo se preocupa com segunda onda.** Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/saude/covid-19-apos-ultrapassar-um-milhao-de-mortes-mundo-se-preocupa-com-segunda-onda/> Acesso em setembro de 2020

de assalto o tempo livre que Domenico de Masi em seu contexto europeu ocidental afirmou haver com o fato de estarmos em *home office*⁶.

Sobre este assunto Patrícia Mourão continua:

Na imprensa, jornalistas dos cadernos de cultura fabricam pautas que impõem ainda mais pressão à corrida: Os artistas irão produzir suas grandes obras agora? A quarentena pode servir de inspiração? Fala-se a torto e a direito da produção de Shakespeare durante a peste, sem jamais ponderar se seria legítimo perguntar a um engenheiro ou a uma arquiteta se eles pretendem realizar sua obra-prima entre o telefonema com a avó do grupo de risco, a resposta às 126 mensagens recebidas nos 18 grupos de WhatsApp e a matemática com o rendimento familiar, reduzido desde o início da quarentena. (MOURÃO, 2020)

Deste modo, o que encontramos no Brasil não é um Estado de bem-estar social (ainda que enamorado de um neoliberalismo), mas Estado nenhum. São mães solteiras a levar seus filhos ao trabalho⁷, estudantes sem internet⁸, *home office* acumulado com trabalho doméstico e cuidado com os filhos⁹, desemprego crescente¹⁰, hospitais com falta de álcool gel e máscara¹¹, corrupção com os financiamentos públicos da saúde geridos por fundações e instituições privadas.¹²

Em seu artigo “Inércia Produtivista”, Patrícia Mourão conclui, inspirada pela *live* da antropóloga estadunidense Elizabeth Povinelli, que não há pensamento sem prática e que deveríamos enfim pôr a baixo a lógica produtivista neoliberal à qual frequentemente criticamos, a começar por nossa própria ansiedade em manter-nos a todo tempo visíveis e deste modo retroalimentar a produtividade na rede mundial de computadores.

É neste mesmo sentido que a professora Yara Frateschi, livre-docente do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Campinas no Brasil, critica o filósofo Giorgio Agamben para quem “a pandemia teria sido inventada para restringir liberdades e manter o estado de exceção como paradigma normal de governo” (FRATESCHI, 2020) em sua ansiedade para aplicar o seu pensamento sobre o biopoder ao estado de exceção na

6 DE MASI, Domenico. Escola Judicial. **Para pensar – O que significa a pandemia para a humanidade? (Domenico De Masi)** Disponível em: <http://www.trt18.jus.br/portal/para-pensar-o-que-significa-a-pandemia-para-a-humanidade-domenico-de-masi/> Acesso em abril de 2020

7 COSTA, Camilla. **Caso Miguel: morte de menino no Recife mostra 'como supremacia branca funciona no Brasil', diz historiadora.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52932110> Acesso em junho de 2020

8 ROCHA, Camilo. Expresso. **Salas distantes, retorno incerto: 3 professores falam sobre 2020.** <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/10/14/Salas-distantes-retorno-incerto-3-professores-falam-sobre-2020> Acesso em outubro de 2020

9 MENA, Fernanda. Mercado. **Pesquisa aponta que afazeres domésticos dificultam home office para 64,5% das mulheres. Disponível em:** <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/pesquisa-aponta-que-afazeres-domestico-dificultam-home-office-para-645-das-mulheres.shtml> Acesso em agosto de 2020

10 RIVEIRA, Carolina. Economia. **Desemprego no Brasil atinge 14 milhões, o maior desde começo da pandemia.** Disponível em: <https://exame.com/economia/desemprego-no-brasil-atinge-14-milhoes-o-maior-desde-comeco-da-pandemia/> Acesso em outubro de 2020

11 FREIRE, Vinicius Torres Freire. **Coronavírus. Na guerra da epidemia, hospitais não têm álcool, máscaras e roupa.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/viniustorres/2020/03/na-guerra-da-epidemia-hospitais-nao-tem-alcool-mascaras-e-roupa.shtml> Acesso em março de 2020

12 FERNANDES, Luisa; ORTEGA, Francisco. **A Atenção Primária no Rio de Janeiro em tempos de Covid-19.** Disponível em: <https://www.scielo.org/article/physis/2020.v30n3/e300309/> Acesso em setembro de 2020

modernidade.

A partir do livro “Reflexões sobre a peste: ensaios em tempos de pandemia” de Agamben, Frateschi descreve:

O argumento é o seguinte: na medida em que o terrorismo tende a se esgotar como pretexto para a adoção de medidas de exceção, trata-se, agora, de encontrar um substituto e, para isso, a pandemia cai como uma luva. A estratégia governamental guarda semelhanças com aquela da guerra ao terrorismo: o governo inventa uma epidemia para instaurar o “estado de pânico coletivo” e os indivíduos, clamando por segurança, tendem a aceitar as restrições que o governo impõe à sua liberdade. Agamben detecta aí um “perverso círculo vicioso” no qual, induzidos pelo governo, os indivíduos trocam de bom grado a liberdade pela segurança e, assim, fomentam o estado de exceção que os controla pelo medo. (FRATESCHI, 2020)

No capítulo 3 “Esclarecimentos” Agamben traz a pergunta: “O que é uma sociedade que não tem outro valor que não seja a sobrevivência?”. Para ele toda política será biopolítica e portanto o estado através do controle sobre a vida assume uma das suas formas de poder. Reduzir a vida à sobrevivência seria assim a perda da dimensão humana. E no contexto da pandemia de Covid-19 o estado estaria impondo o medo para controlar a vida e, em sua perspectiva, as pessoas trocaram a liberdade pela “vida nua”, a vida sem as suas qualidades afetivas, a vida limitada às necessidades fisiológicas. Coerente com o presidente do Brasil, ele ignora a ciência, os números e as pessoas próximas falecidas. Coerente com seu próprio texto e sua filosofia, Frateschi o pede para “voltar à cidade”.

Agamben em suas obras “O que é o contemporâneo e outros ensaios.” e “O que é um dispositivo” já vinha a criticar os dispositivos tecnológicos como o telefone inteligente e o mapeamento da população através da geolocalização e da coleta de dados na rede mundial de computadores. Em todo sua teoria se faz extremamente coerente não fosse a complexidade da situação atual, em que o isolamento social bem planejado se fez importante para que o sistema de saúde pudesse entender como tratar a Covid-19 e planejar-se para ampliar sua capacidade de doentes internados. De certo que alguns governantes apropriam-se do momento desta situação excepcional para dali travar políticas repressivas que dificilmente serão atualizadas ao fim da pandemia.

Já bastante criticado, o que o artigo de Frateschi traz de importante sobre o posicionamento de Agamben é a omissão do papel do Estado sobre a pandemia, pois foram nos países em que existe sistema de saúde público e condições econômicas de apoio perante o distanciamento social através de políticas públicas, que as medidas sanitárias no combate à Covid-19 foram mais bem sucedidas. Frateschi também critica a generalização do Estado e a generalização de toda população que seria então uma massa dessubjetivada, e afirma que Agamben ignora as lutas sociais e os resultados destas. Em “Giorgio Agamben e a emancipação da mulher” Frateschi pergunta-se onde estariam as diferenças de gênero na filosofia de Agamben diante da perspectiva de uma “sociedade como uma singularidade coletiva obediente” (FRATESCHI, 2016).

Mas se os sujeitos são “dessubjetivados”, somem todas as suas especificidades, são todos - brancos e negros, heterossexuais, homossexuais, lésbicas, transexuais, homens e mulheres de todas as classes - igualmente controlados pelos mesmos dispositivos. Desaparecem as especificidades culturais bem como as experiências concretas de desrespeito sofridas por indivíduos e grupos distintos. (FRATESCHI, 2016, p.231)

E ainda, diante do contexto de uma pandemia Frateschi deixa claro as diferenças de gênero sobre quem pode desdenhar de sua vida nua, ao grifar a frase “Saber morrer nos liberta de toda sujeição e de toda constrição” (MONTAIGNE apud AGAMBEN, 2020) Frateschi pede a Agamben que pense em uma mãe solo da Cidade de Deus que acaba de ser contagiada. (FRATESCHI, 2020). Lembra então a inserção das mulheres na vida pública, no voto, na vida profissional e consequentemente a entrada da mulher na ordem estatal:

Essa mesma lógica prejudica a percepção que são justamente essas conquistas que permitem ou podem vir a permitir que as mulheres se coloquem contra o “poder soberano” e defendam concepções de vida distintas daquelas sustentadas pela cultura androcêntrica, pela mídia, pela tradição e tenham liberdade para criticar determinadas concepções de bem contra os poderes instituídos, inclusive contra o Estado e a mídia. (FRATESCHI, 2020, p. 222)



Figura 1. Still do filme “Veronica”. Fotografia Talita Caselato. São Paulo, Brasil. 2020.

Pode parecer até aqui, que nada deste contexto tenha relação com os filmes e festivais de cinema. Mas é completamente o contrário. A personagem documental Veronica hoje é ex-faxineira, ex-profissional de limpeza. Em 2018 quando iniciamos o filme, ela

fazia faxina, limpeza, e já dava sinais de seu sucesso profissional enquanto faxineira e comunicadora na luta pelos direitos das mulheres negras, mães e profissionais de limpeza, na contramão do processo escravocrata empreendido no Brasil. A pandemia de Covid-19, conforme sinalizou Grada Kilomba¹³ apenas evidenciou as marcas trágicas dos processos coloniais.

O filme “Veronica” registra um pouco da história da personagem homônima. Veronica nasceu na Vila Buarque, em São Paulo e com a alta dos aluguéis/rendas e diminuição do salário de sua família, passa de casa em casa até residir, onde reside até hoje (2020), na periferia de São Paulo, na Vila Norma, depois de Itaquera, Zona Leste. Ela então retorna para trabalhar com limpeza doméstica na Vila Buarque, onde nasceu. Encontra profissionais de comunicação que colaboram com as comunicações de seu trabalho e realiza seu sonho de criança: ser comunicadora.

Consciente de que sua história de vida está na contramão da história comum das mulheres afrodescendentes que trabalham com limpeza no Brasil, Veronica tornou-se também ativista pelos direitos das trabalhadoras desse setor.



Figuras 2 e 3. À esquerda: Flyer do 31º Festival Internacional de Curtas-Metragens de São Paulo para a divulgação *online* do filme “Veronica”. À direita: Flyer oficial do filme “Veronica”. Desenho gráfico de André Santiago. São Paulo, Brasil. 2020

13 KILOMBA, Grada. **BoCA Online / Grada Kilomba: “Todo o sistema funciona para não saber. É preciso começar a saber.”** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fZp6FcsYfOU> Acesso em junho de 2020



Figura 4. Cartaz oficial do filme “Veronica”. Desenho gráfico de André Santiago. São Paulo, Brasil. 2020

Ao ser convidada para o 31o Festival Internacional de Curtas-Metragens de São Paulo que aconteceria de forma totalmente *online* pus-me em dúvida sobre o formato, sobre as possibilidades de encontro e sobre a qualidade da exibição e me questionei sobre o público que poderia, no Brasil, comprar um plano de internet de qualidade para a visualização por *streaming*. Embora o filme tenha sido finalizado em 2k, mixado em 5.1 canais e projetado para uma única tela, mas de cinema, o contexto que encontramos em 2020 no Brasil privilegiou o festival *online* com a exibição em 1920x1080 pixels e som em 2.0 canais. Em diálogo com a montadora do filme, Cristina Amaral, pensamos que aquela era a possibilidade de exibição naquele momento. A que privilegiava vidas em detrimento da qualidade de exibição. Onde também os filmes deveriam existir e resistir, pois se todos os cineastas resolvessem esperar a pandemia passar, naquele ano não haveriam filmes, não haveriam festivais e então faríamos nós o favor de desaparecer para contentamento do atual governo brasileiro que a pouco míngua nossa possibilidade de sobrevivência. Segundo Patrícia Moran, professora de Cinema da Universidade de São Paulo, em fala proferida em homenagem ao professor Arlindo Machado no 31º Festival Internacional de Curtas-Metragens de São Paulo, a forma *online* seria “a melhor forma, porque a única possível”.

Diante da necessidade de nos tornar visíveis versus a lógica produtivista que nos

torna hiper visibilizados, temos de pensar o meio e a técnica empregada pela rede mundial de computadores para refletir sobre a potência possível neste contexto.

Para Pierre Lévy, a técnica já possui em si escolhas, os programas tem limites escolhidos pelos programadores, o computador “cristaliza algumas escolhas entre os usos possíveis de seus componentes” (LÉVY, 1993):

O programa, por sua vez, será usado de uma forma particular, e assim por diante. Esta análise pode ser repetida para todas as escalas de observação, e ao longo de todas as linhas da grande rede sociotécnica, para cima, para baixo, seguindo inúmeras conexões laterais e rizomáticas, sem que jamais achemos um objeto em estado bruto, um fato inicial ou final que já não seja um uso, uma interpretação. O uso do “usuário final”, ou seja, do sujeito que consideramos em determinado instante, não faz nada além de continuar uma cadeia de usos que pré-restringe o dele, condiciona-o sem contudo determiná-lo completamente. (LÉVY, 1993, p.36)

Para pensarmos sobre a potência da forma *online*, precisamos pensar nos limites do uso. Além da exibição, que evidentemente apresenta menor qualidade do que a exibição no cinema, qual será a possibilidade de comunicação entre realizador/diretor e público? Quais formas *online* o festival provê para a existência desta comunicação? No 31º Festival Internacional de Curtas-Metragens de São Paulo havia uma *happy hour online* que apesar de todo empenho da equipe do festival somou-se a agenda já bastante ocupada de lives dos cidadãos-espectadores que estavam disponíveis naquele horário e dia. Em contrapartida, através deste formato *online* o festival foi exibido em todo Brasil e alcançou 151 mil 803 espectadores¹⁴, número jamais concretizado em seu formato presencial.

Dentre os espectadores estava o cineasta e montador Eduardo Scorel que contactou-me e elogiou o filme e a narrativa singular. Portanto, os aplicativos comumente utilizados de redes sociais foram, na minha experiência, mais úteis do que os dispositivos do festival. Pus-me a contactar e a conversar através dos aplicativos de redes sociais com os diretores dos filmes que apreciei: Kim Allamand, Camila Kater, Halima Ouardiri, Baloji, Roberto Berliner, Nay Mendl, Vita Pereira, Rosa Caldeira, Stheffany Fernanda, Nay Mendl, Vita Pereira, Rosa Caldeira, Stheffany Fernanda, Felipe André Silva, Sinai Sganzerla, Pedro Fiuza, Mari Moraga, Randa Maroufi, Anthony Nti, Engin Erden.

Assim, o meio em que a edição 2020 do festival se insere, a internet, corresponde “ao nomadismo das megalópoles e das redes internacionais” em oposição ao meio sedentário proposto pela sala de cinema. A interface da internet propicia conexões móveis. Ao assistir um filme pela internet, por exemplo, podemos parar, pesquisar, anotar: “o método de análise em redes de interfaces revela coletivos heterogêneos abertos a novas conexões”. (LÉVY, 1993) Altera portanto sua condição de existência.

A informática (...) faz parte do trabalho de reabsorção de um espaço-tempo social viscoso, de forte inércia, em proveito de uma reorganização

¹⁴ Número informado pela diretora do Festival Internacional de Curtas Metragens de São Paulo, Zita Carvalhosa, durante a premiação da 31º edição.

permanente e em tempo real dos agenciamentos sociotécnicos: flexibilidade, fluxo tencionado, estoque zero, prazo zero. (LÉVY, 1993, p.70)

Um filme na sala escura de cinema com som em 5.1 canais, na grande tela é substancialmente diverso de um filme visto por *streaming, online*, com companhias virtuais através de *chats*, tela e som a depender dos equipamentos do usuário: computador, projeção doméstica ou até telefone inteligente.

[...]todo conhecimento reside na articulação dos suportes, na arquitetura da rede, no agenciamento das interfaces. Traduzir antigos saberes em novas tecnologias intelectuais equivale a produzir novos saberes (escrever um texto, compor um hipertexto, conceber um sistema especialista). A ilusão consiste em crer que haveria “conhecimentos” ou “informações” estáveis que poderiam mudar de suporte, ser representadas de outra forma ou simplesmente viajar guardando ao mesmo tempo sua identidade. (LÉVY, 1993, p.112)

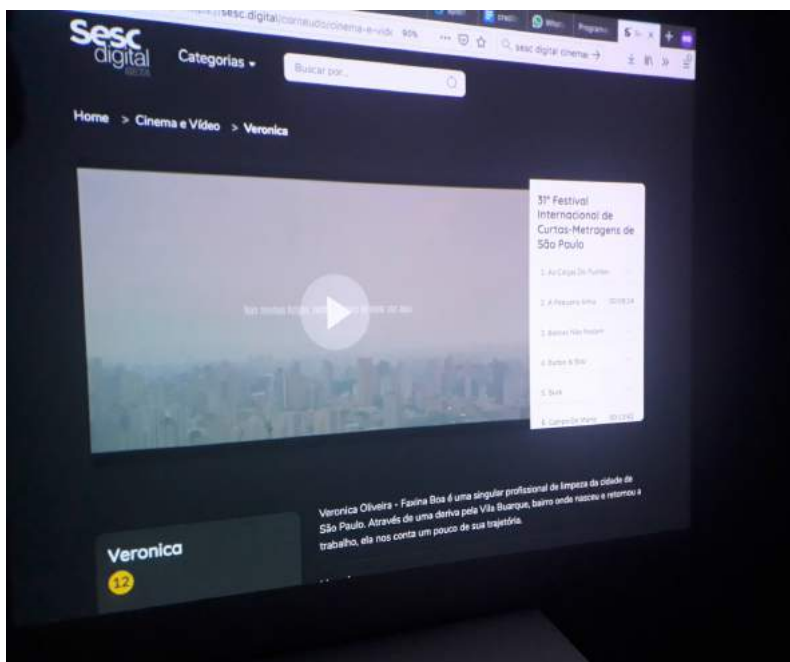


Figura 5. Exibição *online* do filme “Veronica”. Seleção SESC Cinema #EmCasaComSESC do 31º Festival Internacional de Curtas-Metragens de São Paulo. São Paulo, Brasil. 2020

A qualidade implicada em uma exibição *online* é completamente diversa da exibição no cinema. No entanto, no cinema também frequentemente os debates com o realizador propiciam encontros sociais pouco aprofundados que visam muito mais a interesses rasos do que a encontros mesmo com a obra e seu assunto.

Portanto, a relação entre espectador e realizador/diretor nos festivais *online* foram realizados, na minha experiência muito mais pela vontade própria do espectador e diretor

do que pelos dispositivos proporcionados pelo festival. O meio, neste caso, não alterou a profundidade da comunicação. Mas alterou com certeza a qualidade de exibição do filme. Resta-nos assim, adaptar a atenção de Pierre Lévy: enfrentar de olhos abertos o futuro indeterminado que é o nosso neste início de século XXI, para que as transformações potentes das comunicações *online* sejam mantidas, mas que a sala de cinema em sua melhor exibição possa continuar a existir.



Figura 6. O filme “Veronica” teve sua estréia brasileira no 31° Festival Internacional de Curtas-Metragens de São Paulo, 31° SPISFF, em 2020, quando recebeu o prêmio SESC TV Aquisição; sua estréia internacional aconteceu no 50° Festival Internacional de Rotterdam, o 50° IFFR, na Holanda, em 2021; seguida da estreia na Ucrânia no 10° Festival Internacional de Curtas-Metragens de Kiev, 10° KISFF, em 2021; e 19° Festival Internacional de Curtas-Metragens de Bogotá, 19° Bogoshorts, também em 2021. Este artigo foi escrito em 2020, a ele adicionamos a figura 6.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Reflexões sobre a peste. Ensaio em tempos de pandemia.** São Paulo: Boitempo, 2020

FRATESCHI, Yara Adario. **Agamben sendo Agamben: o filósofo e a invenção da pandemia.** Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/05/12/agamben-sendo-agamben-o-filosofo-e-a-invencao-da-pandemia/> Acesso em maio de 2020

FRATESCHI, Yara Adario. **Giorgio Agamben e a emancipação da mulher.** *Philósophos*, Goiânia, v. 21, n. 1, p.213-234, jan./jun. 2016

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência. O Futuro do Pensamento na Era da Informática.** Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1993

MOURÃO, Patrícia. Opinião. **Inércia produtivista. Sistema de arte vive síndrome maníaca de produção de visibilidade em tempos de Covid-19.** Disponível em: <https://www.select.art.br/inercia-productivista/> Acesso em abril de 2020

AVALIAÇÃO DA LITERATURA NACIONAL SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Data de aceite: 01/03/2022

Carla Tavares Jordão

<http://lattes.cnpq.br/6881773261490444>

Flávia Luciana Costa

<http://lattes.cnpq.br/1682827077883269>

Zuleica Vieira Jordão

<http://lattes.cnpq.br/1657274729949509>

Elián Gomes

<http://lattes.cnpq.br/7104853220276496>

Rodrigo Aparecido Guimarães

<http://lattes.cnpq.br/7676898006361159>

Hingridi de Souza Bayer Gomes

<http://lattes.cnpq.br/2544973935085035>

RESUMO: O autismo ou transtorno do espectro autista é uma síndrome de etiologia parcialmente genética. O diagnóstico seguro e precoce do transtorno do espectro autista é determinante para minimizar os problemas causados por essas alterações. Assim, facilita a tomada de decisões acerca das intervenções e tratamentos em todas as fases da vida do indivíduo. Dessa forma, o presente estudo tem por objetivo revisar publicações científicas nacionais sobre o transtorno do espectro autista, abordando aspectos genéticos. Trata-se de um estudo de revisão de literatura científica sobre a temática. Apesar de numerosos debates e pesquisas sobre o crescimento exponencial registrado nos últimos anos de casos de indivíduos apresentando

o transtorno autista, ainda pouco se sabe o que reflete para esse crescimento genuíno de novos casos. Os resultados de um estudo que disso se ocupe, podem contribuir para divulgar conhecimentos para os profissionais de saúde sobre a importância do diagnóstico e os desafios enfrentados pelas pessoas e por familiares de pessoas com a síndrome. O autismo ou transtorno do espectro autista é uma síndrome de etiologia parcialmente genética. O diagnóstico seguro e precoce do transtorno do espectro autista é determinante para minimizar os problemas causados por essas alterações. Assim, facilita a tomada de decisões acerca das intervenções e tratamentos em todas as fases da vida do indivíduo. Dessa forma, o presente estudo tem por objetivo revisar publicações científicas nacionais sobre o transtorno do espectro autista, abordando aspectos genéticos. Trata-se de um estudo de revisão de literatura científica sobre a temática. Apesar de numerosos debates e pesquisas sobre o crescimento exponencial registrado nos últimos anos de casos de indivíduos apresentando o transtorno autista, ainda pouco se sabe o que reflete para esse crescimento genuíno de novos casos. Os resultados de um estudo que disso se ocupe, podem contribuir para divulgar conhecimentos para os profissionais de saúde sobre a importância do diagnóstico e os desafios enfrentados pelas pessoas e por familiares de pessoas com a síndrome.

PALAVRAS-CHAVE: Diagnóstico; Genética; Transtorno do espectro autista.

ABSTRACT: Autism or autism spectrum disorder is a syndrome of partially genetic etiology. The

safe and early diagnosis of autism spectrum disorder is crucial to minimize the problems caused by these alterations. Thus, it facilitates decision-making about interventions and treatments at all stages of an individual's life. Thus, this study aims to review national scientific publications on autism spectrum disorder, addressing genetic aspects. This is a scientific literature review study on the subject. Despite numerous debates and research on the exponential growth recorded in recent years in cases of individuals with autistic disorder, little is known about what this genuine growth in new cases reflects. The results of a study that deals with this, can contribute to disseminate knowledge for health professionals about the importance of the diagnosis and the challenges faced by people and family members of people with the syndrome.

KEYWORDS: Diagnosis; Genetics; Autism Spectrum Disorder.

INTRODUÇÃO

O autismo ou transtorno do espectro autista é uma síndrome de etiologia parcialmente genética (MIELE; AMATO, 2016). Nos indivíduos acometidos por esse transtorno, observar-se o comprometimento do sistema motor e psiconeurológico, com a manifestação de sinais e sintomas como o distúrbios da linguagem, dificuldade de socialização, comportamentos estereotipados e repetitivos (ZANON; BACKES, 2014). O diagnóstico seguro e precoce do transtorno do espectro autista é determinante para minimizar os problemas causados por essas alterações. Assim, facilita a tomada de decisões acerca das intervenções e tratamentos em todas as fases da vida do indivíduo.

OBJETIVO

Dessa forma, o presente estudo tem por objetivo revisar publicações científicas nacionais sobre o transtorno do espectro autista, abordando aspectos genéticos.

MÉTODO

Trata-se de um estudo de revisão de literatura científica sobre a temática. Para tanto, foi realizado um levantamento de artigos sobre o tema publicados no período de 2015 a 2020, nos principais bancos de artigos científicos nacionais. Utilizando os termos: autismo, diagnóstico, medicina, gene, genética molecular e marcadores moleculares.

RESULTADOS

Os resumos das publicações foram analisados, categorizados e, posteriormente, foi realizado o registro e argumentação do mesmo. Foram encontradas 163 publicações científicas sobre os fatores genéticos associados ao autismo. As publicações citam a associação com genes, como SHANK e FMR1 e alterações cromossômicas específicas. No entanto, mesmo que longe de constatar uma resposta que seja precisa para tal indagação,

certamente pode-se assegurar que esse aumento se deve, em partes, à ampliação recente dos critérios para o diagnóstico. Isso permite, assim, o registro desses novos casos. Além disso, vale ressaltar que atualmente há uma preocupação maior, bem como uma maior disponibilidade de materiais e capacitação para os profissionais de saúde e da educação, o que contribui para aumentar a habilidade desses profissionais em lidar com o processo saúde e doença. Isso colabora para o diagnóstico precoce, oportuno e preciso desses transtornos, quando antes poderia ser subregistrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de numerosos debates e pesquisas sobre o crescimento exponencial registrado nos últimos anos de casos de indivíduos apresentando o transtorno autista, ainda pouco se sabe o que reflete para esse crescimento genuíno de novos casos. Conclui-se que ainda são poucos os achados na literatura que se dedicam a descrever sobre a temática. Isso evidencia a necessidade de mais pesquisas e políticas pública mais efetivas, possibilitando um diagnóstico cada vez mais precoce. Os resultados de um estudo que disso se ocupe, podem contribuir para divulgar conhecimentos para os profissionais de saúde sobre a importância do diagnóstico e os desafios enfrentados pelas pessoas e por familiares de pessoas com a síndrome.

REFERÊNCIAS

MIELE, Fernanda Gonçalves; AMATO, Cibelle Albuquerque de la Higuera. Transtorno do espectro autista: qualidade de vida e estresse em cuidadores e/ou familiares - revisão de literatura. **Cad. Pós-Grad. Distúrb. Desenvolv.**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 89-102, dez. 2016.

ZANON, Regina Basso; BACKES, Bárbara; BOSA, Cleonice Alves. Identificação dos primeiros sintomas do autismo pelos pais. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 25-33, Mar. 2014.

Data de aceite: 01/03/2022

Ana Paula Fenelon

UEMS – Universidade Estadual de Mato
Grosso do Sul

RESUMO: Neste artigo, procura-se identificar as evidências empíricas e epistemológicas na história em quadrinho da mulher-maravilha, por meio das suas expressões e representatividade no feminismo, refletindo a posição da mulher do século XXI e analisando os indícios dessa disseminação social no mundo, relacionando-as ao texto multimodal no campo semiótico. Nesse sentido, contribuir para o trabalho com os letramentos na educação, bem como discutir os aspectos multimodais na produção de textos, refletindo como esses textos nos mostram um novo formato de leitura que vão além dos signos alfabéticos. Com isso, analisamos algumas imagens nas HQ's da Mulher-Maravilha sob a ótica multimodal.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher-Maravilha. Feminismo. Multimodalidade.

ABSTRACT: In this article, we seek to identify the empirical and epistemological evidence in the wonder woman comic, through their expressions and representation in feminism, reflecting the position of the 21st century woman and analyzing the evidence of this social dissemination in the world, relating to as to multimodal text in the semiotic field. In this sense, contribute to the work with literacy in education, as well as discuss

the multimodal aspects in the production of texts, reflecting on how these texts show us a new reading format that goes beyond alphabetic signs. In this sense, we analyzed some images in Wonder Woman's comics from a multimodal perspective.

KEYWORDS: Feminism. Multimodality. Wonder Woman.

1 | INTRODUÇÃO

Em face do cenário atual tecnológico é importante discutirmos sobre a influência das HQ's da mulher maravilha, destacar a sua história e representatividade na sociedade, com o olhar voltado ao texto multimodal. Tecnológico faz-se necessário discutirmos sobre as contribuições dos quadrinhos na prospecção das imagens, pois são meios que usam as imagens junto ao texto para criar narrativas, bem como da linguagem utilizada para o avanço de uma geração. Nessa perspectiva, o objetivo da pesquisa sobre a Mulher Maravilha na história da humanidade irá além do seu contexto histórico literário, mas também na identificação do texto multimodal. Para o desenvolvimento do presente trabalho foram utilizadas pesquisas em livros e referências bibliográficas, além de estudos por meio das histórias e das imagens dos quadrinhos, refletindo o texto multimodal e a sua relação com o meio social. Contudo, trabalhar com a personagem da mulher maravilha pode ser exemplo de virtudes à

sociedade, as suas histórias e expressões, refletindo valores que pertencem aos seres humanos, como: temperança, verdade, justiça, amor, compaixão, sabedoria, dentre outros.

2 | AS HQ'S DA MULHER MARAVILHA

A personagem fictícia de histórias em quadrinhos da Mulher Maravilha foi criada pela editora estadunidense *DC Comics* e sua primeira revista foi publicada em 8 de Dezembro de 1941, escrita pelo psicólogo, psiquiatra com PHD pela Universidade de Harvard USA, Willian Moulton Marston, cujo pseudônimo Charles Moulton foi gerado pela sua esposa Elizabeth Marston e desenhada por Harry George Peter. Willian Moulton Marston mantinha relacionamento poligâmico entre Elizabeth Halloway Marston e Olive Charles Byrne, sua assistente, o qual teve quatro filhos, dois de cada uma. É caracterizado por ser cientista e feminista excêntrico, inventou o teste de pressão sanguínea, o polígrafo, detector de mentiras que foi associado ao Laço da Verdade da Mulher Maravilha. Logo, contribuiu na criação das máquinas. Ressaltamos que estávamos no período da 2ª. guerra mundial quando essas histórias em quadrinhos foram lançadas nos Estados Unidos pela DC Comics, e usaram do poder das histórias em quadrinhos para comunicar a sociedade.

[...] Mas foi em plena Segunda Guerra Mundial, que havia a necessidade de promover a união dos cidadãos e convencer as pessoas que o conflito é necessário. E foi neste período que muitos super-heróis nasceram para combater o nazismo em suas páginas. Os países envolvidos na guerra fizeram uso massivo dos meios de comunicação para suas propagandas ideológicas, no sentido de convencer os cidadãos de que o inimigo era injusto e terrível e que as próprias forças militares tinham o dever de vencê-lo. Particularmente dos EUA, os quadrinhos dos super-heróis foram utilizados para essa finalidade.

(WESCHENFELDER, 2011, p. 36).

Quando compôs a personagem da Mulher Maravilha de origem da lenda gregoromana, antes era uma estátua de barro, depois se tornou personagem idealizada com a força dos Deuses do Olimpo. Originalmente é dotada de beleza, super-heroína guerreira, a qual adotou uma identidade secreta de Diana *Prince de Themyscira*¹, na Ilha Paraíso, local da civilização Amazonas, cuja identidade foi para aproximar-se mais da humanidade no universo DC. No entanto, a autora Jill Lepore nos traz uma argumentação favorável sobre a criação do feminismo.

[...] O Batman começou a espreitar as sombras em 1939. A Mulher-Maravilha aterrissa seu avião invisível em 1941. Era uma amazona, nascida em uma ilha de mulheres que viviam afastadas de homens desde a Grécia Antiga. Ela foi aos Estados Unidos para lutar pela paz, pela justiça e pelos direitos femininos. (LEPORE, 2017: 11)

A autora Jill Lepore (2017, p.14) afirma em seu livro “A História Secreta da Mulher

¹ *Themyscira* ou Ilha Paraíso, é uma Ilha fictícia do Universo criado nas histórias em quadrinhos estadunidenses da DC Comics, terra natal das Amazonas e sua personagem em destaque é a Mulher-Maravilha.

Maravilha”, que tudo foi intencional, conforme a sua pesquisa e relatos sobre a vida do autor da personagem, Willian Moulton Marston, afirma que o Feminismo não aparece explícito, mas implícito. Isso é relatado em três partes em sua obra, a primeira parte chamada Veritas, que trata da vida do autor, a segunda parte o Ciclo Familiar, que fala da introdução do autor Willian na vida das HQ’s, e a terceira parte Ilha Paraíso, que refere-se à criação da Mulher Maravilha.

[...] A Mulher-Maravilha não é apenas uma princesa amazona que usa botas fabulosas. Ela é o elo perdido numa corrente que começa com as campanhas pelo voto feminino nos anos 1910 e termina com a situação conturbada do feminismo um século mais tarde. O feminismo construiu a Mulher-Maravilha. E, depois, a Mulher-Maravilha reconstruiu o feminismo — o que nem sempre fez bem ao movimento. Super-heróis, que deveriam ser melhores do que todo mundo, são excelentes para dar porrada, mas péssimos para lutar por igualdade. (LEPORE, 2017: 14)

As HQ’s foram criticadas na época, por ter cunho racista difuso, o que era característico das HQ’s de 1940, propagando personagens negros, japoneses, mexicanos e judeus, também pela personagem da mulher maravilha ser branca, apesar dela ser uma obra estadunidense e pertencente a uma segregação racial. (Lepore, 2017-267). É inegável também dizer que a personagem não tenha cunho feminista, pois o autor acreditava que as mulheres seriam as líderes do mundo. Ao longo do tempo sofreu censura e perseguição pelos opositores na sociedade. Em 1954, nos Estados Unidos, o psiquiatra Frederic Wertham, publicou o livro, “*A Sedução dos Inocentes*”, que descrevia em detalhes sobre as consequências dos gibis sobre as crianças. A sociedade da época comentavam sobre a delinquência juvenil, a discórdia entre irmãos, as consequências pelo mau hábito dos jovens em não comer verduras e legumes, além de estimular o homossexualismo. Por conta disso o livro incentivou o Congresso a investigar a indústria das HQ’s na composição dos personagens como o Super-Homem e o Batman.

Também houve polêmica por causa da vestimenta sexy da personagem, principalmente o decote nas costas, bem como pelas histórias da mulher maravilha inspiradas na mitologia grega e que relataram opressão à mulher, pois eram escravizadas, acorrentadas, o que causava medo na sociedade, e também pelo exemplo às famílias tradicionais conservadoras, o que refletia na luta por direitos da mulher que era esposa e submissa ao marido. Para a historiadora (Lepore, 2017, 14-15) o movimento sufragista a favor do voto feminino foi reacendido com a criação da mulher maravilha. Entretanto, ao longo do tempo, sua história sofreu alterações com novos personagens, novas origens, novas roupagens, mas sempre manteve a sua essência desde a sua criação, acompanhando as evoluções de cada época. A seguir podemos identificar em uma das histórias da mulher maravilha a virtude da compaixão e sabedoria.

[...] Durante uma luta contra a medusa, a Mulher-Maravilha sacrifica a própria visão para salvar uma criança pequena. Toda vez que a deusa Atena lhe

oferece uma benção, ela escolhe ajudar o próximo em vez de voltar a enxergar; a atitude compassiva da super-heroína torna a cegueira mais suportável. A abnegação e compaixão incessantes da Mulher-Maravilha não só levam Atena a devolver a visão para a filha de Hipólito como a conceder à super-heroína o poder de alcance da visão da deusa. Com isso, Atena compartilha também sua sabedoria com a Mulher-Maravilha. (BUSCH, CARLET, 2018, p. 137).

A Mulher-Maravilha representa uma mulher de fibra que possui virtudes em suas histórias, luta pela justiça e verdade, expressa compaixão, sabedoria; Embora a personagem esteja ligada a uma história fictícia e pertencente à mitologia grega, e ao movimento feminista que trouxe avanços a mulher no sentido da liberdade e protagonismo feminino, por outro lado percebemos que se criou uma competição entre o homem e a mulher, surgindo esse movimento de mulheres que lutam para não ser inferiores aos homens e buscar a igualdade entre os sexos; Segundo Lepore (2017, 14-20) o psicólogo Charles Mounton além de ter sido casado com duas mulheres, participava com as mesmas em movimentos sufragistas para reivindicar o direito ao voto, como também agia como militante na universidade. Tinham forte ligação com o movimento sufragista, uma vez que Byrne era sobrinha de Margareth Sanger, uma enfermeira que abriu a primeira clínica de aborto nos EUA. Não obstante, é importante refletir na sociedade contemporânea com o novo padrão familiar, os homossexuais, LGBTQIA+², pois com a evolução dos tempos, a globalização e o desenvolvimento tecnológico, fez com que o padrão familiar mudasse, deparamo-nos com famílias fragmentadas, desestruturadas, sem contar o declínio do planejamento familiar; Nota-se que na sociedade antiga havia-se um planejamento familiar para se constituir uma família, conforme a taxa de natalidade e mortalidade, também com planejamento financeiro; hoje estamos inseridos num mundo muitas vezes fútil e banalizado, no qual se dá mais valor às aparências, as mídias sociais do que a própria família, aos valores e princípios de vida sumiram, pois as famílias nascem sem a presença da mãe ou sem a presença do pai, que é referencial e essencial numa família tradicional. E independentemente do tipo de família que possuo, resgato os nossos valores e princípios na preservação da vida, o nosso maior bem. É preciso lutar pelos nossos direitos, de maneira equilibrada, respeitando a ideologia alheia, como também evidenciar as nossas virtudes.

Outrossim, no contexto atual precisamos reconhecer que as HQ's são conteúdos importantes, pois retratam a cultura, a evolução contemporânea e tecnológica da sociedade. A personagem da mulher maravilha nos remete aos seus símbolos, características e habilidades que são inerentes à mulher, as quais são: a sua super-força, super-reflexos, super-resistência, super-velocidade, invulnerabilidade, agilidade, fator de cura, sentidos aprimorados, dinamicidade, energia, longevidade e o ser feminina.

² *LGBTQIA+* - Engloba pessoas que são lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e mais;

3 | FEMINISMO

O feminismo teve a sua origem nos movimentos sociais que surgiram no período das revoluções liberais inspirados nos ideais iluministas, como a Revolução Francesa e a Revolução Americana. Nesse contexto, esses movimentos sociais concentravam-se na luta por mais direitos políticos e sociais. Com marco inicial em 1930, desde a primeira revolução industrial, no final do século XVIII, as mulheres fizeram parte do mercado de trabalho, precisavam trabalhar para sustentar as famílias enquanto os homens estavam na guerra e as fábricas necessitavam de mão de obra. Quanto ao salário chegavam a ganhar 60% a menos do que os homens. O movimento sufragista nos Estados Unidos remonta a 1848, quando se deu a primeira convenção sobre os direitos das mulheres em Seneca Falls, Nova York (história que viria a ser contada na revista da Mulher-Maravilha 3), onde as representantes adotaram uma “Declaração de Sentimentos”, escrita por *Elizabeth Cady Stanton*³, que tinha a Declaração da Independência como modelo:

[...] Consideramos as seguintes verdades evidentes por si mesmas: que todos os homens e todas as mulheres são criados iguais; que são dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis; que entre estes estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade.” Entre as exigências estava a de dar às mulheres “admissão imediata aos direitos e às prerrogativas que lhes cabem como cidadãs norte-americanas. (LEPORE,2017: 25)

Todavia, com a influência do movimento feminista que surgiu na época de 1940, em meados da segunda guerra mundial, o qual fortaleceu a imagem da mulher como heroína, guerreira e o seu protagonismo feminino na figura da mulher maravilha. As mulheres eram restritas a muitas tarefas, conforme observamos no código civil de 1916, as mulheres casadas eram consideradas incapazes de trabalhar e de assumir responsabilidade perante à família.

Conforme código civil apud Percy vejamos alguns artigos do Código Civil sobre como era a posição das mulheres, como o artigo 6º. Inciso II e IV, 233 e 242 que podem subsidiar nossa pesquisa.

[...] Art. 6. São incapazes, relativamente a certos atos (art. 147, n. 1), ou à maneira de os exercer:

As mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal.

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal.

Compete-lhe:

O direito de autorizar a profissão da mulher a sua residência fora do teto conjugal.

Art. 242. A mulher não pode, sem autorização do marido (art. 251):

³ *Elisabeth Cady Stanton* – Ativista social, feminista e abolicionista estadunidense, uma figura líder do movimento pelos direitos das mulheres.

VII. Exercer profissão (art. 233, nº IV).

(Código Civil, 1916: artigos 6º II; 233 a 242)

De acordo com a citação dos artigos percebe-se que antigamente as mulheres eram consideradas incapazes, tinham que pedir autorização aos maridos para trabalharem, o marido era o chefe da sociedade conjugal. Isso pode estar relacionado conforme preceitos cristãos, cujo objetivo da mulher era somente de gerar vidas, e se pararmos para pensar, não existia nem a metade da população existente hoje, sem contar a direitos e obrigações no artigo 5º. inciso I. Mesmo assim, com a industrialização e globalização ainda encontramos na sociedade casos de machismo e feminismo no mundo, o que não deveria acontecer. No entanto, a Constituição Federal de 1988, mudou esse cenário para justamente estabelecer a igualdade nesses pontos entre homem e mulher, os quais se tornaram iguais perante a lei.

[...] As mulheres padecem não somente pelas condições econômicas ruins, mas também vítimas dos estereótipos sexuais ligados a seu papel social. Nas fábricas, muitas perderam trabalho para os homens, aos quais foi dada prioridade nas poucas vagas existentes. Mesmo assim, em 1939, 25% mais mulheres estavam trabalhando do que em 1930, primariamente porque tinham que contribuir com a economia familiar e também porque os empregos femininos – professoras, funcionárias de lojas e secretárias – foram menos abalados pela depressão do que os da indústria pesada. (PURDY, 2007: 208)

O movimento feminista contemporâneo surgiu nos Estados Unidos, na segunda metade da década de 1960, o qual se alastrou para diversos países industrializados entre 1968 e 1977, cuja reivindicação era a luta pela “libertação” da mulher. A história do movimento feminista no Brasil ocorreu no período do Brasil Colônia 1500-1822, que foi um período de cultura da repressão em que tinham pouco espaço para reivindicarem o seu direito. A luta das mulheres estava focada em alguns direitos fundamentais como: direito ao divórcio, direito ao livre acesso ao mercado de trabalho, o direito à participação política e o direito à educação; Logo mais, na época do Brasil Império, no século XIX, a mulher passou a ter direito a educação, temos como responsável Nísia Floresta, e no início do século XX a primeira escola ativista para meninas no Brasil.

Nesse período houve um movimento das costureiras reivindicando por direitos trabalhistas como: mão de obra feminina nas fábricas têxteis, regularização do trabalho feminino a jornada de oito horas, abolição do trabalho noturno feminino. Segundo (Purdy, 2007:208), as mulheres eram prejudicadas por seu trabalho e o faturamento era inferior ao dos homens. Em 1928 houve a participação da mulher na política e foi autorizado o primeiro voto feminino e tivemos a primeira presidente mulher, Celina Guimarães Viana e a primeira prefeita mulher, Alzira Soriano de Souza, as quais abriram grandes precedentes para as mulheres. Já em 1932, no governo de Getúlio Vargas houve a conquista das mulheres pelo direito de votar e ser votada.

Segundo a filósofa norte-americana, Judith Butler, sobre a discussão da mulher

na política, disse que a mulher não pode ser oprimida diante da sua participação nas instituições.

[...] Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das 'mulheres', o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por inter- médio das quais se busca a emancipação. (BUTLER, 2003, p. 19)

Nos períodos ditatoriais do país, o estado novo e o regime militar, o movimento feminista perdeu força, mas houveram muitas conquistas como: a implantação da lei do divórcio, a instituição do ano internacional da mulher. Com o passar do tempo esse movimento gerou discussões sobre a situação feminina no país, pois ser feminista perdeu a força, houve a entrada do feminismo radical, feminismo lesbiano, Feminismo transexual, por nem todas as mulheres concordarem com esses movimentos.

Na ideologia do feminismo marxista, quando a mulher é subordinada aos homens está associada à instauração da propriedade privada e da luta de classes. Nessa perspectiva, afirma Moraes (2000, p. 89) ao comentar sobre a obra de Marx e Engels. (Marx e Engels, 2009, p. 47).

[...] A propriedade, de acordo com a teoria marxiana, teria na família o seu "germe", na qual, segundo Marx e Engels em *A ideologia alemã*, a mulher e as crianças são consideradas escravas do homem. Para os autores, a escravidão aparece de forma ainda latente e muito rudimentar na família, mas já constitui a primeira propriedade (Marx e Engels, 2009, p. 47).

No entanto, a partir das reflexões de Marx e Engel, a mulher estaria na condição de escrava do homem, no sentido de opressão. Então, logo é preferível a mulher atual e feminista ser escrava do trabalho e do seu patrão? O Feminismo segundo o filósofo Chesterton (2018) na sociedade atual é refletido sobre a importância de ser Feminina e não Feminista.

"Mulheres são percebidas como relíquias de um passado sobrenatural", e chega a defender que a humanidade, como um todo, é feminina. Nenhuma feminista foi tão longe." (Chesterton, Gilbert K. <<https://www.sociedadechestertonbrasil.org/artigos/>> Acesso em: 27/10/2021)

As pautas feministas da atualidade são: diferença salarial, participação política, violência contra a mulher, assédio sexual, amamentação em público, acesso a métodos contraceptivos e descriminalização do aborto. Contudo, percebe-se que na sociedade, ao longo do tempo, criou-se competição entre o homem e a mulher, o que contraria a verdadeira essência divina do ser homem e mulher, pois tanto o homem, quanto a mulher possuem a sua função no mundo, mantendo as suas características, os seus princípios e valores.

4 | TEXTO MULTIMODAL

O Texto Multimodal foi introduzido a partir da entrada da revolução tecnológica e globalização no mundo, por volta do ano 2000. A estrutura textual passa a compor uma nova forma de texto, por meio de imagens, desenhos, sinais, objetos, multimídias que se tornaram mais fáceis de associar aos acontecimentos passado e contemporâneo, com composições textuais, constituídas por elementos advindos das múltiplas formas da linguagem escrita, oral e visual. Nesse contexto o leitor encontra mais sentido no texto, relacionando-o aos signos linguísticos, como também aos elementos imagéticos e visuais, envolvendo-se numa nova forma de leitura marcada pela linguagem verbal e não verbal, com isso formando novos letramentos. Assim tornando o texto multimodal e multissemiótico. A seguir vejamos o que diz Gasparetto Sé (2008).

[...] Os textos multimodais são aqueles que empregam duas ou mais modalidades de formas linguísticas, a composição da linguagem verbal e não verbal com o objetivo de proporcionar uma melhor inserção do leitor no mundo contemporâneo.” (SÉ, 2008, p. 1)

Nessa perspectiva, os textos multimodais possuem significância e sentido a partir dos componentes vindos dos infinitos registros da linguagem verbal e visual. Quando isso concretiza-se, ele traz consigo tanto signos alfabéticos (letras, sílabas, palavras e frases), quanto elementos imagéticos e visuais, tais como: cores, formas, formatos etc.

[...] Há algum tempo, entendia-se como texto apenas os escritos que empregavam uma linguagem cuidada e se mostravam “claros e objetivos”. Já não se pensa mais assim. Hoje, com o avanço dos estudos linguísticos, discursivos, semióticos e literários, mudou bastante o conceito de texto. Falando apenas de texto verbal, pode-se definir texto, hoje, como qualquer produção linguística, falada ou escrita, de qualquer tamanho, que possa fazer sentido numa situação de comunicação humana, isto é, numa situação de interlocução. Por exemplo: uma enciclopédia é um texto, uma aula é um texto, um e-mail é um texto, uma conversa por telefone é um texto, é também texto a fala de uma criança que, dirigindo-se à mãe, aponta um brinquedo e diz “tê” (COSTA VAL, 2004, p. 1).

Segundo Costa (2004, p.1) no contexto atual toda e qualquer forma de comunicação que produza sentido é um texto multimodal.

[...] Ao lermos um texto manuscrito, um texto impresso numa página de revista, ou na tela de um computador, estamos envolvidos numa comunicação multimodal. Conseqüentemente, os gêneros textuais falados e escritos são também multimodais por Linguagem em que, quando falamos ou escrevemos um texto, usamos, no mínimo, dois modos de representação: palavras e gestos, palavras e entonações, palavras e imagens, palavras e tipografia, palavras e sorrisos, palavras e animações etc. (DIONÍSIO, 2005, p. 178).

Contudo, composição textual é resultado da articulação entre a linguagem verbal e visual. Além da linguagem escrita, pois muitos componentes semióticos ajudam na construção do texto. Dessa forma, visando unir a pesquisa sobre as HQ's da Mulher

Maravilha, com a história do Feminismo, destacando as suas virtudes, seus valores, vamos analisar sob a ótica multimodal algumas de suas imagens e fazer um paralelo na produção de sentido que as suas expressões podem produzir na linguagem escrita sobre a sua personagem criada na década passada.



Figura 1 – Dons Sobre- Humanos: Nesta imagem sob a ótica multimodal podemos refletir a revolução da mulher pelos direitos adquiridos ao longo do tempo, trabalho, estudo, direito ao voto, política, divórcio.



Figura 2⁴ - Falar com Animais/Empatia: Podemos associar ao texto multimodal sobre a linguagem com os animais da mulher- maravilha, amiga da paz.



Figura 3 – Olhos de Caçador/Laço da verdade: sob a ótica multimodal podemos associá-lo a segurança, modernidade, tecnologia, espírito e verdade, equilíbrio e firmeza da mulher maravilha, surge a nova mulher.



Figura 4 - Inteligência/Força de Ares: sob a ótica multimodal acompanhamos a evolução da mulher, na área profissional e campo científico.

4 Figuras 1,2,3 e 4 - Mulher-Maravilha Poderes e Habilidades – Disponível em < <https://www.purebreak.com.br/noticias/de-mulher-maravilha-10-poderes-e-habilidades-que-voce-nao-sabia-que-a-heroína-tinha/56215>> Acesso em 27/10/2021.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos argumentos mencionados nas leituras e nas análises aqui postas, podemos concluir que as HQ's da Mulher Maravilha trouxeram um grande avanço nos aspectos históricos e culturais com relação a mulher na sociedade, o qual foi marcado pelo início do feminismo na década passada e que ultrapassou gerações rumo à modernidade. Não obstante, destacamos a importância das leituras em HQ's, pois além de retratarem em suas histórias a ficção científica, refletem a cultura e a vida real em sociedade, atribuí novos letramentos com as imagens visuais e as linguagens verbal e não verbal. Assim, podemos compreender melhor o que é o texto multimodal. Dessa maneira, surgiram novas tecnologias, com aparição de um novo estilo de texto conectado as New Tic's, aos recursos multimodais na composição textual que aumenta as potencialidades de produção, além de uma melhor compreensão do texto. Logo, a compreensão textual não é resultado apenas do texto verbal, mas abrange grandes elementos semióticos. Conseqüentemente, o leitor consegue ter mais sentido ao texto, olhando os signos alfabéticos com elementos imagéticos e visuais. Ou seja, tudo se conecta para a formação de novos textos e contextos, formando uma escrita mais interligada ao nosso meio e formando campos multisemióticos na produção de textos, relacionando-os a fatos ocorridos no tempo passado à contemporaneidade, diante disso, facilitando a aprendizagem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Uems e ao Profo. Dro. Nataniel Gomes, pela oportunidade de apresentação do referido Artigo, como também a Revista Philologus pela participação no Evento XVI Jornada Nacional de Linguística e Filologia da Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS

Código Civil. Situações Absurdas. Comissões.crcsp.org.br, 2020. Disponível em: <<http://comissoes.crcsp.org.br/mulher/2020/09/10/7-situacoes-absurdas-impostas-as-mulheres-no-codigo-civil-de-1916/>>. Acesso em: 27/10/2021

Artigos da Constituição Federal, Jus Brasil 2021<<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10731047/inciso-i-do-artigo-5-da-constituicao-federal-de-1988>>. Acesso em: 21/10/2021

Wertham, Frederic 1954. O Doutor que Odiava Heróis, super.abril.com.br.2021 Disponível em: <<https://super.abril.com.br/cultura/o-doutor-que-odiava-herois/>>. Acesso em: 21/10/2021

Chesterton,sociedadechestertonbrasil.org/artigos,2018. Disponível em: <<https://www.sociedadechestertonbrasil.org/artigos/>> Acesso em: 27/10/2021

_____. Proudhon. In: MARX, K.; ENGELS, F. *A Sagrada Família*. São Paulo: Boi tempo, p.47, 2009a.

BUSCH, J.; SCARLET, J. A compaixão é meu superpoder. In: LANGLEY, Travis; WOOD, Mara (eds.). A psicologia da Mulher-Maravilha: descubra as virtudes da maior super-heroína que conhecemos e porque ela deve ser a grande inspiração para toda a humanidade. Tradução Amanda Moura. São Paulo: Única, 2018. p. 135-140.

BUTLER, J. 2003. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

COSTA VAL, M. G. F. Texto, textualidade e textualização. Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação Língua Portuguesa, UNESP – São Paulo, vol. 1, p. 113-124, 2004.

_____. Text semantics and clause grammar: how is a text like a clause? In: WEBSTER, J.J. (Ed.). On grammar – Volume 1 in the Collected words of M.A.K. Halliday. Londres e Nova York: Continuum, 2002, pp. 219-260.

LEPORE, Jill. A história secreta da Mulher-Maravilha. Tradução: Érico Assis. Rio de Janeiro: Best-seller, 2017.

PURDY, Sean. O Século Americano. In: KARNAL, Leandro. História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007. pp. 173-276.

ROJO, R. Letramento e capacidades de leitura para a cidadania. In: Anais do SEE: CENP, São Paulo, 2004. Disponível em: Acesso em: 20-06-2015.

SÉ, E. V. G. Tecnologia: manuais de aparelhos devem ter linguagem multimodal. Portal Vya Estelar, 2008.

WESCHENFELDER, G. V. Aspectos educativos das histórias em quadrinhos de super-heróis e sua importância na formação moral, na perspectiva da ética. (Dissertação de mestrado). Mestrado em Educação, Centro Universitário La Salle, Canoas, RS, 2011.

SOBRE O ORGANIZADOR

ADAYLSON WAGNER SOUSA DE VASCONCELOS - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Organizador de obras coletivas pela Atena Editora. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orcid: orcid.org/0000-0002-5472-8879.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Artes 33, 90, 92

B

Biografia 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 75

C

Cidade 23, 39, 41, 45, 46, 49, 68, 70, 71, 72, 73, 76, 77, 92, 95, 96

Ciência 13, 33, 34, 35, 36, 93, 95

Cinema 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 92, 93, 96, 98, 99, 100, 101

COVID-19 92, 93, 94, 95, 97, 102

Crítica 27, 29, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 60, 79, 82, 112, 117

E

Ensino médio 24, 80

Espaços do feminino 39, 42, 54

Espaço urbano 48, 53, 70

Espectro autista 103, 104, 105

G

Geografias urbanas 39, 42

I

Inovação 40

L

Letras 13, 14, 15, 27, 31, 37, 68, 78, 79, 80, 113, 117

Língua de acolhimento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 14

Linguística 1, 3, 4, 5, 8, 13, 20, 25, 26, 42, 80, 83, 84, 113, 115, 117

Literatura 27, 28, 29, 31, 32, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 54, 56, 58, 60, 71, 79, 80, 83, 89, 90, 91, 103, 104, 105, 117

N

Nomes 9, 10, 11, 15, 16, 17, 18, 20, 23, 25, 28, 41, 88

P

Pandemia 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 101, 102

Perspectiva histórica 27

Poesia 35, 36, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78

Português brasileiro 26

Pronomes possessivos 15, 16, 19

T





Terminográfica 1, 2, 9, 12

Terminológica 1, 8, 9

Inovação e ciência

em

*linguística,
letras e
artes*

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Inovação e ciência

em

linguística,

letras e

artes

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br